LILIAN MAGDA DE MACEDO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR FAMILIARES ENVOLVIDOS COM O CONSELHO TUTELAR

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciência e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientadora: Profa. Dra. Olga Ceciliato Mattioli

ASSIS
2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Macedo, Lilian Magda de
M141v Violência doméstica contra crianças e adolescentes: sentidos e significados atribuídos por familiares envolvidos com o Conselho Tutelar / Lilian Magda de Macedo. Assis, 2006
160 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Psicologia social. 2. Violência familiar. 3. Crianças maltratadas. I. Título.

CDD 158.24

362.76

AGRADECIMENTOS

Na construção da história desse estudo, a muitos eu gostaria de agradecer. Em alguns casos, agradecer pelos exemplos de compromisso, coerência teórico-prática, atuação política e ética demonstradas na atuação profissional; lembro aqui de meus professores de graduação, responsáveis pela minha introdução aos princípios filosófico-metodológicos que embasam esse estudo. Em especial, Osvaldo Gradella e Lígia Márcia.

Agradecer a minha também professora e depois, amiga, Nilma Renildes, pelas leituras atentas e críticas ao que ainda era um esboço dessa pesquisa, pelos exemplos de atuação comunitária, pelo compromisso, pelo apoio em muitas dificuldades e por muitos momentos de lazer.

Igualmente pelas leituras e contribuições valiosas, pela paciência e dedicação, sou grata às minhas amigas e parceiras Eni Fátima e Suzana Marcolino. Parceiras e integrantes, como eu, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Psicologia Social: contribuições do Marxismo (Neppem), no qual muito aprendi e muito cresci pessoal e profissionalmente, a cujos membros dedico essa pesquisa, como minha contribuição às lutas que nos unem...

À Sueli Terezinha, pela paciência, pelas leituras e sugestões ao instrumento de coletas de dados dessa pesquisa e à sua análise, por seu exemplo ímpar de compromisso, dedicação, carinho, companheirismo e generosidade com o trato do conhecimento científico, agradeço e dedico essas páginas, uma possibilidade de troca, em meio a tantos momentos de doação que ela me dedicou...

À Olga, pela confiança em meu trabalho, por ter me acolhido diversas vezes em sua própria casa, pelo esmero com a construção desse texto e pelo seu exemplo de compromisso docente...

Às cinco famílias entrevistadas e aos membros do Conselho Tutelar de Bauru, que possibilitaram esse estudo. Espero que ele realmente possa ser uma semente e um olhar coerente, uma contribuição à construção de novos caminhos de atuação, para essa esfera da vida pública que ainda é, tristemente, uma “terra de ninguém”.

À minha família: Priscilla, Patrícia e Paloma, minhas sobrinhas, meu cunhado Beto e, especialmente, minha irmã Zeza, agradeço e também dedico essa pesquisa. Sem ela, com certeza, eu não teria trilhado muito de meu caminho. Agradeço pela força, pelo entusiasmo com que me levaram pra frente nos momentos difíceis, pelo colo, por confiarem em mim e por agüentarem meus aborrecimentos...

Enfim, agradeço ao Emerson, simplesmente por estar ao meu lado sempre, incondicionalmente...

RESUMO

MACEDO, Lílian Magda. Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: Sentidos e Significados Atribuídos por Familiares Envolvidos com o Conselho Tutelar. 2006. Dissertação de Mestrado em Psicologia e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP -

RESUMO: A instituição familiar reveste-se de grande importância no que concerne ao desenvolvimento emocional e pessoal do indivíduo. É nela que a primeira socialização acontece; sua organização e relações são definidas histórica e socialmente; na sociedade capitalista, seu funcionamento é pautado na hierarquização etária e sexual e no binômio autoridade/amor, constituindo, inclusive situações de violência doméstica. Às famílias denunciadas por abusos físicos, psicológicos e/ou por atos negligentes é lançado um olhar e uma intervenção culpabilizadora, na maioria esmagadora dos casos. Conforme Martin-Baró (1997), tais famílias também são vítimas de toda uma conformação e estrutura social violenta, que lhe nega a possibilidade efetiva de se humanizar. O presente trabalho objetiva pesquisar os sentidos e significados da violência doméstica praticada por pais e/ou responsáveis contra crianças e adolescentes sob a perspectiva desses mesmos pais e/ou responsáveis, então envolvidos com o Conselho Tutelar de Bauru-SP. Como elementos teórico-metodológicos norteadores temos a Psicologia Social Sócio-Histórica, fundamentada no Materialismo Histórico e Dialético, e a Teoria da Vida Cotidiana de Agnes Heller. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco familiares abarcando os seguintes pontos: a compreensão e significação atribuídas aos motivos da procura e/ou encaminhamento ao Conselho Tutelar; a compreensão acerca de aspectos da história de vida com a família de origem; a vivência da realidade no cotidiano; e a compreensão, significação e subjetividade envolvida na educação dos filhos. A análise dos dados obtidos seguiu o método explicativo de Vigotski, no qual a fala, a palavra, o relato da família entrevistada constituem o ponto de partida. A partir da organização de eixos norteadores buscou-se a unidade de significação e, com ela, a relação entre os sentidos pessoais e os significados atribuídos pelo entrevistado à sua vivência individual. Espera-se, a partir de algumas considerações obtidas com essa pesquisa, que formas de ação comprometidas com a possibilidade de uma ação intencional frente ao fenômeno da violência doméstica contra crianças possam ser efetivadas, visando uma transformação gradativa das condições e relacionamentos desumanos e alienantes.

Palavras-chave: Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, Família, Psicologia Sócio-Histórica, Teoria da Vida Cotidiana, Políticas Públicas.

ABSTRACT

MACEDO, L.M. Domestic violence against children and teenagers: Purport and meanings alleged by Relatives Involved with the Guardianship Council. 2006. Master's dissertation in Psychology and Society. F.C.L. Assis– Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP

Abstract: The family plays an important role in people's emotional and personal development. It is within the family that the first socialization process takes place; its organization and relationships are historically and socially defined; in the capitalistic society, its function is based on an age and sex hierarchy and on the authority/love binomial, producing for that very reason situations of domestic violence.The families accused of physical and psychological abuse and/or negligence are investigated and often found guilty of it. According to Martin-Baró (1997), such families are also victims of a violent constitution and social structure which denies them an effective chance of humanization. The dissertation at issue was carried out to investigate the domestic violence used by parents and/or their substitutes against children and teenagers according to the point-of-view of such parents and/or their substitutes involved with the Guardianship Council of Bauru – SP. The theoretical-methodological foundations of this research are found in the Socio-historical Social Psychology based on the Historical-Dialectic Materialism, and the Theory of Daily Life of Agnes Heller. Semi-structured interviews with five relatives were held comprising the following items: purport and meanings assigned to the reasons of searching for and/or guiding to the Guardianship Council; understanding of life history features within the family at issue; the grasp of reality in their daily lives; and the understanding, meaning and subjectivity involved in bringing up their children. The analysis of the data collected in the research followed the explanatory method outlined by Vigotski, in which their speech, the word, the report given by the interviewed families is the point of departure. The organization of guiding points led us to the unit of meaning and further to the relationship between the personal purport and meanings assigned by the interviewed subject to his/her own grasp of experience. Based on some contributions made bi the research at issue, one expects that procedures bound to the possibility of setting up a united front to face the problem of domestic violence against children may be applied, aiming at a step by step improvement of fierce and alienating conditions and relationships.

Key words: Domestic violence against children and teenagers, Family, Socio-Historical Psychology, Theory of Daily Life.

SUMÁRIO

1. Introdução 09

2. Um Passado muito Presente 16
   2.1. Da Família, da Infância e da Adolescência 16
   2.2. Das Políticas Públicas 23

3. Um Presente muito Passado 28
   3.1. Das Políticas Públicas 28
   3.1. Da Família, da Infância e da Adolescência 33

4. Um Presente, Passado, Futuro 47
   4.1. A Psicologia Social Sócio-Histórica e o Materialismo Histórico e Dialético 47
   4.2. O Cotidiano e o Desenvolvimento do Psiquismo 65
      4.2.1. A Teoria da Vida Cotidiana de Agnes Heller 65

5. Metodologia 77
   5.1. Procedimento de Coleta de Dados 77
   5.2. A Análise dos Dados 83

6. As Entrevistas: Construindo Sentidos e Significados 89
   6.1.Primeira Família: Antonio e Lucas 89
      6.1.1. Dados Gerais 89
      6.1.2. Significados e Sentidos da problemática em questão e formas de resolução propostas 90
      6.1.3. História de Vida e Concepção de Educação 95

   6.2. Segunda Família: Sandra e Camila 100
      6.2.1. Dados Gerais 100
      6.2.2. Significados e Sentidos da problemática em questão e formas de resolução proposta 101

6.2.3. História de Vida e Concepção de Educação 108

6.3. Terceira Família: Elisa e Paula 112

6.3.1. Dados Gerais 112

6.3.2. Significados e Sentidos da problemática em questão e formas de resolução proposta 113

6.3.3. História de Vida e Concepção de Educação 119

6.4. Quarta Família: Maria e Laura 122

6.4.1. Dados Gerais 122

6.4.2. Significados e Sentidos da problemática em questão e formas de resolução proposta 123

6.4.3. História de Vida e Concepção de Educação 125

6.5. Quinta Família: Helena e Thaís 127

6.5.1. Dados Gerais 127

6.5.2. Significados e Sentidos da problemática em questão e formas de resolução proposta 128

6.5.3. História de Vida e Concepção de Educação 132

7. Presente, Passado, Futuro... e algumas considerações. 134

8. Referências Bibliográficas 141

9. Anexo 147

1. Introdução

No último ano da graduação em Psicologia, tive a oportunidade de realizar estágio de Psicologia Social e Comunitária em uma Casa Abrigo para meninas de até 18 anos de idade, que haviam sido retiradas ou tinham fugido de seus lares, devido às diversas vivências de situações de violência, perpetradas por familiares.

Concluída a experiência, pude perceber como o tema da violência contra crianças e adolescentes, sob suas diversas tipificações, apresenta-se de maneira constante nas situações de abrigamento, e como ele é pouco abordado nos cursos de graduação em Psicologia. Essa constatação me impeliu ao curso de especialização na área oferecido pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da USP-SP, na tentativa de buscar mais conhecimentos acerca dessa realidade que perpassa as famílias brasileiras.

Na monografia de conclusão dessa especialização, realizei pesquisa com funcionários técnicos (psicóloga e assistente social, esta exercendo a função de coordenação, na época) e monitores (“cuidadores”) de uma Casa Abrigo, objetivando compreender as formas de atuação e intervenção propostas para o trabalho com as meninas e com a comunidade e familiares. Dos resultados daí derivados, da verificação de escassez de intervenções junto às famílias e de minhas experiências profissionais e pessoais foi desenvolvido um projeto para mestrado: pesquisar a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos familiares envolvidos com o Conselho Tutelar.

Assim, o estudo aqui delineado objetiva investigar os sentidos e significados da violência doméstica praticada por pais e/ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes sob a perspectiva desses mesmos pais e/ou responsáveis, então envolvidos com o Conselho Tutelar da cidade de Bauru-SP. A partir dessa investigação com os familiares, busca-se também repensar com eles questões como educação dos filhos, questões sociais envolvidas nas ações cotidianas,

incluindo atos considerados violentos, além de refletir sobre formas de intervenção mais humanizadoras diante do fenômeno da violência contra a criança e o adolescente, no âmbito doméstico.

Quando se consideram os motivos e as condições socioculturais do envolvimento de familiares com o Conselho Tutelar, em suas diversas formas, pensa-se na realidade da família brasileira e na realidade de suas crianças/adolescentes, o que também implica considerar o momento social e histórico do qual se fala.

Os conceitos de família, de infância e de adolescência, bem como de políticas públicas de assistência, não são tomados, nesta pesquisa, como estanques ou naturais. Sua compreensão parte da concepção datada social e historicamente e de seu movimento e de suas transformações, no decorrer do desenvolvimento da história da humanidade.

A adesão a uma compreensão dos elementos envolvidos nesta pesquisa a partir de sua historicidade, de sua contradição; a adesão a uma concepção de homem determinado e determinante das relações sociais evidencia alguns dos pressupostos filosófico-metodológicos do Materialismo Histórico Dialético, à luz dos quais realizamos este estudo.

Ao longo da história, a família e a infância foram alvo de diversas intervenções de caráter caritativo-religioso, filantrópico e/ou estatal, em especial as famílias e crianças pobres. Visando ao estabelecimento e manutenção de uma nova ordem vigente, a ordem burguesa-capitalista, muito foi feito para se educar e enquadrar a população dentro de padrões de higiene, de produção, de moral e de relacionamentos acarretando ações que tiveram a família como resposta para os erros e desvios sociais encontrados e como lócus prioritário de educação.

A responsabilização/culpabilização atribuída à família pelas dificuldades, pelos problemas e pelas “anormalidades” de crianças e adolescentes ainda persiste fortemente, nos trabalhos de instituições e órgãos públicos. Nesse sentido, um dos pressupostos que sustentam a pesquisa aqui

proposta diz respeito à forma de atuação interventiva: se esta se pretende efetiva, deve buscar não realocar a culpa historicamente atribuída aos indivíduos, isoladamente, para suas famílias.

Falar sobre os serviços públicos de atenção requer que atentemos para a historicidade do Estado como responsável pela organização das relações humanas e pelo gerenciamento da vida pública e particular, principalmente das camadas mais desfavorecidas da população.

Autores como Donzelot (1986) e Rizzini (1993), dentre outros, nos apontam para a produção e a história da assistência à infância não só como agência de proteção, mas também como agência de controle familiar: a partir do século XVIII, o Estado começa a exercer um controle maior sobre a proteção à infância, antes atribuição religiosa; tal controle originou-se de concepções filantrópicas iluministas e do higienismo.

Num contexto de aumento da população em geral e dos desamparados em particular, era necessário racionalizar recursos e impor regras de assepsia e cuidado com a saúde das crianças e com a sua educação, controlar a população e instruí-la para a conformidade e vivência com os padrões da nova ordem burguesa.

Nesse sentido, o papel ideológico que exercem os órgãos de assistência social públicos não pode ser esquecido se intentamos uma análise mais aprofundada da realidade das atuações de profissionais responsáveis pelo atendimento a essas mesmas famílias.

Em discussões referentes ao exercício de profissionais que atuam com as questões relativas à infância e à adolescência – versando sobre os programas oferecidos por abrigos e instituições diversas, sobre as atuações em âmbito municipal, realcionados a essa temática, e ao buscarmos exemplos de atuação, na bibliografia da área –, percebemos a escassez de ações no âmbito familiar. Para as famílias denunciadas por abusos físicos, psicológicos, sexuais e/ou por atos negligentes, é lançado um olhar e uma intervenção culpabilizadora, na maioria dos casos.

Em que pese essa realidade, tais órgãos de assistência, como os Conselhos Tutelares e as organizações responsáveis pela execução de medidas referentes à proteção da

criança/adolescente, são, nesse momento histórico, o lócus de ações concernentes às políticas públicas e às atuações junto à infância e à juventude, no Brasil; a partir de suas ações, é possível realizar uma análise da situação atual dessa parcela da população, considerando a realidade mais ampla.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como uma legislação recente, traz alguns avanços no que respeita à garantia da cidadania dessa população específica, agora entendida como constituída por sujeitos de direitos e não por menores alijados de autonomia, tutelados por pais e pelo Estado.

O ECA caracteriza-se, nesse momento histórico que estamos vivenciando, como um avanço em questão de políticas públicas garantidas juridicamente. O conceito de criança nele presente, porém, mostra-se naturalizado, isto é, pressupõe uma concepção a-histórica, sem particularidades sociais e culturais, como se a idéia de infância sempre tivesse existido e fosse a mesma para todas as culturas e para as distintas classes sociais brasileiras.

Uma das facetas da realidade de crianças e adolescentes no Brasil, abordada pelo ECA, e um dos motivos de encaminhamentos e convocações de familiares pelo Conselho Tutelar diz respeito às situações de violência doméstica. O aumento de seu número de incidência[1] e prevalência[2] mostra-se como um dado preocupante e como um fator forte de intervenções públicas junto às famílias.

Como exemplo estatístico podemos citar alguns dados referentes ao município de Bauru, interior paulista, local de desenvolvimento da presente pesquisa. Nos anos de 2002 e 2003, por exemplo, a população com até 19 anos perfazia um total de 109.043 meninos e meninas; em 2002, os casos de violência (consideradas todas as suas tipificações) atingiram o total de 140, enquanto, no ano seguinte (2003), chegou a 250.

---

[1] Incidência: número de casos novos detectados num determinado período.

2 Prevalência: número de casos que a população adulta reconhece haver sofrido na infância e/ou adolescência.

A fonte aqui utilizada para essa referência foi o Banco de Dados do Laboratório de Estudos da Criança, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (www.usp.br/ip/laboratórios/lacri/estatisticas). É preciso ter claro, a partir desses dados, que tais números se restringem à chamada "ponta do iceberg" da questão, uma vez que abrangem somente as violências notificadas aos órgãos competentes, ficando ausentes nas estatísticas os dados não identificados oficialmente.

Ainda como caráter diagnóstico, pode-se citar alguns indicadores referendados na bibliografia analisada e presentes em debate realizado junto à população no ano de 2003, promovido pela X Equipe do Telelacri, no Teatro Municipal do já referido município. Dentre eles, o desconhecimento, por parte dos presentes ao debate, dos tipos de violência doméstica exercidos contra crianças e adolescentes, de suas conseqüências e, principalmente, de métodos alternativos de educação dos filhos.

Somada a isso, pode-se perceber a *cultura da desvalorização* da criança e do adolescente, que, como bem aponta a literatura, entende os mesmos como *seres inferiores*, sem direito a participar de seu processo educativo, uma vez que são improdutivos economicamente dentro do sistema capitalista vigente, em que pese a existência, em grande escala, do trabalho infantil. Essa desvalorização, em particular, juntamente com outros elementos aqui discutidos (desconhecimento da violência e de suas conseqüências por parte dos pais, culpabilização das famílias, desconhecimento da realidade dos familiares por parte de muitos profissionais etc.) nos apontam alguns dos multideterminantes da violência, que a tornam amplamente referendada junto às famílias, apesar dos avanços do ECA.

Trabalhos de intervenção terapêutica, psicossocial e educativa junto aos familiares permitem, quando possível, o restabelecimento dos vínculos das crianças e adolescentes vitimizados com suas famílias de origem; atuação junto a famílias substitutivas, se for o caso e

discussões junto à comunidade, quanto à identificação do fenômeno da violência nas relações cotidianas e alternativas de enfrentamento do mesmo.

Assim, pesquisar a violência doméstica tendo como referência os familiares envolvidos com o Conselho Tutelar e refletir sobre possíveis formas de atuação profissional, junto a essas famílias, vai ao encontro de um objetivo maior, que é contribuir com a construção de relações mais humanizadoras e propiciadoras de desenvolvimento e transformação.

Nesse sentido, o aprofundamento das discussões e as possíveis reflexões sobre as ações dos participantes envolvidos nos levam a transpor para o plano cotidiano os conceitos de que “o homem aprende a ser homem”, se constrói na sociedade e a constrói. Assim, por conceber o homem como ser historicamente determinado e também como sujeito de sua história pessoal e social, admitimos também a possibilidade de contribuir com algumas mudanças para a transformação dessa estrutura de sociedade capitalista, que, conseqüentemente, traz consigo formas de relacionamento humano desumanizadoras em si mesmas.

Por outro lado, percebe-se que o objetivo maior do conhecimento científico reside em orientar ações humanas transformadoras da realidade e, assim sendo, não nos basta apenas conhecer, interpretar um dado fenômeno, mas sim produzir conhecimento que possa estar a serviço do homem. Entendemos, então, que buscar os fundamentos para o nosso estudo nos pressupostos do Materialismo Histórico e Dialético, baluarte da Psicologia Social Sócio-Histórica, constitui-se uma questão ética e política.

Isso posto, temos, em nosso primeiro capítulo, intitulado “Um Passado muito Presente...”, o resgate da historicidade da família, da infância e da adolescência, além das políticas públicas, procurando captar o movimento humano que as produziu, suas necessidades e sua organização social e material.

O passado da história não se encontra tão longínquo como se pensa. Muitas de suas determinações e muitas das marcas de atuação de seu tempo se fazem presentes, embora com

matizes diversos, na realidade atual. Assim, em nosso segundo capítulo, “Um Presente muito Passado...”, buscamos registrar as conformações atuais, discussões teóricas e análises de diferentes autores acerca das políticas públicas e de suas relações com a família, a infância e a adolescência.

Reservamos um terceiro capítulo, “Um Presente, Passado, Futuro...”, para nos dedicarmos aos pressupostos filosófico-metodológicos que embasam nossa pesquisa. Esse capítulo encontra-se assim organizado: num primeiro momento, resgataremos a historicidade e a especificidade da Psicologia Social Sócio-Histórica e como essa área da Psicologia se articula com a perspectiva Materialista Histórica e Dialética, avançando nas discussões acerca da concepção de homem e dos pressupostos marxistas. Num segundo momento, também dedicado a nossa fundamentação teórico-metodológica, abordaremos a Teoria da Vida Cotidiana, de Agnes Heller e as implicações desse cotidiano para o desenvolvimento do psiquismo.

No quarto capítulo, realizaremos a construção teórica acerca da metodologia da pesquisa, seus procedimentos de coleta de dados e formas de análise. Em um quinto momento, percorreremos os caminhos trilhados para a construção dos significados e sentidos pessoais que os cinco familiares entrevistados atribuem à violência contra seus filhos e/ou responsáveis.

Enfim, no capítulo sexto, “Presente, Passado, Futuro... e algumas considerações”, ousamos tecer apontamentos gerais e indicativos de possíveis mudanças, já que à luz de nossos pressupostos teóricos, a história humana encontra-se em constante movimento, transformação, construção, contradição, desconstrução...

Consideramos que tais discussões possibilitam compreender mais adequada e concretamente os determinantes histórico-culturais e sociais relacionados à família atual e suas relações com as políticas públicas, representadas aqui pelo Conselho Tutelar, suas atribuições, caracterizações e implicações derivadas.

2. Um Passado muito Presente...

2.1. Da Família, da Infância e da Adolescência

Desde 1990, a infância e a adolescência, no Brasil, possuem uma lei que lhes assegura o direito fundamental e primaz à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, convivência familiar e comunitária. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) atribui o dever de proteção integral da infância e da adolescência à família, à comunidade em geral e ao Poder Público, conforme se vê explicitado em seu quarto artigo, título I (BRASIL, 1990).

O capítulo III da citada legislação garante as atribuições e responsabilidades delegadas à família natural e/ou substituta, no que se refere aos deveres para com a infância e adolescência; enquanto as determinações referentes à sociedade civil e ao Estado encontram-se citadas ao longo de todo o estatuto.

Discutir as formas de atuação concernentes à população infanto-juvenil implica considerar o momento social e histórico do qual se fala. A concepção de infância como uma fase distinta do desenvolvimento, como fase preparatória para a vida adulta, por exemplo, tem seu nascedouro nas camadas economicamente superiores da população dos séculos XVI e XVII (nobreza e, posteriormente, burguesia), passando a estabelecer-se definitivamente no século XVIII, com a ascensão da burguesia ao poder, conforme nos mostram os estudos de Ariés (1986).

A partir de então, à criança e à família foram assegurados status, valores e sentimentos diferenciados, próprios de uma classe que se pretendia distinta e homogênea; classe que estabeleceu novas relações de produção econômica, pautadas no liberalismo e conseqüente individualismo, na industrialização, na separação entre a esfera pública e a privada, no direito romano e no patriarcado.

A inserção e a preparação da criança para a vida adulta passaram, com o estabelecimento do capitalismo, a ser atributo da família e da escola. A educação deveria servir ao ideal burguês estabelecido: criar indivíduos autônomos, autodisciplinados, com capacidade para se dedicar ao trabalho, não necessitando de sanções externas, capazes de tomar decisões independentes e de enfrentar o mundo competitivo, sendo inteiramente responsáveis por seus sucessos ou fracassos (REIS, 1991).

Engels (1984) ressalta a historicidade da família ao resgatar os diversos estudos antropológicos sobre as relações de parentesco desde o estado primitivo da humanidade até o estágio atual da civilização. O desenvolvimento das relações humanas e familiares, segundo o autor, pauta-se na organização produtiva e de trabalho: quanto menor o desenvolvimento do trabalho, menor a riqueza da sociedade e maior a influência dos laços de parentesco; com o aumento da produtividade do trabalho, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia e o antagonismo de classe; tem-se a origem de uma sociedade organizada em forma de Estado, *"sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade"* (p. 3).

Engels (1984) reporta-se aos estudos antropológicos sobre as relações de parentesco existentes entre os Índios da América e da Índia, as quais não eram baseadas na consangüinidade, mas em deveres recíprocos. Continuando seus estudos, detém-se na organização do homem em Hordas, que substitui a falta de poder defensivo do indivíduo pela coletividade; nesse momento, existia a tolerância recíproca entre os machos e a ausência de ciúmes, o que culminou em grupos numerosos e estáveis.

A forma mais antiga de família refere-se ao matrimônio por grupos, nos quais não existia a idéia de ciúme, promiscuidade, incesto. Com a organização humana em sistemas de Gens[3],

[3] Gens: "Círculo fechado de parentes consangüíneos, consolidado por instituições comuns" (ENGELS, 1984, p. 44).

nasce a proibição de relações sexuais entre irmãos (período chamado de punaluana). A seleção natural contribui para o fortalecimento dessa forma de organização coletiva; aqui, prevalece a linhagem feminina na determinação da filiação e da transmissão de bens e heranças. No Velho Mundo, a domesticação de animais e a criação de gado contribuíram para o aumento da riqueza; na origem, essa riqueza pertencia à Gens, mas logo se desenvolveu a propriedade privada (ENGELS, 1984).

Ao homem cabia, nesse último momento histórico citado, procurar instrumentos para a alimentação: era o proprietário desses instrumentos e em caso de separação, levava-os consigo, enquanto a mulher levava os utensílios domésticos. Com isso, à medida que aumenta sua riqueza, o homem passa a exercer importante posição social; iniciam-se reivindicações para que a herança não seja mais transferida pelo direito materno. Temos a passagem ao patriarcado, cujas explicações reais acerca de como ocorreu ainda configuram hipóteses, segundo o autor.

A origem da estruturação nuclear da família, como a concebemos hoje, está calcada no surgimento da propriedade privada. Ainda de acordo com Engels (1984), a passagem do matrimônio sindiásmico – no qual os casais se mantinham por algum tempo juntos e, depois, ocorriam trocas de parceiros – para a monogamia garantiu a necessidade de assegurar a paternidade dos filhos e a transmissão da propriedade privada, numa transição para a comunidade familiar patriarcal. Em suas palavras, a expressão família

> (…) foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano, e o direito de vida e de morte sobre todos eles (ENGELS, 1984, p. 61).

Pôster (1979), por sua obra dedicada à “Teoria Crítica da Família”, é outro autor que nos serve de referência, nesta revisão. Seu escrito tece uma crítica aos historiadores que partem do

princípio de que a família sempre foi definida por seu tamanho e por suas relações de sangue. Em suas palavras, o objetivo de sua obra seria *"redefinir a estrutura da família (...) abordando, de preferência, as questões que se relacionam com os padrões emocionais"* (p. 17).

Defende ainda que, para o estudo da família, deve-se buscar uma teoria crítica, em oposição a uma teoria ideológica uma vez que a primeira justifica a natureza histórica do objeto, define socialmente sua localização, garantindo os limites de sua estrutura, em função da liberdade das pessoas. Para ele, estudar a família tem repercussões mais amplas e sociais:

> A questão da história da família estende-se aos principais problemas da vida contemporânea. Suscita o problema da libertação das mulheres (...), da consciência de classe do proletariado (...) além dos tipos de dominação gerados em considerável grau no seio da família – os de idade e os de sexo – a família desempenha um importante papel ideológico na estabilidade do sistema social (PÔSTER, 1979, p. 17-8).

Além desses elementos, o autor também salienta a situação de dependência das crianças em relação aos adultos no seio familiar, enfatizando o pressuposto de que a dependência não conduz necessariamente à dominação, nem é justificativa para ela. Uma teoria crítica da família, então, deve buscar conceitualizar sua estrutura interna de tal forma que permita traçar comparações entre os diferentes modelos históricos de família, tornando compreensíveis as formas concretas de interação e as estruturas por meio das quais as noções de idade e sexo são internalizadas.

Na sociedade capitalista, a família burguesa constitui-se no modo de organização da maioria das famílias. Além de exercer a função de reprodução de mão-de-obra, exerce também uma importante função ideológica. A noção naturalizada, imutável e universal de família, que os pais, primeiros agentes de educação, ensinam aos filhos é o primeiro momento dessa prática ideológica. O segundo momento se dá na educação para a vivência das relações extrafamiliares.

Ordem e hierarquia são valores axiológicos que a sociedade burguesa criou, no plano do desenvolvimento da individualidade (HELLER, 1991), e são exatamente esses os valores principais que devem nortear as relações sociais; valores transmitidos de geração em geração, nas práticas de educação familiar. Aprendemos desde a mais tenra idade, por exemplo, a importância da obediência e do respeito à autoridade dos pais, o que futuramente nos servirá como modelo frente a outras figuras representativas. Nas palavras de Fromm, citado por Canevacci (1982):

> A família faz com que a violência objetiva das relações sociais não manifeste diretamente a sua brutalidade, mas o faça através da interiorização da obediência a um sistema hierárquico e autoritário desde a infância... (p. 164).

Marcadas que são por fortes componentes emocionais e afetivos, as relações aprendidas no seio da família são vividas intensamente pelos indivíduos, sendo elementos estruturais de sua personalidade. Nesse sentido, Reis (1991) diferencia o grupo familiar dos demais grupos humanos, por ser ele o *"lócus de estruturação da vida psíquica"* (p. 104). Além disso, Pôster (1979) nos aponta uma característica fundamental que perpassa as relações cotidianas e que se estrutura e é aprendida no seio familiar:

> Além de ser o lócus da estrutura psíquica, a família constitui um espaço social distinto na medida em que gera e consubstancia hierarquias de idade e sexo. (...) a família é o espaço social onde gerações se defrontam mútua e diretamente, e onde dois sexos definem suas diferenças e relações de poder. Idade e sexo estão presentes, é claro, como indicadores sociais em todas as instituições. Entretanto, a família contém-os, gera-os e os realiza em grau extraordinariamente profundo. Por outras palavras, o estudo da família fornece um excelente lugar para se aprender como a sociedade estrutura as determinações de idade e sexo (PÔSTER, 1979, p. 162).

Assim, a vivência emocional de seus membros, pautada na hierarquização etária e sexual, conduz o funcionamento familiar a centrar-se no binômio autoridade/amor (PÔSTER, 1979).

É interessante ressaltar que tais apontamentos de Pôster (1979), corroborados pelas análises de Reis (1991), são verdadeiramente característicos da família burguesa. Em estudos sobre a História da Criança, no Brasil, por exemplo, é fácil perceber os reflexos do nascedouro do sentimento de infância e de família, discutido por Áries (1986), no qual não se encontram relações que presentifiquem o binômio autoridade/amor como eixo estruturador.

Na obra organizada por Del Priore (2004), encontram-se diversos relatos sobre a situação da criança e da adolescência, em nosso país, em diferentes momentos e classes sociais. O objetivo do ensino às crianças e aos adolescentes estruturava-se de diversas formas, fundamentadas em sentimentos que não os baseados na autoridade e no amor.

Assim, a criança indígena, na época do descobrimento e no século XVI, foi a grande preocupação dos jesuítas visando à formação da "nova cristandade", uma vez que os adultos se mostravam arredios aos novos hábitos e ensinamentos: *"a criança indígena (...) era considerada papel branco no qual se inscrevia a luta contra a antropofagia, a nudez e a poligamia"* (p. 61). A evangelização/educação baseava-se em sentimentos de temor e sujeição, estruturados em um rígido sistema disciplinar: vigilância constante, delação e castigos corporais.

Os objetivos do ensino às crianças também eram outros, no período do Império, embora se possa afirmar que, em todos os períodos da história brasileira, a educação da criança para o adestramento aos costumes e moral vigentes nunca deixou de existir, mesmo no Brasil quinhentista.

Se, à época do descobrimento do Brasil, a criança estava sendo descoberta no Velho Mundo, à época do Império esse sentimento encontra-se em fase de consolidação, existindo também, embora pouco descrita, a noção de adolescência, ambas caracterizadas em função de aspectos físicos e intelectuais.

O objetivo aqui, como à época dos jesuítas, era transformar os pequenos em seres responsáveis. Isso, porém, não era realizado mediante as relações de autoridade e amor, como na

atualidade; nesse momento histórico, em que as crianças conviviam com grande número de adultos, ocupando diferentes funções e sendo também responsáveis por sua educação,

> (…) mais do que luta pela sua sobrevivência (...) procurava-se adestrar as crianças (...). Uma certa consciência sobre a importância desse preparo vai tomando forma no decorrer do século XVIII, na vida social. O reconhecimento de códigos de comportamento e o cuidado com o aspecto exterior eram fenômenos, naquele momento, em via de estruturação (...). Tais códigos eram bastante diferenciados entre os núcleos sociais distintos: os livres e os escravos; os que vivem em ambiente rural e em ambiente urbano; os ricos e os pobres (...). Apesar das diferenças, a idade os unia (...). Entre os séculos XVI e XVIII, com a percepção da criança como algo diferente do adulto, vemos surgir uma preocupação educativa que traduzia-se em sensíveis cuidados de ordem psicológica e pedagógica (DEL PRIORE, 2004, p.104-5).

Também se distinguiam os objetivos da educação de crianças escravas e, futuramente, a educação dos filhos da recém classe proletária, igualmente trabalhadores no início da industrialização brasileira. No espaço das fábricas e no mercado informal a educação dessas crianças encontrava seu complemento, tratava-se de um espaço permeado por muitos atos de violência em nome da disciplinarização dos corpos e mentes infanto-juvenis.

A situação de pobreza da classe operária reflete-se, assim, nas crianças, pois os meninos e meninas viviam em situações-limite, que iam da insalubridade dos ambientes de trabalho e da precariedade das condições de saúde até o risco de morte e os acidentes constantes:

> A implantação da indústria e sua conseqüente expansão norteou o destino de parcela significativa de crianças e também de adolescentes das camadas economicamente oprimidas (...) o trabalho infanto-juvenil imprimiria, talvez mais do que qualquer outra questão, legitimidade ao movimento operário. Nos pequenos trabalhadores as lideranças saberiam identificar a causa preciosa, capaz de revelar aos olhos dos contemporâneos e também da posteridade, a condição da classe operária no que esta tinha de mais miserável (DEL PRIORE, 2004, p. 260).

Muitos foram os movimentos populares e da classe operária insurgentes contra essa realidade e inúmeros foram os dias, os anos, as mortes de crianças e adolescentes, nesses contextos, até que alguma atenção por parte do Estado fosse destinada à questão.

Sujeitos ativos da história de nossa sociedade, mesmo que assim não fossem considerados, crianças e adolescentes deixam retratados o movimento, a contradição e as marcas da atividade humana. Nesse sentido, o resgate histórico que aqui percorremos nos permite corroborar a desnaturalização dos conceitos de família, infância e adolescência primeiro passo para compreendermos o homem concreto: produto e produtor de sua própria história, de acordo com as circunstâncias que lhe são dadas ou nas quais vive sua vida cotidiana e nela forma/desenvolve seu psiquismo.

2.2. Das Políticas Públicas

Igual movimento de resgate histórico e de desnaturalização dos conceitos deve ser feito no tocante às políticas públicas para a infância e a juventude. Antes, então, de analisarmos o atual Estatuto da Criança e do Adolescente e suas implicações, é fundamental conhecer o seu passado e os seus antecedentes histórico-sociais, para uma análise que abarque a lógica dialética do movimento social e nos permita ir do concreto abstrato para o concreto pensado das relações que o envolvem.

Alguns elementos já discutidos anteriormente, acerca da história da criança, do adolescente e da família, nos servirão de pano de fundo para o assunto aqui abordado. Nesse sentido, falar das políticas públicas para a população infanto-juvenil é também dizer sobre a história dessa população, seja como caracterização e consolidação de fases distintas do ciclo da vida, seja como áreas de conhecimento às quais se dedicam ramos específicos da Ciência, como a Medicina, a Sociologia, a Pedagogia, dentre outros. Isso para não dizer da produção de

conhecimento popular e religioso, que se encontra fora do âmbito científico, cujos cunhos assistencialistas permearam (e ainda permeiam) muitas das ações dirigidas a essa parcela da população.

Essa imbricação existente entre o nascedouro da infância/adolescência com a realidade socioeconômica cultural e com as determinadas produções de conhecimento científico nos possibilita traçar o caminho pelo qual muitos e muitos homens construíram a sociedade e suas relações, e nos deixaram legados. Legados esses por meio dos quais nos constituímos tanto como arquitetos, quanto como construções dessa mesma história social.

Nesse sentido, muitos estudos acadêmicos têm sido produzidos a respeito dos aspectos históricos e sociológicos da infância, tanto no Brasil quanto fora dele. Sob a égide da Ciência, muitos argumentos são construídos e muitas políticas são criadas, justificando, por vezes, a implantação de novos hábitos, valores e atitudes, derivados de novas bases econômicas e de novos interesses políticos.

Para Freitas (1997), por exemplo, as Ciências produzem argumentos que decorrem de apreciações oficiais governamentais, supragovernamentais e não-governamentais. Assim, segundo ele, se fôssemos proceder a um balanço do século XX, por meio dos documentos oficiais, perceberíamos que as carências infantis têm sido associadas ao não-desenvolvimento econômico, não se questionando, nesse caso, a efetividade do caráter preventivo que o desenvolvimento econômico possuiria, tendo em vista que tal desenvolvimento não atinge a todas as crianças de forma igualitária.

Para o autor, quando analisamos concretamente a realidade,

> não é arriscado dizer que a história social da infância no Brasil é também a história da retirada gradual da questão social infantil (com seus corolários educacionais, sanitaristas, etc.) do universo de abrangência das questões de Estado (FREITAS, 1997, p. 13).

Se, a partir de tal constatação, Freitas (1997) aborda em sua obra a história social da criança por meio de variadas frentes de investigação e de debate, não se restringindo aos argumentos oficiais e governamentais, mas recorrendo a literaturas, a relatos de viajantes, a arquiteturas escolares, etc. Rizzini (1993), por outro lado, focaliza essa mesma história, buscando compreender sob quais condições políticas, sociais e econômicas a assistência à criança e ao adolescente se institucionalizou, chegando à natureza de política nacional.

Na busca da coerência teórico-metodológica com os pressupostos aqui adotados, nós nos deteremos no que ressalta Rizzini (1993) sobre a análise da construção da assistência à infância no Brasil, o que nos fornecerá dados históricos para compreender a construção da política do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para tanto, consideremos que *"não podemos perder de vista que a contradição fundamental do regime capitalista (produção material socializada e apropriação privada) reflete-se por todas as esferas da sociedade, desenvolvendo relações sociais alienadas e antagônicas"* (MARTINS, 2005, p. 151).

Rizzini (1993) inicia seus relatos sobre a história da assistência à infância, no Brasil, na segunda metade do século XIX, período em que as classes médica e jurídica passam a tecer discursos e a legitimar a produção de conhecimento científico sobre as crianças e os adolescentes, requerendo das instituições religiosas o papel de tutores dessa população.

Aqui, a infância pobre e "moralmente abandonada" era o alvo das ações, considerada potencialmente perigosa, por não receber de seus progenitores uma educação adequada, vindo a constituir futuros marginais e delinqüentes, em prejuízo da ordem nacional:

> A preocupação com a infância nos meios médico e jurídico do início do século está intimamente relacionada ao projeto de normatização da sociedade, definido por representantes das elites intelectuais, econômicas e por autoridades do país. O que se pretendia era eliminar as desordens de cunho social, físico e moral, principalmente nos centros urbanos (RIZZINI, 1993, p. 109).

Num contexto de crescimento desordenado das cidades, a Medicina Social encontra seu espaço de inserção, a partir de uma necessidade de controle por parte da classe burguesa e por meio da política de higienização pública. Essa política adentrou os lares brasileiros, para ensinar às mães como cuidar e educar os filhos, de acordo com os novos padrões de adequabilidade, objetivando a prevenção da delinqüência infantil herdada dos pais.

A assistência social religiosa passa a ser questionada, uma vez que não se enquadrava dentro do saber sistematizado da produção científica, enquanto a filantropia passa a cobrar do Estado uma atuação mais significativa, no tocante às crianças e aos adolescentes. Para Rizzini (1993), como resposta estatal, temos a criação do Juízo de Menores, em 1923, e do Primeiro Código de Menores, de 1927, resultando numa classificação da infância e juventude e num esquadrinhamento da sociedade:

> O esquadrinhamento exercido pela assistência se dará em outros níveis também, como por exemplo: – o estudo das condições de vida das crianças pobres a título de dar-lhes a proteção adequada, o que implica num penetrar a família, conhecer o seu cotidiano, como vive e como cuida de suas crianças; – a intervenção propriamente dita sobre uma família, o que será feito através de recursos vários como a assistência gratuita e os conselhos às mães pobres de como cuidar e educar seus filhos; – o projeto de organização de uma assistência asilar, fundamentada nos princípios de prevenção e recuperação (RIZZINI, 1993, p. 36).

Ciência e Estado unem-se, nesse sentido, para prevenir desordens sociais e para garantir a apropriação de novos hábitos e valores relativos à classe burguesa dominante. O alvo eram as famílias, percebidas como causadoras dos problemas que atingiam a infância brasileira.

No ano de 1889, início de nossa República, a assistência oficial estatal à infância e à adolescência ainda era tímida, constituindo-se, paulatinamente, em um instrumento útil para garantir os então interesses estabelecidos:

> Os argumentos não poderiam ser mais convincentes, não só para a época, já que continuam a ser utilizados pelas instituições oficiais como justificativas para sua ação. A prevenção da criminalidade, a previsão econômica pela educação do elemento nacional como fator de produção; a previsão e construção democrática pela formação de cidadãos, que tudo quanto forem deverão à República, a qual amarão e farão amada, são metas perseguidas pela assistência pública ao longo de sua história. (...) Mais do que diminuir as desigualdades, a assistência é atraente para o Estado como instrumento de redução das diferenças, sobretudo políticas (RIZZINI, 1993, p. 90-3).

O ápice da aliança Estado-Ciência, se assim pudermos chamar, nesse contexto histórico brasileiro, aconteceu com o estabelecimento de um código (o Código de Menores) que permitisse à ala jurídica legislar sobre as ações e as necessidades da infância e da adolescência, concebidas, então, como seres “menores”, que exigiam tutelas, justificando intervenções médicas asilares e extra-asilares, junto à população da classe pobre e marginalizada.

A compreensão da historicidade dos elementos de nossa pesquisa, apontados até aqui, constitui-se em uma das categorias fundamentais do Método Materialista Histórico e Dialético. O movimento contraditório expresso na história, bem como a totalidade nele inserida, permite-nos buscar as múltiplas determinações do indivíduo concreto e não meramente empírico, e sua forma de construção da sociedade, sem deixar esquecida a construção de sua própria subjetividade.

No capítulo que se segue, podemos aprofundar e complementar a análise e revisão que nessa parte se construiu, salientando, para tanto, o movimento do passado que se faz presente, no momento atual da história da humanidade relativo às crianças e adolescentes e à violência doméstica, contemplando nesse contexto, a construção da objetividade e subjetividade da vida no modo capitalista de produção.

3. Um Presente muito Passado...

3.1.Das Políticas Públicas

Como vimos, no primeiro código brasileiro dedicado à infância e à adolescência – o Código de Menores, de 1927 –, a infância, o ser criança, não era valorizado por si mesmo; a criança era simplesmente um objeto que o adulto deveria formar, um menor, sem que sua condição de ser humano dotado de direitos e deveres fosse assegurada; era dotada de menoridade absoluta, não capaz, não autônoma em relação aos pais e ao Estado.

A evolução das legislações parte dos escombros da II Guerra Mundial, surgindo as convicções para a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, que foi muito pouco cumprida pelos países signatários, sendo ratificada e complementada na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989. O Brasil, país signatário, garantiu os princípios da cidadania infanto-juvenil, em sua Constituição de 1988, firmando a Convenção dos Direitos da Criança com a legislação específica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (SÊDA, 1998).

A população infanto-juvenil agora passa a ser sujeito de direitos:

> No Brasil, movimentos sociais mobilizados pela Igreja Católica, educadores, trabalhadores sociais, profissionais liberais, lideranças comunitárias, magistrados, responsáveis por entidades governamentais, não-governamentais e intergovernamentais, ampliaram os debates sobre a situação da infância no país, que resultaram na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069 (...) que legisla sobre um reordenamento político-institucional que reestrutura o quadro da política pública destinada à população infanto-juvenil e institui os mecanismos para uma municipalização e controle das políticas de assistência social dirigidas a essa população – os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares (BACCINI, 2000, p. 25-6).

De acordo com Mendez (1994, apud ANDRADE, 1997), a existência da doutrina da situação irregular, que regia o Código de Menores, resume-se na criação de um marco jurídico

que legitime uma intervenção estatal discricionária *"sobre essa parte do produto residual da categoria infância, constituída pelo mundo dos menores"* (p. 4). De forma inversa, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a doutrina de proteção integral e faz referência a um conjunto de instrumentos jurídicos de caráter internacional, *"que expressa um salto qualitativo fundamental na consideração social da infância"* (p. 4).

Como vimos, no capítulo anterior, a institucionalização de políticas de assistência à infância e à juventude partiu de uma necessidade de controle e de imposição de novos hábitos à população, por parte do Estado, constituído agora pela nova classe dominante, a burguesia. Ficou clara também pelo exposto, a importância da Ciência, representada pela Medicina e pelo Direito, para a nova conformação social e suas conseqüentes relações humanas.

Se, de um lado, a Medicina Social, por meio da estratégia da higiene pública, pode adentrar aos lares e estabelecer novas formas de relacionamentos familiares, especialmente no tocante ao trato da mãe com seu bebê, sob o escopo do conhecimento da hereditariedade e transmissão de doenças/déficits de outro lado, temos o sistema judiciário com autonomia para aplicar leis e decidir sobre os conflitos derivados da nova realidade.

Para Baccini (2000),

> no bojo desse processo, as reestruturações nas regras familiares por razões econômicas e culturais, como o desenvolvimento do trabalho feminino e, pelas modificações nas relações conjugais, que colocaram em cena a flutuação da guarda e a circulação de crianças de famílias monoparentais e reconstruídas, acrescentaram às demandas jurídicas a conflitualidade familiar, que se tornou socialmente mais visível, e até mais aceita, através das transformações do direito da família, direitos da mulher e direitos da criança e do adolescente (p. 21).

Como resultado, ainda de acordo com a autora, temos uma "explosão da litigiosidade", com a justiça tendo de se adequar, por meio da criação de alternativas paralelas à administração convencional. Nessa situação, novos mecanismos passam a reger as relações sociais –

mecanismos jurídicos, que visam a um maior envolvimento e participação dos cidadãos em um sistema de serviços jurídico-sociais: entram em cena os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, nas diversas esferas das políticas públicas (saúde, assistência social, criança e juventude...).

No plano social mais amplo, temos então a institucionalização da participação da sociedade civil, na gestão das políticas sociais. Essa participação foi instituída em nossa Constituição Federal de 1988:

> Art. 204: As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
> I. descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como às entidades beneficentes e de assistência social;
> II. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (p. 142).

De acordo com esse artigo constitucional, pode-se identificar as propostas de organização do sistema de garantia dos direitos da população infanto-juvenil: modelo institucional para gerir as políticas de assistência social, fundado na descentralização político-administrativa e na democracia participativa, que estabelece a co-responsabilidade da sociedade e do Estado, na formação, execução e controle das políticas.

O ECA, em consonância com esse modelo jurídico, define as diretrizes do atendimento à infância e à juventude:

> Art. 88: São diretrizes da política de atendimento: (...)
> II – a criação de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais.
> (...)

> Art. 131: O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nessa Lei.

Os Conselhos de Direitos são, portanto, órgãos paritários e deliberativos, definidores das políticas de assistência social à infância e à juventude. O Conselho Tutelar, por sua vez, é o órgão responsável pela garantia da execução desses direitos instituídos. Sua composição e demais atributos são definidos localmente, por legislações municipais.

Ao Conselho Tutelar cabe ainda, em seu papel, *"encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal, contra os direitos da criança e do adolescente"* (ECA, art. 136, IV) e *"representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações"* (ECA, art. 136, III-b).

Nesse sentido, suas atribuições não se restringem à atuação junto às crianças e adolescentes ou a seus familiares, mas se amplia para uma ação junto ao Ministério Público, à autoridade judiciária e ao poder executivo. Assim, temos uma atribuição fiscalizadora também do papel do Estado, no cumprimento das políticas instituídas, o que nem sempre merece destaque ou é alvo de ação efetiva, na realidade dos Conselhos Tutelares.

A dissertação de mestrado de Baccini (2000), cujas constatações já nos auxiliaram, nesse trabalho, permite-nos compreender a institucionalização desses órgãos no processo de responsabilização pelas crianças e adolescentes. Segundo ela, desde o início de sua implantação, muitas são as contradições, já que os conflitos passam a ser regidos e administrados por políticas municipais, não se colocando em discussão as propostas organizacionais da política participativa, no plano mais geral.

Ainda nos servindo das considerações de Baccini (2000):

> As atribuições do Conselho Tutelar especificadas no artigo 136 do ECA articulam direitos, sujeitos, condições sociais e estruturas institucionais

> viabilizadoras. Contudo, não são instrumentos auto-aplicáveis, isto é, observando-as ao pé da letra, não há, nas múltiplas atribuições do Conselho Tutelar dados suficientes que explicitem a que fato concreto esta ou aquela medida se refere. Visam a oferecer os instrumentos legais para o controle social da violação e restituição dos direitos de crianças e adolescentes presentes no Estatuto, de uma forma genérica.
> Cabe aos sujeitos concretos que desempenham a atividade cotidiana de controle das ocorrências de violação, garantia e restituição de direitos, reconhecer, no instrumento legal, o direito violado, discernir sobre as ações necessárias e articulá-las às estruturas institucionais que devem ser acionadas para viabilizá-las (p. 46).

Silva (1994, apud BACCINI, 2000) considera que tal "discernimento" origina noções diferentes por parte dos conselheiros, sobre o papel dos Conselhos Tutelares. Para a autora, três seriam essas noções: a primeira entende que o órgão é encaminhador, é meio para o encaminhamento de crianças e adolescentes para os devidos equipamentos sociais; a segunda afirma que ele não é um "pronto-socorro" de casos, enfatizando como sua maior relevância o papel de subsidiar as políticas públicas, atuando junto aos movimentos organizados; e a terceira noção chama a atenção para o caráter político do Conselho Tutelar, devendo o órgão elaborar políticas e encaminhá-las aos órgãos governamentais.

Na pesquisa de Andrade (1997), cujas considerações foram em alguns momentos aqui enfocadas, podemos perceber que, na realidade dos Conselhos Tutelares investigados, a prática cotidiana reduz, em grande parte, o leque de atividades do(a)s conselheiro(a)s tutelares, e que a maioria de suas ações ocorre em relação à falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e às situações referentes à conduta de crianças e adolescentes, descaracterizando a proposta oficial de "mecanismo de exigibilidade de direitos", configurando-os como instâncias públicas que fiscalizam, influenciam e controlam crianças, adolescentes e suas famílias, compartilhando e/ou substituindo a responsabilidade dos pais por seus filhos.

Ou seja, na análise de Andrade (1997), a atuação do Conselho parece se restringir a responder à demanda imediata, concentrando sua ação no aqui e no agora da assistência e do controle individuais.

Essas e outras considerações fizeram-se presentes na realidade pesquisada, conforme discutiremos posteriormente. Elas também evidenciam muitos dos resquícios assistencialistas do histórico atendimento à criança e ao adolescente, que vimos anteriormente, denotando interesses legais e práticos que visam à manutenção de políticas referentes a uma forma de organização social e seu modo de relações.

Esse movimento da realidade deve sempre ser contemplado, na análise, partindo-se do concreto abstrato para o concreto pensado, já que nos fundamentamos no referencial teórico-metodológico da Psicologia Social Sócio-Histórica, além de concebermos a possibilidade de uma práxis profissional ética e política, comprometida com transformações possíveis da realidade e com a construção de sujeitos históricos, que somos todos nós, direta ou indiretamente permeados por essas e outras políticas públicas.

Assim, ao observarmos a realidade e a literatura da área, percebemos que uma das relações estabelecidas entre o Conselho Tutelar e as famílias refere-se à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, apontada pelas bibliografias pesquisadas como um dos motivos mais freqüentes que fundamentam as atribuições do Conselho Tutelar junto às crianças e aos adolescentes (ECA, art. 98, II; 101, II; 101, VII) e junto a seus pais ou responsáveis (ECA, art. 129, II; 129, IV; 129, VII), aspectos esses que analisaremos a seguir.

3.2. Da Família, da Infância e da Adolescência

Anteriormente às considerações relativas à temática específica da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, é importante nos determos em alguns apontamentos sobre a violência de uma forma geral, seus determinantes e implicações. Para tanto, autores como Martin-Baró (1997) e Vasquez (1990) nos oferecem estudos e considerações pertinentes.

Segundo Martin-Baró (1997), os determinantes mais amplos da violência manifestam-se como uma violência estrutural, exigida por todo o ordenamento social e distinta das outras formas de violência (interpessoal, educativa, pessoal etc.). Temos de entendê-la no seu caráter histórico e, por conseguinte, torna-se impossível compreendê-la fora do contexto social em que é produzida. É necessário examinar o ato violento no marco dos interesses e valores concretos, que caracterizam cada sociedade ou cada grupo social, num determinado momento histórico:

> El punto de partida para analizar el fenómeno de la violencia debe situarse en el reconocimiento de su complejidad. No solo hay múltiples formas de violencia, cualitativamente diferentes, sino que los mismos hechos tienen diversos niveles de significación y diversos efectos históricos (p. 364-5).

Analisar a violência a partir da perspectiva da Psicologia Social, para o autor, consiste em compreendê-la em sua configuração entre o indivíduo e a sociedade, no momento *"constitutivo de lo humano en que las fuerzas sociales se materializan a través de los individuos y los grupos"* (MARTÍN-BARÓ, 1997, p. 365).

Uma distinção importante discutida ainda pelo autor diz respeito aos conceitos de Violência e Agressão. Para Martín-Baró, o conceito de violência é mais amplo que o de agressão, sendo considerado violento todo ato em que se aplica uma dose excessiva de força. A agressão é definida como uma forma de violência, na qual se usa de maneira intencional uma ação para causar algum dano a outra pessoa.

Ambos os conceitos trazem consigo sentidos valorativos, mas um bom número de psicólogos tende a considerar a violência como negativa, enquanto a agressão não o seria, uma vez que estaria ligada a uma necessidade de conservação da espécie ou a uma pulsão vital, que em si não é boa nem má.

Além dessa diferenciação, outra discussão importante e necessária, ressaltada pelo autor, refere-se aos elementos constitutivos da violência. O primeiro deles define-se pela estrutura

formal do ato, expressa em sua forma extrínseca (ou na conduta), e em sua totalidade de sentido: a violência instrumental (empregada como um meio para um determinado fim) e a violência terminal (utilizada como um fim em si mesma). Segundo Martín-Baró, uma das complexidades do fenômeno é o tratamento dado à violência como forma terminal, o que leva ao pressuposto da maldade ou do transtorno das pessoas que a exercem.

O segundo elemento constitutivo de nosso fenômeno diz respeito à equação pessoal, pela qual alguns traços do ato violento somente são explicáveis pelo caráter pessoal daquele que o pratica, incluindo aqui a institucionalização da violência mediante os mecanismos organizativos e legais, como algumas atividades profissionais e a educação familiar, por exemplo.

Como terceiro elemento, temos o contexto possibilitador, o qual a ação violenta sempre requer:

> (...) un contexto amplio, social, y un inmediato, situacional (...) Ante todo, debe darse un contexto social que estimule o al menos permita la violencia. Con ello nos referimos a un marco de valores y normas, formales o informales, que acepte la violencia como una forma de comportamiento posible e incluso la requiera (...) En la medida que este contexto se encuentre institucionalizado, es decir, convertido en normas, rutinas, y miedos materiales, la violencia podrá alcanzar cotas mayores (MARTÍN-BARÓ, 1997, p. 373-5).

Como quarto elemento constitutivo, o autor nos aponta o fundo ideológico da violência, por meio do qual todas as suas manifestações, inclusive as consideradas gratuitas, “remite a una realidad social configurada por unos intereses de clase, de donde surgen valores y racionalizaciones que determinan su justificación” (p. 375).

Assim, a racionalidade da violência concreta, pessoal ou grupal, tem de ser historicamente referida à realidade social que a produziu e que a afeta, pois à luz dessa realidade é que os resultados da violência mostram o seu sentido: “la violencia se enraíza asi en la estructuración de

los intereses de clase, que promueven su justificación o condena según la propia conveniencia" (p. 376).

Para Martín-Baró, o enfoque histórico proposto para a análise do fenômeno permite contemplar a abertura humana para a violência e a agressão; seu contexto social, definido pela luta de classes; suas causas imediatas ou precipitadoras e sua institucionalização e elaboração social, em que o desenvolvimento pessoal dos indivíduos vai acontecendo nesse contexto de desordem estabelecida pelos processos de socialização e modelos violentos: "*Al privilegiar el bien individual sobre el bien colectivo, se estimula la violencia y la agresión como medios para lograr la satisfacción individual. El hombre se vuelve contra su prójimo"* (p. 409). E, anterioremente, o autor pontuava:

> (...) la conclusión más importante que de ahí se sigue es también la más obvia; la violencia ya está presente en el mismo ordenamiento social y, por tanto, no es una violencia de individuos (...) por el contrario, se trata de una violencia de la sociedad en cuanto totalidad y, mientras no entre en crisis, se impone con una connaturalidad de la que no es consciente en forma refleja (MARTÍN-BARÓ, 1997, p. 406).

Essa forma de análise proposta por Martín-Baró tem sua conotação ampliada nas proposições de Vasquez (1990). Analisando um conceito central para a Teoria Materialista Histórica Dialética, o conceito de *práxis*, este autor traça também estreitas relações entre a violência e a *práxis.*

Em sua obra *Filosofia da Práxis* (1990), preconiza a conceituação de *práxis* não como idéia limitada ao caráter utilitário ligado à palavra *prática,* como habitualmente se costuma relacionar. Práxis constitui, sim, a atividade humana que produz objetos; pressupõe, portanto, uma intencionalidade, uma finalidade, a antecipação dos resultados ou, ainda, um caráter consciente da atividade. Detalhemos a relação desse conceito com o conceito de violência apontado na citada obra de Vasquez.

Toda práxis é processo de transformação de uma matéria e, para que isso seja possível, lança-se mão de uma determinada força; usa-se de atos violentos como meio para que a modificação intencionada se efetive. Pode-se dizer que a violência acompanha a práxis; o homem a usou para transformar a natureza e construir a sociedade. A violência, então, pode ser compreendida como o uso da força como um *meio* para determinada produção (anteriormente prefigurada como uma finalidade).

Até este ponto, estamos considerando o homem sob o aspecto de sujeito da violência e a natureza ou a matéria como seu objeto – a violência como um meio. No caso de um dos elementos de nosso objeto de estudo, a violência de pais contra seus filhos (crianças), o homem não é apenas sujeito, mas também objeto da ação violenta.

Nesse caso, a violência não se caracteriza como um meio, mas como um fim em si mesma. Como, então, se poderia analisar o papel da violência, nessa atividade humana de educação dos filhos delegada à família?

Vasquez (1990) entende a ação de seres humanos sobre outros seres humanos como uma práxis social, dirigida aos indivíduos como seres sociais, sujeitos de determinadas relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. O indivíduo não é compreendido como um ser *per se*, mas como ser social:

> A ação violenta como tal é a ação física que se exerce sobre indivíduos concretos, dotados de consciência e corpo (...) o corpo é o objeto direto e primeiro da violência, mesmo que esta, a rigor, não se dirija em última instância ao homem como ser meramente natural, e sim como ser social e consciente. A violência visa dobrar a consciência, obter seu reconhecimento (...) seu verdadeiro objeto não é o homem como ser natural, físico, como ser corpóreo, mas sim como ser humano e consciente (VASQUEZ, 1990, p. 379-80).

Nessa inter-relação homem corpóreo/homem consciente, resgatamos as discussões de Fromm (in CANEVACCI, 1982), acerca do papel da família na interiorização da violência

objetiva, através da interiorização da obediência a um sistema hierárquico, e de Reis (1991), referente à função ideológica da família, espaço vital para o aprendizado e interiorização de hierarquias de gênero e geração, conforme salientamos, no capítulo anterior.

Vasquez (1990), assim como Martín-Baró (1997), destaca a violência potencial e real do Estado, na sociedade capitalista, seja direta, seja indiretamente, por meio de ações e/ou omissões; violência *"vinculada ao caráter alienante e explorador das relações humanas. É a violência da fome, da miséria, da prostituição ou das enfermidades (...) própria violência como modo de vida..."* (p. 382).

Estruturação da violência essa que, em nossa compreensão, não está desvinculada e/ou separada da agressão que muitos pais exercem contra seus filhos, mas se encontra, sim, nela imbricada, uma vez que, como veremos posteriormente, pensamos a realidade a partir de sua historicidade e de seu movimento, não como realidade estanque e particularizada.

Nesse sentido, Vasquez nos traz um alerta essencial para a atuação junto aos familiares agressores e/ou junto àqueles que, de uma forma direta ou indireta, encontram-se envolvidos com a violência doméstica:

> Uma vez esquecida a raiz objetiva, econômico-social, de classe, da violência, o caminho fica livre para que a atenção se centralize na própria violência, e não no sistema que a engendra necessariamente. (...) Perde-se de vista que essa violência, que aparece claramente na superfície dos fatos e que é vivida diretamente, é a expressão de uma violência mais profunda: a exploração do homem pelo homem, a violência econômica a serviço da qual aquela está (VASQUEZ, 1990, p. 395).

Buscamos, na presente pesquisa, pautar nossa atuação junto aos familiares e tecer considerações sobre nosso objetivo de estudo baseadas nessa proposição e no alerta fundamental trazido pelo autor. Traçar nortes compreensivos e fundamentar-se em parâmetros, como os apresentados até este ponto, para abordar a temática da agressão de pais contra filhos, caracteriza-

se como uma forma de compreensão ampliada, que vai ao encontro dos pressupostos teórico-metodológicos adotados no presente estudo.

Para nos referirmos agora mais especificamente à violência praticada por pais e/ou responsáveis contra seus filhos, Azevedo e Guerra, estudiosas e pesquisadoras do Laboratório de Estudos da Criança, pertencente ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, apontam para uma conceitualização do fenômeno. Segundo elas, a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes caracteriza-se como:

> Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e /ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO, GUERRA, 2003, p.12).

A violência doméstica, então, apresenta-se sob diversas tipificações, como se pode apreender do conceito apresentado anteriormente: a violência física, sexual, psicológica e a negligência, seja esta última manifestada no âmbito dos cuidados protetivos, seja da educação ou da saúde. Pólos diferentes de relacionamento também se expressam no conceito: o pólo “mais forte”, caracterizando o abuso do poder/dever dos pais, e o “pólo mais fraco”, caracterizado pela vitimização da criança ou adolescente.

As autoras, em diversas obras, defendem que o pano de fundo ideológico que permeia a problemática e colabora para o *complô de silêncio* e intervenção fragmentária de muitos profissionais constitui-se exatamente pelos padrões de relacionamento assimétricos, no tocante ao gênero (sociedade falocêntrica) e às gerações (sociedade adultocêntrica).

Para elas, um modelo de compreensão linear da violência doméstica é insuficiente; minimamente, um modelo explicativo adequado deve considerar o *padrão de interação da família*, que abarca *a experiência de socialização* de cada um de seus membros, *a posição de*

classe que ocupam, sua *visão de mundo*, além dos fatores situacionais específicos (AZEVEDO; GUERRA, 2003).

Isso implica assumir que famílias nas quais se encontra presente qualquer forma de abuso-vitimização têm envolvidos todos os seus membros, demandando, portanto, uma atenção que se faça generalizada, centrando-se na família e não somente no agressor ou na vítima, considerando os valores e as práticas da sociedade em que essa família está inserida.

A partir da literatura da área e da pesquisa bibliográfica realizada, pudemos concluir, no entanto, que, em termos quantitativos, um maior número de publicações refere-se aos trabalhos e atuações junto às crianças vitimizadas. Quando nos referimos às atuações com familiares, esse número mostra-se bastante escasso e se restringe a intervenções focais, levando em conta um desajuste genético ou uma falta de habilidade dos membros familiares em lidar com determinadas situações conjugais e/ou parentais.

Um dos exemplos dessas publicações e das formas de intervenções propostas é a pesquisa realizada por Bastos (1995). Seu objetivo era examinar possibilidades de intervenção profissional nos casos de crianças vitimizadas fisicamente, a partir de revisão de literatura inglesa. O autor aponta como estratégias de intervenção: a ênfase no papel da equipe multiprofissional para a identificação correta dos casos de violência física e tomada de decisão, atuação junto aos pais e à criança, à comunidade e aos sistemas político e jurídico.

Ao discorrer sobre o momento da identificação, afirma que a mesma pressupõe a *"detecção de fatores de risco, como grupos sociais, comportamentos parentais, características físicas e comportamentais da criança"* (BASTOS, 1995, p. 81); sobre o segundo momento (tomada de decisão), refere-se à extensão do dano e à avaliação familiar. A atuação junto às crianças restringe-se ao uso de ações psicoterápicas; junto à comunidade, aborda a necessidade de divulgação de informação em escolas, áreas da saúde e grupos de auto-ajuda; e, junto ao sistema político-jurídico, refere-se à necessidade de formação de consciência.

Quando comenta as atuações possíveis com respeito aos pais, o autor novamente enfatiza a importância da psicoterapia. Segundo ele,

> (...) a literatura é ampla nas indicações de características comportamentais, de personalidade, culturais/ideológicas, dos pais abusivos, e esses aspectos deverão influenciar a conduta terapêutica. Fried e Holt (1980) afirmam que pais abusivos são: impulsivos, dependentes, isolados, deprimidos, vulneráveis a críticas, com poucas habilidades de coping, baixa auto-estima e autocontrole (BASTOS, 1995, p. 82).

O objetivo dos atendimentos terapêuticos aos pais seria, então, desenvolver neles a capacidade de manter o equilíbrio em situações de estresse. Entendemos que tal forma de compreensão parte de uma concepção naturalizada e biologizante do que seja a família e o homem. As intervenções mostram-se reducionistas, à medida que restringem o olhar para os aspectos internos das relações intrafamiliares, sem considerar os determinantes mais amplos, históricos e culturais da violência.

Na conclusão de seu texto, o autor chama atenção para a necessidade de mais pesquisas sobre a interação dos mecanismos de risco e proteção ao desenvolvimento, em relação aos níveis observados de vulnerabilidade e resiliência familiar.

Outra pesquisa publicada que pode ser citada como referência para nossas discussões e que focaliza a atuação com as famílias ditas agressoras é a de Bazon et al. (2003). As autoras realizaram uma avaliação acerca de um serviço público de acompanhamento familiar na cidade de Ribeirão Preto-SP. Partem da seguinte consideração: poucos profissionais têm-se voltado para o estudo de intervenções que poderiam ser referências no estabelecimento de ações junto à população envolvida com a violência doméstica.

Os resultados obtidos com a pesquisa, segundo as autoras, referem-se sempre a:

> A psicopatologia do adulto, englobando debilidade física e/ou mental, alcoolismo, drogadição, prostituição e envolvimento com o crime;

> [A] imaturidade, irresponsabilidade e/ou incompetência para educar os filhos, referindo-se, geralmente, a pais adolescentes;
> [A] existência de conflitos intergeracionais (BAZON et al., 2003, p. 15).

Ao elaborar a discussão de tais resultados, as autoras orientam-se em uma direção oposta à apontada por Bastos (1995) em sua pesquisa. Para elas, a maneira como as famílias são concebidas influencia no atendimento prestado, uma vez que a desqualificação, as psicopatologias e as dificuldades atribuídas pelos profissionais às famílias não possibilitam esforços na compreensão mais ampliada do fenômeno e inviabilizam considerações acerca dos aspectos positivos, presentes na relação familiar.

A pesquisa ainda enfatiza elementos importantes concernentes à negligência e à violência física (tipificações de violência que apresentaram maior número de ocorrência, no serviço analisado pelas pesquisadoras). Antes de caracterizar uma família como violenta pela prática da negligência, por exemplo, é destacada pelas autoras a necessidade de se analisar as reais condições dos adultos responsáveis, que, muitas vezes, não contam com o apoio de uma rede social que os auxilie no cuidado com as crianças, ou, então, têm dificuldades para exercer o controle sobre o comportamento dos filhos.

No caso da violência física, merecem destaque os conflitos intergeracionais, nos quais se mostra a escassez de recursos educacionais dos pais. Nas palavras das autoras:

> As punições físicas são, fundamentalmente, um recurso, ainda que inadequado, para a disciplinarização do comportamento, geralmente ativado na falta de outros, ou diante da ineficiência de outros, e num contexto que, culturalmente, admite que se lance mão dessa forma de manejar a conduta da prole (BAZON et al., 2003, p. 18).

Das análises feitas pelas autoras, podemos compreender que conceber as ações de familiares sob a ótica de suas carências materiais, educacionais e de auxílio, ou concebê-las a

partir das dificuldades engendradas pelo conflito intergeracional, evidencia-se como o oposto de entendê-las como violentas *per si*, como naturalmente tendenciosas às ações violentas.

Embora o objetivo de nossa pesquisa não seja discutir se as ações de familiares constituem ou não atos de violência, acreditamos ser importante abarcar reflexões como as apresentadas por Bazon et al. (2003), uma vez que as mesmas permitem abordar um número maior de elementos que possam ser entendidos como determinantes da violência física, psicológica, sexual e/ou da negligência perpetrada por pais e responsáveis contra crianças/adolescentes.

Entendemos que as constatações das autoras permitem que o olhar lançado às famílias ditas agressoras seja, de certa forma, ampliado, não se centrando as explicações em modelos médicos patologizantes, nem buscando estabelecer uma associação livre e direta entre o ato de violência e uma problemática dos pais. Infelizmente, porém, essa forma de compreensão do fenômeno, longe de ser a regra utilizada pelos profissionais e pesquisadores, constitui-se, sim, uma exceção.

Para além desses elementos, porém, consideramos imprescindível analisar os determinantes macrossociais da violência doméstica contra crianças e adolescentes, sua constituição histórica e social e sua estruturação, função e representação na sociedade capitalista.

Todos esses elementos estruturais da violência doméstica devem ser contemplados, quando examinamos também as práticas dos profissionais envolvidos com essa problemática. Podemos perceber que, de maneira majoritária, as formas utilizadas por profissionais e pesquisadores para compreender o fenômeno em questão, e assim intervir sobre ele, partem de concepções inatistas e/ou religiosas do que seja o homem e a sociedade ou o mundo em que ele está inserido.

A filósofa Marilena Chauí (1999) pode nos ajudar nas definições e origens dessas concepções; a autora, partindo de análises de conceitos como Verdade, Conhecimento, Razão,

Ciências, Mundo Prático, permite-nos perceber o quanto as propostas filosóficas são apropriadas pelo senso comum e por profissionais para explicar a realidade.

O inatismo, segundo a autora, entende que as verdades e as razões, e, portanto, as explicações para os fatos humanos *"são verdades intemporais, que nenhuma experiência nova poderá modificar"* (CHAUÍ, 1999, p. 74). Podemos encontrar os reflexos dessa concepção, quando constatamos alegações justificadoras da violência pautadas na psicopatologização dos pais, na idéia de que os mesmos nascem preparados para a maternagem/paternagem, sendo desajustados os que não conseguem exercê-la adequadamente, dentre outras.

O caráter de imutabilidade de idéias, ações e seus determinantes é um dos maiores problemas atribuídos a essa concepção filosófica, vigente desde o século IV antes de nossa era, com Platão; sendo retomada no século XVII com o francês Descartes. Ditos populares como "pau que nasce torto morre torto" e "filho de peixe, peixinho é" são exemplos do caráter genético, individual e atemporal atribuído às ações humanas.

Pressupostos pautados na religião também são muito comuns, nas explicações dadas à realidade. A escolástica, conjunto de doutrinas teológicas e filosóficas da Idade Média, ainda sobrevive nos tempos atuais, por meio do pensamento cristão tradicional. As aproximações entre a filosofia, como uma ciência, e a religião são realizadas, de acordo com Chauí (1999), por Kant (filósofo alemão do século XVIII), Hegel (filósofo alemão do século XIX) e pela fenomenologia. Esta última, por exemplo, considera a atitude religiosa como uma possibilidade de vida da consciência, assim como a possibilidade natural (crença ingênua) e a filosófica (reflexão).

Explicações religiosas fundamentam-se em dogmas, ou verdades absolutas. Nas palavras de Chauí (1999):

> Dogmatismo é uma atitude muito natural e muito espontânea que temos. (...) É nossa crença de que o mundo existe e que é exatamente tal como o percebemos (...). A atitude dogmática é muito conservadora, isto é, sente receio das novidades, do inesperado, do desconhecido e de tudo o que pode desequilibrar

> as crenças e opiniões já constituídas. Esse conservadorismo se transforma em preconceito... (p. 94; 97).

A exemplificação mais conhecida que pode nos servir de representação dessa atitude é a usada por muitos, para explicar dificuldades tidas como praticamente insuportáveis: “Deus quis assim...” Ainda de acordo com a autora, essa atitude somente se rompe quando somos capazes de nos estranhar diante dos fatos que nos são dados sob o aspecto de naturais. Para tanto, é indispensável a prática da reflexão acerca do cotidiano, conforme veremos mais à frente quando nos dedicarmos às proposições de Agnes Heller.

Tendo em vista as considerações feitas até esta altura, pode-se reiterar a necessidade e a importância de pesquisas com os familiares envolvidos com o Conselho Tutelar, contribuindo, assim, com a produção de conhecimento sobre práticas mais coerentes com a realidade, em sua essência, superando a aparência dos fatos e buscando a transformação das relações humanas.

Um dos elementos presentes no fenômeno que analisamos, e ao qual é dirigido um olhar apenas de aparência, diz respeito à proteção integral e à educação de crianças, que são atribuídas à família. Tal aparência esconde, muitas vezes, a essência referente à falta de condições adequadas à educação e ao cuidado, oferecidas pelo poder público, e à quase inexistência de uma rede social de colaboração, frente às inúmeras exigências que sobrecaem sobre a família.

A essência também se revela no fato de a família, ao não conseguir levar a cabo todas as exigências que lhe são atribuídas pela moral, pela religião e pela legislação, para formar o cidadão burguês do qual nos falava Reis (1991), lança mão de situações de negligência, violência física e violência psicológica, como recursos de sobrevivência e até de socialização, conforme já apontados por Weber et al. (2002) e Bazon et al. (2003).

Nesse sentido, a verificação e a discussão dos multideterminantes sociais e históricos do contato de familiares com o Conselho Tutelar, como o proposto pela pesquisa aqui descrita, pode contribuir para o desvelamento do real. Nos questionamos se, a partir de tais considerações,

eventuais atuações junto a grupos de familiares não seriam eficazes na busca desse desvelamento da realidade, podendo inclusive contribuir com possíveis transformações nas atitudes cotidianas.

De acordo com Martín-Baró (1989), o ponto de partida para analisar a violência é o reconhecimento de sua complexidade – suas múltiplas formas, qualitativamente diferentes, seus variados níveis de significações e diversos efeitos históricos. E é essa a perspectiva a qual pretendemos seguir quando propomos discussões mais amplas e estruturais a serem realizadas mediadamente com familiares.

Assim, a fundamentação teórico-metodológica empregada neste trabalho, para compreender o fenômeno em questão e servir de aporte à análise e à discussão dos dados encontrados na pesquisa, assinala que a violência deve ser estudada desde sua origem, e que ela se configura e se desdobra entre as pessoas e a sociedade, no momento em que as forças sociais se materializam por intermédio dos indivíduos e dos grupos.

Nesse sentido, faz-se imprescindível nos dedicarmos ao aprofundamento dos aportes que nos orientam no desvelamento do real, aqui posto sob o aspecto de descrição, análise e discussão dos resultados encontrados na pesquisa.

4. Um Presente, Passado, Futuro...

Reservamos este capítulo para nos dedicarmos aos pressupostos filosófico-metodológicos que embasam nossa pesquisa. Assim, resgataremos a historicidade e a especificidade da Psicologia Social Sócio-Histórica, e como essa área da Psicologia articula-se com a perspectiva Materialista Histórica e Dialética. Abordaremos também a Teoria da Vida Cotidiana, de Agnes Heller.

4.1. A Psicologia Social Sócio-Histórica e o Materialismo Histórico e Dialético

Na presente pesquisa, as formas de intervenção e entendimento da realidade pautam-se nos pressupostos da Psicologia Social Sócio-Histórica, compreendida como uma área que produz conhecimento e realiza intervenção, dentro de uma perspectiva ética e política. Ou seja, sua opção de atuação é sempre comprometida com a transformação da realidade social, visando à emancipação humana, por meio de uma prática humanizadora,[4] pois o problema central é a transformação dos indivíduos em sujeitos histórico-coletivos.

Como aponta Góis (1990),

> fazer psicologia (…) é estudar as condições (internas e externas) ao homem que o impedem de ser sujeito, e as condições que o fazem sujeito numa comunidade, ao mesmo tempo em que, no ato de compreender, trabalhar com esse homem a partir dessas condições, na construção de sua personalidade, de sua individualidade crítica, da consciência de si (identidade) e de uma nova realidade social. (p. 117).

Compreender as condições que impedem o homem de ser sujeito e aquelas que assim o permitem somente se torna possível na medida em que partimos do dia-a-dia, das representações,

[4] O conceito de humanização, aqui utilizado, pauta-se nas proposições de Agnes Heller (1991 e 2000), que serão analisadas mais adiante.

da linguagem, das relações estabelecidas por cada indivíduo, do meio em que ele se encontra inserido. Como já apontava Lane em 1991,

> (...) o psicólogo na comunidade trabalha fundamentalmente com a linguagem e representações, com relações grupais – vínculo essencial entre o indivíduo e a sociedade – e com as emoções e afetos próprios da subjetividade, para exercer sua ação ao nível da consciência, da atividade e da identidade dos indivíduos... (p. 31).

A concepção de homem fundamentada na Psicologia Sócio-Histórica, entende que o singular (indivíduo) não traz dentro de si uma essência já pronta, acabada, mas constitui um ser social, uma síntese complexa em que a universalidade se concretiza histórica e socialmente através da atividade humana, que é uma atividade social – o trabalho – nas diversas singularidades, formando aquela essência (HELLER, 1991).

Sendo assim, tal essência humana é um produto histórico e social, e, portanto, não biológico, de maneira que precisa ser apropriada e objetivada[5] por todo homem singular ao longo de sua vida em sociedade (particular); é nesse vir-a-ser social que é criado o humano no homem singular[6] (HELLER, 1991).

Essa concepção de homem posiciona-se contrariamente à tradição biológica da Psicologia, na qual, conforme Lane (1991),

> (...) o indivíduo era considerado um organismo que interage no meio físico, sendo que os processos psicológicos (o que ocorre "dentro" dele) são assumidos como causa, ou uma das causas que explicam o seu comportamento. Ou seja,

[5] Apropriação: processo pelo qual se estabelece o acesso à coisa em si. De acordo com Marx, diversos são os aspectos da apropriação do mundo pelos homens: o prático espiritual, o teórico, o artístico, o religioso, o matemático, o físico... (in: KOSIK, 1967, p. 22). Na apropriação em si os homens se submetem por meio de uma identificação espontânea às relações sociais. Na apropriação para si, esta não é produto da natureza, não é espontânea, é produto da história, em que os homens submetem as relações sociais objetivas ao seu controle. Objetivação: são os produtos das atividades humanas, as obras humanas, as ações humanas. O homem, ao produzir os meios de sua existência, apropriou-se da natureza e objetivou-a nos produtos de sua atividade.

[6] As explicitações e discussões a respeito da relação singular-particular-universal, proposta por Heller (1991), acerca da constituição do humano serão feitas no capítulo referente ao "Método Histórico-Social e a Pesquisa Social".

> para compreender o indivíduo bastaria conhecer o que ocorre "dentro" dele quando ele se defronta com estímulos do meio (p. 11-2).

O homem, então, faz-se homem na cotidianidade de sua existência, em suas relações com as pessoas e com a cultura, em sua condição social e histórica. Aqui, cabe destacar, conforme a própria Silvia Lane (1991), que o objeto da Psicologia Social é exatamente o *"indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade"* (p. 13). Portanto, para explicar e transformar a realidade, a Psicologia deve ir além da mera descrição dos fenômenos, da busca de relações causa-e-efeito; deve, sim, efetivar, em sua prática e intervenções, a compreensão de que o homem é tanto produto como produtor de sua história pessoal e social.

A compreensão biologicista do homem, bem como a busca por relações explicativas do tipo causa-e-efeito, com ênfase na descrição e previsão dos fenômenos, e do comportamento humano, fundamentou e ainda fundamenta a maioria das ciências, de uma forma geral. O positivismo de Augusto Comte, que trouxe para as ciências humanas o método experimental das ciências da natureza, pautou as investigações sobre o humano, sendo ainda muito disseminado e utilizado por diversos psicólogos.

Em contraposição a uma ciência pragmática, utilitarista e ideologicamente defendida sob a égide da neutralidade e contrária à concepção idealista da dualidade físico-psíquica no humano, psicólogos das décadas de 1950 e 1960, a partir da chamada "crise da Psicologia",[7] chamaram para si a tarefa de construção de uma ciência que compreendesse o homem em sua materialidade concreta, manifestação de uma história social. E, de acordo com Lane (1991):

> É dentro do materialismo histórico e da lógica dialética que vamos encontrar os pressupostos epistemológicos para a reconstrução de um conhecimento que

[7] Tal crise refere-se ao questionamento da eficácia de uma Psicologia Social, de 1950 e 1960, fundamentada na tradição pragmática dos EUA ou na tradição fenomenológica. Segundo Lane (1991), em meados dos anos 60, análises críticas passam a apontar para uma crise do conhecimento psicossocial que, ao se generalizar, não conseguia intervir, explicar, nem prever comportamentos sociais. Nesse sentido, o primeiro passo para a superação da crise foi constatar a tradição biológica da Psicologia, da qual falávamos anteriormente.

> atenda à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo – objeto da Psicologia Social (p. 15-6).

O exercício de construção teórico-metodológica de uma Psicologia fundamentada no Materialismo Histórico Dialético estruturou-se com as obras de Vigotski[8], Leontiev e Luria. Em sua obra *O Desenvolvimento do Psiquismo* (1978), Leontiev, por exemplo, realiza um importante resgate da história da Psicologia e de suas diferentes concepções de psiquismo humano; concepções evolucionistas positivistas (naturalistas) e sociológicas que já haviam sido fruto das reflexões de Vigotski, um dos precursores responsáveis pela construção de uma Psicologia com bases materialistas dialéticas.

Para Leontiev (1978), ambas as concepções conservam a clássica separação entre as investigações anátomo-fisiológicas e as investigações sociológicas. Esse problema só poderia ser resolvido a partir de uma concepção de mundo que incorporasse, à explicação científica e materialista, tanto os fenômenos naturais quanto os sociais, concepção esta somente presente na filosofia do Materialismo Dialético.

De acordo com Leontiev (1978), Vigotski abordou *como* entender a historicidade do psiquismo. Como categorias fundamentais dessa historicidade teríamos, então, a Consciência e a Atividade, derivadas da teoria de Marx sobre a transformação da natureza humana, no decurso do processo de desenvolvimento da atividade material e intelectual da sociedade.

Nesse sentido, os estudos de Leontiev (1978) contribuíram com a concepção da Atividade Psíquica como uma forma particular de Atividade; derivada do desenvolvimento da vida material, da atividade exterior material, que se transforma, no decurso do desenvolvimento sócio-histórico, em atividade interna, consciência. Leontiev (1978), então, traz fundamentais contribuições para o estudo da estrutura da Atividade e de sua interiorização, partindo da seguinte questão: "*que*

[8] Nesta pesquisa, grafaremos o nome do autor com "i", tendo em vista os usos possíveis de grafia com "i" ou "y" presentes em edições e traduções diversas.

conteúdo novo adquire o problema organismo-meio quando o aplicamos ao homem, isto é, quando a questão fundamental se torna a relação homem-sociedade?" (p. 169).

Segundo o autor, no caso humano, essa relação assume um caráter inédito, na medida em que os conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento são passados entre as gerações e devem ser fixados. Essa fixação, porém, diferentemente do que ocorre nos animais, não se dá sob uma forma morfológica ou genética, mas sob uma forma exterior, a partir da atividade produtiva do homem, que é o trabalho:

> Essa nova forma de acumulação da experiência filogênica pôde aparecer no homem, na medida em que a atividade especificamente humana tem um caráter produtivo, contrariamente à atividade animal. Essa atividade produtiva dos homens, fundamental entre todas, é a atividade do trabalho.
> O trabalho, realizando o processo de produção (sob as duas formas, material e intelectual) imprime-se no seu produto (LEONTIEV, 1978, p. 176)

Nessa perspectiva, a história da cultura material e intelectual da humanidade manifesta-se como um processo que exprime, sob uma forma exterior e objetiva, as aquisições das aptidões do gênero humano.

Pensar o homem, para o Materialismo Histórico e Dialético, significa imaginá-lo como produtor de sua história através de sua atividade vital, o trabalho, mediador de sua relação com a natureza; é entendê-lo regido por leis que são sociais, correspondentes a determinadas etapas da evolução de suas forças produtivas materiais, sem, no entanto, negar-lhe a capacidade de transformar, pelo movimento dialético da história, seu modo de vida e sua sociedade.

Marx parte de uma concepção idealista de homem e sociedade, tendo em vista sua influência derivada de Hegel. Supera tais concepções, contudo, desenvolvendo em suas obras sua própria forma de compreender a realidade, colocando-se

> (...) contra a mistificação da filosofia hegeliana, que transforma a sociedade como sujeito autônomo, separada dos indivíduos singulares, fazendo-a atuar

> como artífice oculto da história; quanto a isso, Marx afirma que os reais artífices da história são tão-somente os indivíduos, tomados em sua imediata realidade material (MÁRKUS, 1974, p. 29).

Eis aí uma das concepções marxianas que se pode tomar como central: o conceito de essência humana não se desvincula de sua existência real, não é, como já assinalamos, dado natural, idealista ou abstratamente.

O homem se faz homem na medida mesma de seu trabalho, de sua atividade que intermedeia suas relações com a natureza, com os outros homens e com a sociedade. Assim, em consonância com o que nos afirma Márkus (1974), podemos dizer que Marx efetiva seu materialismo filosófico, *"quando descobre o papel do trabalho na formação do homem e da história, encarando o trabalho a partir de uma perspectiva histórica que via bem além do papel assumido pela atividade produtiva na sociedade capitalista"* (p. 31).

O conceito marxiano de trabalho ou de atividade produtiva não é separado de sua concepção indissociável da relação sujeito-objeto, em que o objeto se converte em objeto humano, social, criado pelo homem e a ele destinado. A atividade humana constitui-se, então, nesse processo de objetivação, no qual o fazer humano diferencia-se do fazer animal, uma vez que sua atividade visa a modificar e criar novos objetos, transformando seu meio e a si mesmo, gradualmente, durante a evolução da história.

O homem, assim, torna-se homem em seu meio, transformado e humanizado, de sorte que *"os objetos que o envolvem são os suportes materiais objetivos, as expressões, as objetivações das faculdades e necessidades das gerações anteriores"* (MÁRKUS, 1974, p. 83-4).

O processo de assimilação/apropriação do uso desses objetos, o processo de conformação da natureza biológica do homem para a utilização dos objetos e sua inserção na sociedade em que nasceu (desde saber como se segura um talher, até aprender o uso das palavras e da linguagem),

não é dado fisiologicamente no organismo humano. Esse processo é aprendido pelo homem, durante sua educação social.

Assim, *"a assimilação individual das forças, dos produtos materiais e espirituais historicamente obtidos, só pode ser feita no seio das relações cotidianas com outros homens"* (MÁRKUS, 1974, p. 89). Cada geração, por conseguinte, objetiva em seu meio material os resultados da evolução, permitindo que a geração posterior não "reinvente a roda", mas possa partir dos avanços precedentes; num contínuo processo de objetivação-apropriação da cultura humana. Nas palavras de Márkus (1974),

> (...) só o trabalho (e a língua, que toma forma paralela e exterioriza os resultados da produção intelectual), enquanto objetivação das forças essenciais humanas (faculdades e necessidades) pode criar – como Marx assinala de maneira precisa – a possibilidade da evolução humana continuada e contínua, isto é, a história tal como ela é (p. 84).

A importância desse processo de objetivação e assimilação para o desenvolvimento da cultura humana, mediante o trabalho e a linguagem, possibilita-nos retomar o papel do instrumento e do signo como mediador do desenvolvimento, conforme Vigotski (1991). O papel que o instrumento realiza, no campo do trabalho, que permite ao homem controlar e transformar a natureza, transformando também a si mesmo é pensado pelo autor como análogo ao uso dos signos no campo psicológico, como meio auxiliar para solucionar um dado problema (lembrar, comparar, relatar, escolher etc.). Ter características análogas não quer dizer ser igual; vejamos o que o autor enfatiza:

> A diferença mais essencial entre signo e instrumento, (...) consiste nas diferentes maneiras com que eles orientam o comportamento humano. A função do instrumento é servir como condutor da influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado *externamente*; deve necessariamente levar a mudanças nos objetos. Constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e domínio da natureza. O signo, por outro lado, não modifica em nada o objeto da operação psicológica. Constitui um meio da

> atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo; o signo é orientado *internamente*. (VIGOTSKI, 1991, p.72-3, grifos do autor).

De acordo com Vigotski (1991), o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual acontece exatamente quando a fala e a atividade prática convergem: *"o uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar"* (p. 73). O autor chamou de Funções Psicológicas Superiores os processos humanos derivados dessa combinação entre instrumento e signo.

Esse processo somente acontece a partir do processo de socialização. Assim, a internalização constitui-se em uma reconstrução interna de uma operação externa; um processo que, num primeiro momento, é Interpessoal, é transformado em Intrapessoal, ou seja, novas conexões internas são formadas a partir de relações interpessoais: *"a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto quantitativo da psicologia animal para a psicologia humana"* (p. 76).

O conceito de Funções Psicológicas Superiores abarca, portanto, dois grupos de fenômenos que, à primeira vista, parecem heterogêneos. Em primeiro lugar, os processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho... Em segundo lugar, as funções psicológicas superiores ditas especiais: a atenção voluntária, a memória lógica, a formação de conceitos etc. (Vigotski, 1995).

É importante destacar que, para o autor, as linhas distintas do desenvolvimento psíquico, marcadas pelo processo biológico da evolução da espécie e pelo processo de desenvolvimento histórico-cultural, aparecem unidas na ontogênese. Conseqüentemente, nenhum desses elementos

tomados em separado é suficiente para compreender o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores; que não é, igualmente, contraposta às funções rudimentares (Vigotski, 1995).

Isso posto, temos, então, um caráter social do indivíduo, que modela sua existência a partir dos materiais concretos à sua disposição e de seu processo de socialização. A análise da essência humana, nesse sentido, somente pode ser explicitada a partir da história da humanidade.

Estudos de Vigotski, Luria e Leontiev apontaram, assim, para um psiquismo que é material, ou seja, constitui-se na materialidade da atividade e no reflexo psíquico do fenômeno. De acordo com Leontiev (1978), a complexificação da atividade vital permite a formação da aptidão para refletir a realidade em suas relações objetivas, isto é, permite o reflexo psíquico da realidade.

Nas palavras de Martins (2000), citando Kopnin (1978):

> O reflexo psíquico desenvolve-se com a complexificação estrutural dos organismos por meio da atividade que a sustenta. Entretanto, cabe aqui observar que o significado atribuído ao **REFLEXO**[9] em nada se refere ao reflexo condicionado tal como proposto por Pavlov. Outrossim, parte da tese materialista da existência dos fenômenos fora e independentemente da consciência humana, pressupondo a apreensão criativa da realidade objetiva que é, então, "refletida", ou seja, (re)constituída no plano da subjetividade. O reflexo da realidade não se identifica no sentido da cópia mecânica com a própria realidade, pois nem o reflexo é a realidade nem esta é o seu reflexo, existindo entre eles certa forma de ligação, pela qual e ao mesmo tempo ambos se opõem e coincidem (p. 80).

É a atividade humana que mediatiza o reflexo psíquico da realidade, ao mesmo tempo em que é por ele mediatizada. Assim, o psiquismo manifesta-se, primeiramente, em forma de atividade e, num segundo momento, de forma subjetiva, manifesta-se no reflexo psicológico como consciência (MARTINS, 2000).

Para Leontiev (1978), a consciência é a expressão de uma forma superior de psiquismo, dada pela transformação e hominização do cérebro humano, em conseqüência do trabalho e do

[9] Grifos originais da autora.

desenvolvimento da linguagem. A consciência, contudo, por si só, não promove transformações na realidade, não sendo práxis. É na base de sua relação com a realidade objetiva, através da atividade, que a consciência se materializa.

Retomando as proposições de Vasquez (1977), mencionadas em capítulo anterior, sobre o conceito de práxis na teoria marxiana, temos que a práxis diferencia-se de outras atividades por seu caráter teleológico ou quando atende a finalidades que, num primeiro momento, só existem como produtos da consciência.

Assim, segundo Martins (2000):

> Afirmar a unidade entre consciência e atividade implica conceber o próprio psiquismo enquanto um processo no qual a atividade condiciona a formação da consciência, e essa por sua vez a regula. Trata-se de firmar a impossibilidade da separação entre ambas, ou seja, afirmar sua interconexão, sua intercondicionalidade (p. 88-9).

Ao abordar o desenvolvimento do psiquismo, Leontiev (1978) aborda a atividade em sua gênese, estrutura e função. Em sua origem, a atividade humana parte de motivos, necessidades elementares (biológicas/vitais), exprimindo dada relação do homem com seu meio.

A atividade humana diferencia-se da atividade animal, na medida em que o homem se torna capaz de não somente adaptar-se ao seu meio natural, mas de transformar a natureza, transformando-se, assim, a atividade e o psiquismo desse próprio homem. Sua atividade por excelência é o trabalho, cuja característica principal é a ação para a produção dos meios de satisfação das necessidades, e não somente a satisfação em si, como no caso dos animais.

Essa atividade de produção dos meios para a satisfação das necessidades acarreta o surgimento de novas necessidades, e sua natureza é sempre coletiva, considerando-se que, além da produção dos instrumentos, produz também relações sociais. É a partir da objetivação que

tanto os instrumentos quanto as relações sociais adquirem existência objetiva, e a atividade torna-se possível.

O processo de objetivação[10] encontra seu contraponto no processo de apropriação da cultura humana pelos homens. Essa apropriação é sempre ativa, sendo que o indivíduo precisa realizar uma atividade de utilização desse objeto focalizado:

> A atividade do animal compreende atos de adaptação ao meio, mas nunca atos de apropriação das aquisições do desenvolvimento filogênico. Essas aquisições são dadas ao animal nas suas particularidades naturais hereditárias; ao homem são propostas nos fenômenos objetivos do mundo que o rodeia. Para as realizar no seu próprio desenvolvimento ontogênico, o homem tem que apropriar-se delas; só na seqüência desse processo – sempre ativo – é que o indivíduo fica apto para exprimir em si a verdadeira natureza humana, estas propriedades e aptidões que constituem o produto do desenvolvimento sócio-histórico do homem. O que só é possível porque essas propriedades e aptidões adquiriram uma forma material objetiva.
> (...) Assim, o desenvolvimento espiritual, psíquico dos indivíduos é o produto de um processo antes de mais nada particular, o processo de apropriação, que falta no animal, tal como, aliás, o processo inverso de objetivação de suas faculdades nos produtos objetivos da sua atividade (LEONTIEV, 1978, p.178-9).

Por meio desse processo de objetivação-apropriação, são reproduzidas no indivíduo as aptidões e funções humanas historicamente formadas. Nas palavras de Duarte (2004), *"a relação entre os indivíduos e a história social é mediatizada pela apropriação dos fenômenos culturais resultantes da prática social objetivadora"* (p. 9).

Ao abordar a estrutura dessa atividade social e a diferenciação da atividade humana da atividade animal, Leontiev propõe que a atividade humana é composta por ações. A relação mediatizada entre as ações e o motivo da atividade é traduzida na consciência, antecipando a ação.

[10] Objetivação: por meio desse processo, a atividade física e mental dos seres humanos transfere-se para o produto dessa atividade. O que era faculdade dos seres humanos torna-se característica do produto da atividade e passa a ter função específica, no interior da prática social (DUARTE, 2004).

Nos animais, existe uma relação direta, não mediada, entre o motivo da sua atividade e o seu objeto. No caso dos homens, o que conecta sua ação com o motivo da atividade são justamente as relações sociais; é a consciência que traduz, no plano subjetivo, essa relação mediatizada entre a ação e o motivo da atividade. Nas palavras de Martins (2000),

> (…) para que o homem possa apreender as ligações entre o motivo da atividade e as relações entre ações em seus fins específicos há necessidade de que essas conexões se firmem a partir da ação concreta na "cabeça" do homem, se configurem sob a forma de idéias a serem conservadas pela consciência. Apenas por essa via poderá o homem chegar ao sentido de suas próprias ações (p.92-3).

De acordo com Leontiev, a consciência humana trabalha com a relação Significado e Sentido da ação. Sentido é o que liga na consciência o objeto da ação (seu conteúdo) ao motivo da ação. Os aspectos afetivos e emocionais do agir humano dependem do sentido da ação, em outras palavras *"o reflexo psíquico depende forçosamente da relação do sujeito com o objeto refletido, do seu sentido vital para o sujeito"* (p. 100). Desse modo,

> (...) num estudo histórico da consciência, o sentido é antes de mais nada uma relação que se cria na vida, na atividade do sujeito.
> (...) de um ponto de vista psicológico concreto, este sentido consciente é criado pela relação objetiva que se reflete no cérebro do homem, entre aquilo que o incita a agir e aquilo para o qual a sua ação se orienta como resultado imediato. Por outras palavras, o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim. (LEONTIEV, 1978, p. 103).

Os significados, por sua vez, resultam das apropriações, pelo homem, de todo um sistema de objetivações elaboradas historicamente, na prática social:

> (...) psicologicamente, a significação é, entrada na minha consciência (mais ou menos plenamente e sob todos os seus aspectos), do reflexo generalizado da realidade elaborada pela humanidade e fixado sob a forma de conceitos, de um saber ou mesmo de um saber-fazer (modo de ação generalizado, norma de comportamento, etc.).

> A significação é o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem a esta. O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele tal como se apropria de um instrumento, esse precursor material da significação (p. 102).

Esse sistema de objetivações, dadas no Significado, é apropriado de forma particular e específica por cada homem, caracterizando a atribuição de um Sentido pessoal, no momento dessa apropriação, convertendo esse significado em elemento do reflexo psíquico da realidade:

> O fato propriamente psicológico, o fato da minha vida, é que eu me aproprie ou não, que eu assimile ou não uma dada significação, em que grau eu a assimilo e também o que ela se torna para mim, para a minha personalidade; este último elemento depende do sentido subjetivo e pessoal que esta significação tenha para mim (p. 102).

Segundo salienta Martins (2000),

> (…) as significações, disponibilizadas enquanto objetos de apropriações, vão se converter em dados do reflexo psíquico de um indivíduo determinado passando a ocupar nele um lugar específico, a desempenhar um papel na vida desse indivíduo em suas relações com o mundo, ou seja, adquirem um sentido subjetivo. Esse fato, porém, não ocorre em detrimento do conteúdo objetivo das significações, estas não perdem sua objetividade, pois permanecem com seu caráter social geral, mas adquirem também um caráter particular, individual, resultante da interação real que existe entre o indivíduo e o mundo que o cerca (p. 93-4).

A relação entre Significados e Sentidos, na consciência humana, encontra-se, sob o capitalismo, fragmentada, percebida por suas rupturas expressas na atividade concreta. Nesse ponto, é importante salientar também as discussões de Leontiev (1978) acerca da possibilidade de construção de novos sentidos na realidade cotidiana alienada; sobre a resistência do homem à relação concreta que o aliena, que desintegra sua consciência; a respeito da luta interior e da possibilidade de tomada de consciência:

> O fato de os sentidos e as significações serem estranhas umas às outras é dissimulado ao homem na sua consciência, sob a forma de processo de luta interior, aquilo a que se chama corretamente as contradições da consciência, ou melhor os problemas da consciência. São esses os processos de tomada de consciência do sentido da realidade, os processos de estabelecimento do sentido pessoal nas significações (LEONTIEV, 1978, p. 136).

A produção dos novos sentidos se expressa nas significações. Esse processo ocorre a partir da reflexão da realidade concreta, abarcando para isso novos elementos dessa mesma realidade, objetivando-se, assim, uma transformação qualitativa de alargamento da consciência:

> É uma condição indispensável à evolução da consciência do homem novo: o sentido novo deve com efeito realizar-se psicologicamente nas significações, pois um sentido não objetivado e não concretizado nas significações, nos conhecimentos, é um sentido ainda não consciente, que não existe ainda totalmente para o homem (LEONTIEV, 1978, p. 144-5).

Nesse sentido, toda contribuição de Leontiev (1978) volta-se para a explicação das particularidades do homem, de sua atividade e de seu psiquismo, analisando a relação entre elas e as particularidades adquiridas, durante as gerações anteriores do desenvolvimento da sociedade. Seguindo as concepções de Vigotski, entende-se que a linguagem é quem garante as condições necessárias para a apropriação dos indivíduos das objetivações humanas, sendo a forma de existência dessa apropriação, na consciência.

Ressalva importante é considerar que, nas sociedades de classe, a objetivação dos resultados adquiridos pela humanidade, de todas as aptidões humanas, permanece sempre unilateral e parcial. Além disso, a aquisição dessas aptidões não é dada naturalmente ao homem, mas estas lhe são postas, sendo necessário o contato com esse mundo através do contato com outros homens. Segundo Leontiev (1978), pela sua função, esse é um processo de Educação:

> O verdadeiro problema não está na aptidão ou inaptidão das pessoas para as aquisições da cultura humana, para fazer delas suas aptidões e dar sua contribuição. O problema é que cada homem, cada povo tenha a possibilidade

> prática de um desenvolvimento que nada entrave. Tal é o fim para o qual deve tender a humanidade.
> Esse fim é acessível. Mas só em condições que permitam libertar realmente os homens do fardo da necessidade material, de suprimir a divisão mutiladora entre trabalho intelectual e trabalho físico, criar um sistema de educação que lhes assegure um desenvolvimento multilateral e harmonioso e que dê a cada um a possibilidade de participar enquanto criador de todas as manifestações da vida humana (p. 302).

A essência humana, nessa sociedade de classes da qual fala Leontiev, encontra-se de uma maneira alienada, já que com o capitalismo, a alienação do homem, ou seja, sua separação/estranhamento quanto ao produto de seu trabalho, quanto à natureza, quanto aos outros homens e quanto a si mesmo, verifica-se em sua máxima expressão.

Para Leontiev, o processo de alienação na sociedade ocorre justamente pela impossibilidade da grande maioria da população humana de apropriar-se das riquezas materiais e não-materiais existentes, e pela dissociação entre o Sentido e o Significado das ações humanas.

Por um lado, Leontiev entende que essa dissociação é produzida pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada. Por outro lado, rejeita toda e qualquer tentativa de atribuir a fatores individuais e biológicos as profundas diferenças produzidas pelas condições sociais de vida das pessoas, dando-se a apropriação do patrimônio cultural e material da humanidade de forma unilateral, privadamente, e não por todos os seres humanos.

Consideramos que a luta coletiva pela generalização social do acesso às esferas não-cotidianas da vida (como discutiremos mais adiante em “A Teoria da Vida Cotidiana”) é um fator importante de mobilização.

Desse modo, pesquisar, na esfera das políticas públicas, as relações entre familiares e o Conselho Tutelar, buscando contribuir com a construção de novas formas de atuação junto à esfera da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, pressupõe a busca por uma análise da realidade à luz de teorias críticas, cuja finalidade é a transformação dessa realidade.

A alienação é a negação da produtividade, da vida ativa do homem, uma vez que o homem não se vivencia como agente ativo, possuidor de um controle sobre o mundo, mas o mundo (a natureza, os outros, ele mesmo) lhe permanece estranho. Vivencia o mundo e a si mesmo passivamente, receptivamente, como sujeito separado do objeto. Não somente o mundo das coisas se torna superior ao homem, malgrado tenha sido ele o seu criador. Na sociedade capitalista, também as circunstâncias sociais e políticas por ele criadas tornam-se seus senhores.

O conceito de alienação aqui referido pode também ser compreendido a partir da seguinte explicitação que Lane (1991) nos oferece, quando discute o tema:

> A alienação se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de "naturalidade" aos fatos sociais; essa inversão do homem, do social e do histórico como manifestação da natureza faz com que todo conhecimento seja avaliado em termos de verdadeiro ou falso, e de universal; nesse processo, a consciência é reificada, negando-se como processo, ou seja, mantendo a alienação ao que se é como pessoa e, conseqüentemente, ao que é socialmente (p. 42).

Em meio a esse processo, temos que as relações entre os indivíduos, em vista da produção capitalista, são transformadas em qualidades de coisas/objetos, porque a natureza da mercadoria é eixo das relações no capitalismo, determinando o chamado fetichismo da mercadoria e, por conseguinte, o fetichismo da individualidade.

A coisificação das relações sociais, assim determinada, não permite que os objetos se apresentem ao homem como objetivação de si próprio, como objetos que confirmam sua individualidade e são seus mesmos. Assim, a natureza não é mais sua objetivação, não deriva mais de sua prática, mas uma coisa (uma mercadoria, um capital, um dinheiro). Os *"sujeitos como postos pelas coisas, isto é, sujeitados"* (SILVEIRA, 1989, p.47).

Silveira (1989) nos aponta para a estreita articulação existente, no capitalismo, entre a reificação das relações sociais e o fetichismos da mercadoria, ao qual estaríamos todos submetidos: *"a sujeição ao fetichismo nos envolve de modo mais profundo, faz parte mesmo de*

nossa própria estruturação psíquica" (p. 74). Para ele, o elemento característico dessa sujeição refere-se à transferência para o objeto, das forças, do poder e da energia, criados e investidos na e pela atividade humana.

Para Duarte (2004), o fetichismo é um fenômeno próprio do mundo da cotidianidade alienada, em que as pessoas só vêem aquilo que está imediatamente presente e não conseguem analisar o fato imediato à luz da totalidade social, ou seja, a aparência é tomada como essência da realidade, as relações sociais presentes nas mercadorias são tomadas como relações físicas e naturais:

> No caso do fetichismo da individualidade, o que ocorre é que em vez da individualidade ser considerada fruto de um processo educativo e auto-educativo deliberado, intencional, ela é considerada algo que comanda a vida das pessoas e em conseqüência, comanda as relações entre as pessoas e a sociedade (DUARTE, 2004, p. 11).

As implicações, para a Psicologia, dessa concepção marxiana de homem e das discussões a respeito do fetichismo da individualidade são inumeráveis e caracterizam uma escolha e atuação profissional comprometidas ética e politicamente com a transformação das relações sociais, assim como os pressupostos filosófico-metodológicos marxistas também desse modo se caracterizam.

Tais implicações vão desde o rompimento com concepções idealistas e abstratas de homem, até a negação de um subjetivismo senhor da história, alijado de suas condições de existência e de sua materialidade. Além disso, temos também conseqüências que se remetem ao escopo da atuação profissional do psicólogo, que deveria tomar como seu objeto de estudo o indivíduo concreto e não o indivíduo empírico, não o indivíduo de nossa percepção sensível, mas aquele que é síntese de múltiplas determinações, das relações sociais, indivíduo concreto.

Por tudo isso, temos que o conceito marxiano de homem mostra-se indissociável da intersubjetividade, ou da sociedade, tendo em vista que o homem é o conjunto das relações sociais, um sujeito histórico e social.

Nessa perspectiva, como derivação de tal concepção temos que: a contraposição entre indivíduo e grupo não procede totalmente, tendo em vista que o homem não sobrevive a não ser na relação com outros homens; a participação do indivíduo, no grupo, depende da aquisição da linguagem, cujos significados terão um sentido pessoal, decorrente da relação entre pensamento e ação:

> O resgate desses dois fatos empíricos permite ao psicólogo social se aprofundar na análise do Indivíduo concreto considerando a imbricação emtre relações grupais, linguagem, pensamento e ações na definição de características fundamentais para a análise psicossocial (LANE, 1991, p. 16).

Na presente pesquisa, as categorias propostas por Lane (1991) encontram-se contempladas e poderão ser analisadas por meio da proposta de realização de entrevistas com famílias envolvidas com o Conselho Tutelar. Isso porque a relação estabelecida entre os membros do Conselho Tutelar e as famílias, suas expressões de pensamento e concepções, através da linguagem, bem como a explicitação de suas ações cotidianas, serão elementos constantes para nossa análise.

Compreender a realidade multideterminada desses indivíduos, suas condições reais de sobrevivência, suas significações e relações interpessoais dentro e fora do lar, apontando para características de sua história de vida, da educação recebida da família de origem, dentre outros fatores mostra-se como busca da indissociabilidade entre teoria e prática, pressuposta nos eixos determinantes da Psicologia Social Sócio-Histórica.

4.2. O Cotidiano e o Desenvolvimento do Psiquismo

No campo de estudos da área da Educação, alguns estudiosos à muito vêm buscando uma articulação entre as considerações de Leontiev e de Agnes Heller. Aproximações entre a estrutura da atividade humana e a estrutura do psiquismo humano, propostas por Leontiev, e a estruturação da vida cotidiana helleriana, com suas formas de pensamento e ação, podem aqui contribuir para a busca da compreensão da violência doméstica contra crianças e adolescentes, sob ótica de familiares envolvidos com o Conselho Tutelar, objeto primeiro de nosso estudo.

4.2.1 A Teoria da Vida Cotidiana de Agnes Heller

Ao analisar a estrutura da vida cotidiana, Heller (1991, 2000) estabelece uma divisão dessa vida social humana em dois grandes âmbitos: a vida cotidiana e as esferas não-cotidianas da atividade social. Para ela:

> A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder se desligar inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais insubstancial que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (p. 17).

Essa esfera tão preponderante é constituída por três tipos de objetivações do gênero humano: a linguagem, os objetos e os usos/costumes de uma sociedade. Essas três objetivações são a matéria-prima para a formação de qualquer indivíduo, considerando que, ao nascermos, temos de nos apropriar delas para podermos conviver com o mundo ao nosso redor. Nesse sentido, a formação se dá sempre na esfera cotidiana, por meio das objetivações genéricas em-si.

A genericidade em-si refere-se à vida do homem, na esfera cotidiana, suas apropriações e objetivações, suas atividades; ou seja, o processo de formação de sua individualidade. Ela ocorre essencialmente de forma espontânea, natural, sem uma relação reflexiva consciente com os processos correspondentes. Dessa forma, os homens apropriam-se desses conteúdos espontaneamente e os reproduzem também espontaneamente, caracterizando assim a esfera da cotidianidade como a esfera da necessidade, por ser nessa esfera que os homens satisfazem suas necessidades materiais e subjetivas.

As esferas não-cotidianas da vida social constituem-se por objetivações genéricas para-si, superiores e mais complexas. São exemplos: a ciência, a filosofia, a arte, a moral, a política.

As objetivações genéricas para-si garantem os elementos necessários ao processo de formação da individualidade humana, e sua apropriação está presente ao longo da vida do indivíduo. Refere-se ao estabelecimento de uma relação consciente que o indivíduo faz com a genericidade, com o universal das produções humanas acumuladas ao longo da história, processos esses acompanhados de reflexão.

Rossler (2004), em artigo que visa a traçar aproximações entre as teorias de Leontiev e Heller, faz a seguinte observação, quanto às características das objetivações genéricas em-si e para-si:

> (...) essas objetivações representam o próprio desenvolvimento histórico da humanidade, isto é, as marcas de sua evolução. Por sua vez, a existência das objetivações genéricas que compõem as esferas não-cotidianas da vida social indica o grau máximo de desenvolvimento alcançado pela humanidade, num dado momento histórico, ou seja, apontam para o que há de mais desenvolvido numa dada sociedade, em termos de suas produções socioculturais. Nesse sentido, constituem-se naquilo que define o grau máximo que pode alcançar o desenvolvimento dos indivíduos naquela sociedade (p. 5).

"A vida cotidiana é a vida do homem inteiro" (HELLER, 2000, p. 17). É composta pelo conjunto das atividades voltadas para a reprodução da existência individual. Uma de suas características fundamentais é a heterogeneidade.

A heterogeneidade caracteriza-se pela diversidade de atividades pelas quais passamos, no decorrer dos dias, marcadas por uma velocidade rápida, pela fruição contínua, mas sem a possibilidade de absorver inteiramente nenhum dos aspectos dessas vivências, não podendo aguçá-los em toda sua intensidade.

"Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica" (HELLER, 2000, p. 18). A hierarquia, como uma de suas características, relaciona-se ao conjunto de normas e valores entendidos como prioridades em cada estrutura econômica e social; é, portanto, mutável.

Nascendo o homem inserido nessa cotidianidade heterogênea e hierárquica, somente nesse contexto pode se tornar adulto. Assim:

> O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade (p. 18).

O indivíduo, para viver sua cotidianidade e tornar-se adulto, deve aprender a manipular os objetos, os instrumentos e os utensílios de sua cultura. Essa apropriação dá-se de forma mediada pelos outros adultos. Em decorrência, pressupõe-se sempre que a apropriação dos elementos cotidianos é a apropriação das relações sociais.

Apropriações que começam sempre em pequenos grupos e que devem capacitar o indivíduo a manter-se e a orientar-se, em situações que transcendam esses mesmos pequenos grupos devendo, assim, capacitá-lo a *"mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, mover por sua vez esse mesmo ambiente"* (HELLER, 2000, p. 19).

Nesse sentido, o indivíduo é sempre ser particular e genérico: marcado por sua unicidade e irrepetibilidade; mas, também, por situar-se num dado tempo e espaço social, traz contido em si o genérico humano.

A essa altura, devemos retomar as discussões anteriores acerca do conceito marxiano de homem e de alienação, encontrando sua máxima expressão na sociedade capitalista que estamos vivenciando, de sorte a complementarmos a seguinte observação de Agnes Heller (2000):

> É comum a toda individualidade a escolha relativamente livre (autônoma) dos elementos genéricos e particulares, mas nesta formulação, deve-se sublinhar igualmente os termos "relativamente". Temos ainda que acrescentar que o grau de individualidade pode variar. O homem singular não é pura e simplesmente indivíduo, no sentido aludido; nas condições de manipulação social e da alienação, ele se vai fragmentando cada vez mais em "seus papéis". O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade (p. 22).

Quando os elementos da vida cotidiana – elementos que detalharemos posteriormente – , suas formas de pensar, sentir e agir, cristalizam-se, temos uma marca da alienação sempre determinada por uma estrutura social igualmente alienada. Assim:

> (...) quando a estrutura da vida cotidiana se hipertrofia, tornando-se a única forma de vida do indivíduo; quando sua vida se resume num conjunto de atividades voltadas essencialmente para sua reprodução, para a reprodução de sua particularidade, apresentando, assim, modos rígidos de pensar, sentir e agir, isto é, determinando um modo de funcionamento psíquico (intelectual e afetivo) cristalizado, que não podem ser rompidos mesmo nas situações que o exigem; nesses casos estamos diante de um fenômeno de alienação. Trata-se, portanto, de uma estrutura social alienada, de um cotidiano alienado e, conseqüentemente, de um psiquismo cotidiano alienado (ROSSLER, 2004, p. 13).

A alienação da estrutura material da sociedade determina a alienação do psiquismo humano, já que as relações sociais de dominação impossibilitam o contato da maioria dos indivíduos com as esferas não-cotidianas da existência e suas respectivas formas de pensamento,

sentimento e ação. Desse modo, mais uma vez nos utilizando das palavras de Rossler (2004) podemos afirmar que

> (...) os indivíduos vivenciam hoje um distanciamento crescente entre sua particularidade existencial e a relativa universalidade alcançada pelo gênero humano, entre o desenvolvimento da humanidade e seu desenvolvimento como indivíduo particular, ou seja, seu desenvolvimento cultural, social e psicológico – intelectual, afetivo e moral. Os indivíduos experimentam, portanto, uma contradição cada vez mais intensa entre o enriquecimento crescente e sem precedentes do gênero humano, pela criação e produção de bens materiais e simbólicos cada vez mais complexos, e o empobrecimento e esvaziamento de sua individualidade humana (p. 15).

Assim, a alienação e o estranhamento entre os homens definem-se como uma conseqüência direta de o homem estar alienado do produto de seu trabalho, de sua atividade e de seu ser genérico. Nesse sentido, sob o capitalismo, a especificidade e particularidade da socialidade são definidas pelo nexo social, pelo valor de troca, pela mercadoria, uma forma de socialização que evidencia implicações tanto para o sujeito corpóreo, quanto para suas capacidades ativas, seus sentidos; em uma palavra, para o sujeito inteiro:

> Como se nota claramente, é a alienação (e o estranhamento) *interna* ao próprio sujeito , portanto a cisão do sujeito mesmo que está implicada em sua relação alienada e estranhada com *outros* sujeitos. E mais ainda: que o *critério* interno ao sujeito, portanto, a dimensão da subjetividade envolvida em sua relação alienada e estranhada com os outros é aquela em que o próprio sujeito se encontra como *trabalhador,* quer dizer, *como força de trabalho,* como mercadoria. É, pois, a subjetivação dessa dimensão mercantil, operando aqui como *núcleo mesmo* das relações *intersubjetivas*; neste caso, alienadas e estranhadas (SILVEIRA, 1989, p. 52, grifos do autor).

Com a superação das relações de dependência social, característica da socialização nas formas de produção anteriores à capitalista, o homem passou a uma situação de independência pessoal, fundada na dependência material. Não lhe são mais garantidas socialmente as condições

de sobrevivência e reprodução; para Silveira (1989), isso significa que o indivíduo passou a situar-se num completo "*isolamento social"*:

> Este isolamento é uma das dimensões fundamentais de sua *indiferença* em relação aos outros indivíduos, tanto mais que rigorosamente só conta consigo mesmo, com seu corpo, com sua força de trabalho para que possa aceder às condições de produção, já que a própria natureza se lhe antepõe como capital, como valor de troca (p. 61).

Para Heller (1991, 2000), no entanto, é bom lembrar que o cotidiano não é eminentemente alienado: torna-se alienado nessa forma de organização social capitalista, que limita o pleno desenvolvimento dos indivíduos; no seu seio, as condições materiais, sociais e econômicas impedem o acesso dos indivíduos à produção humana historicamente acumulada.

Não sendo eminentemente alienado, Heller nos aponta que o cotidiano também tem como característica a homogeneização, que possibilita a superação parcial da particularidade e da cotidianidade.

A homogeneização estabelece o contato integral e pleno do homem com suas vivências, é estabelecida como o momento em que toda a energia e dedicação estão concentradas na atividade em questão, suspendendo-se qualquer outra atividade, durante sua realização. Emprega-se, assim, a individualidade inteira na tarefa. Esse processo não pode realizar-se arbitrariamente, mas somente de forma consciente e autônoma.

Ao apontar esse elemento contraditório da vida cotidiana, destacando a possibilidade de seu movimento e sua transformação, cabe um espaço, um parêntese, para salientarmos também uma contradição importante, na característica da sociabilidade e da subjetividade no capitalismo, aspecto abordado acima. Trata-se de uma contradição expressa na possibilidade da práxis dos indivíduos, em suas atividades de construção da sociedade, em sua ampliação de consciência daí derivada, na criação de sentidos novos e de novas relações humanas:

> Para ser mais preciso: os efeitos desse amoldamento, das determinações da forma mercadoria, na carne e na psique dos indivíduos resultam numa dialética conflitiva entre uma dimensão *internalizada* do sujeitamento: a coisa, a mercadoria pondo sujeitos – como o sujeito físico dos Manuscritos –, e, outra dimensão igualmente profunda, cuja tendência apontaria na subversão desse sujeitamento, ou seja, a existência mesma – ainda que recalcada, reprimida, inibida, sufocada – de condições internas que tornam possível o indivíduo determinar-se como *sujeito* (SILVEIRA, 1989, p. 74-5)

Depois desse parêntese, temos que, a partir, dos elementos estruturadores da vida cotidiana – quais sejam: heterogeneidade e homogeneidade, generecidade em-si e para-si e hierarquia (que define as prioridades de nossas ações no dia-a-dia, a partir de determinados valores e objetivos) –, Agnes Heller (2000) elabora uma análise aprofundada dos eixos nos quais nossas ações cotidianas se estruturam.

A autora levanta elementos que estão presentes na estrutura da vida cotidiana, sem os quais a mesma não seria possível. Como tais elementos se constituem eixos de análise dos dados obtidos com a realização dos estudos com familiares, optamos por nos dedicar atentamente a eles, reproduzindo aqui as explicações fornecidas pela própria Heller (2000). Assim, temos, na vida cotidiana:

- **Espontaneidade**: compreendida de forma idêntica à explicação que lhe dá o senso comum: o agir cotidiano sem muita reflexão, o agir e/ou falar imediato, sem reflexões acerca de suas conseqüências e/ou causas.

> É a tendência de toda e qualquer forma da atividade humana (...) A assimilação do comportamento consuetudinário, das exigências sociais e dos modismos, a qual, na maioria dos casos, é uma assimilação não tematizada, já exige para sua efetivação a espontaneidade. Pois se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo da verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma fração das atividades cotidianas imprescindíveis; e assim tornar-se-iam impossíveis a produção e reprodução da vida e da sociedade humana (p. 30).

Heller (2000) ainda salienta que, além de se caracterizar por esse ritmo fixo, a espontaneidade também é marcada por motivações efêmeras, de alterações constantes, que nem de longe chegam a expressar a essência da generecidade humana. O pensar e o agir não partem de uma reflexão consciente.

- **Probabilidade:** refere-se à possibilidade ou não de ocorrência de um determinado acontecimento. No cotidiano das ações, o homem, com base em critérios probabilísticos, não se dedica a pensar sobre eles, tendo em vista que se assim o fizesse, suas ações perderiam a agilidade e o utilitarismo que as definem, na sociedade atual.

> Na vida cotidiana, o homem atua sobre a base da probabilidade, da possibilidade: entre suas atividades e as conseqüências delas existe uma relação objetiva de probabilidade. Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica, a conseqüência possível de uma ação. Nem tampouco haveria tempo para fazê-lo na múltipla riqueza de atividades cotidianas. Ademais, isso mesmo é desnecessário: no caso médio a ação pode ser determinada por avaliações probabilísticas suficientes para que se alcance o objetivo visado (p. 30-1).

- **Economicismo*:*** a realização das atividades sobre a base da espontaneidade e probabilidade apontam para essa categoria que determina os pensamentos e as ações, a partir da “lei do menor esforço”. Nas palavras de Rossler (2004):

> Na vida cotidiana, os pensamentos e as ações visam sempre a sua efetivação de forma rápida, segura, num menor tempo e com menor esforço possível, tanto físico quanto intelectual. É necessário que assim seja para que se viabilize o conjunto heterogêneo de atividades que compõem essa esfera da vida. Certos pensamentos, sentimentos e ações existem, manifestam-se e funcionam somente enquanto desempenham certa função na continuidade da vida cotidiana (p.9-10).

- **Pragmatismo**: caracterizado pela unidade imediata de pensamento-ação, inexistência de diferença entre o correto e o verdadeiro, pensamento voltado para a realização de

atividades sem elevar-se ao plano teórico-científico, os pensamentos são determinados por sua funcionalidade e utilidade.

- **Fé e Confiança:** fornecem suportes aos pensamentos e ações; são indispensáveis para a cotidianidade.
- **Ultrageneralização:** como exemplos, temos os juízos provisórios, os preconceitos e a analogia. De acordo com Rossler (2004):

> Podemos perceber que, na vida cotidiana, os indivíduos agem ou por meio de generalizações tradicionalmente aceitas e difundidas na sociedade ou segundo generalizações que eles mesmos estabelecem a partir de suas próprias experiências particulares. Normalmente, as pessoas não se orientam a partir de uma consideração mais precisa dos casos singulares que compõem a sua vida (...) No cotidiano não há como os indivíduos examinarem detalhadamente e com precisão as situações singulares, isto é, os problemas particulares com os quais se deparam (p. 11).

Para Heller (2000), o preconceito é uma categoria fundamental do pensamento e do comportamento, quando estes se encontram alienados. A analogia também é considerada essencial, tendo em vista que, por meio dela, *"classificamos por algum tipo já conhecido por experiência o homem que agora queremos conhecer e essa classificação por tipos permite nossa orientação"* (p. 35). Porém, tanto quanto essencial, o preconceito traz consigo o risco de cristalizar-se.

- **Precedentes:** dizem respeito às situações e experiências anteriormente vivenciadas, que nos fornecem elementos de comparação e modelos para nossas ações:

> (...) têm mais importância para o conhecimento da situação que para o conhecimento das pessoas (...) essa atitude tem efeitos negativos e até destrutivos, quando nossa percepção do precedente nos impede de captar o novo, irrepetível e único de uma situação. (p. 36).

- **Imitação**: importante para a assimilação dos instrumentos, utensílios, hábitos e costumes de uma sociedade. É utilizada, na vida cotidiana, como modo de aprendizagem das normas socialmente aceitas.
- **Entonação:** diferentemente do elemento "Precedentes", refere-se às características da pessoa em questão e não das situações; define a impressão que cada indivíduo causa nos demais com os quais entra em contato:

> O aparecimento do indivíduo em uma dada situação dá o tom do sujeito em questão, produz uma atmosfera específica em torno dele e que continua depois a envolvê-lo ("preconceito emocional") (p. 36).

A compreensão dos elementos da cotidianidade e da característica heterogênea da vida possibilita um olhar mais profundo para os determinantes sociais da violência, analisando o quanto a alienação se efetiva, nas relações humanas, fazendo com que se reproduzam irrefletidamente as ações sofridas e a educação que se teve, quando criança, não permitindo, assim, que novas formas menos violentas de convívio humano possam se estabelecer, e mudanças estruturais na sociedade possam ocorrer.

A educação recebida dos pais, quando criança, as dificuldades na relação pais e filhos, as precariedades da vida diária, seja quanto às condições econômicas, seja quanto às condições sociais, culturais e educacionais, tornam-se naturais, com a justificativa "sempre foi assim" ou com a justificativa religiosa "Deus quis assim". Podemos considerar que essa é a forma cotidiana de lidar com os fatos da vida, pautada pelo economicismo, pelo pragmatismo, pela ultrageneralização, pelos precedentes e pelos demais elementos analisados por Heller (1991, 2000).

Por conseguinte, também o ciclo da violência como recurso pedagógico não é questionado, torna-se cristalizado nas relações familiares; nega-se o processo social que conduz a

possíveis transformações na compreensão e na ação da dinâmica familiar: naturaliza-se a educação violenta.

A partir do entendimento do fazer psicológico, da interface com a produção científica, da indissociabilidade entre teoria e prática, e com base na Teoria da Vida Cotidiana, podemos compreender o cotidiano como o espaço vital onde todo ser humano se encontra inserido, desde o seu nascimento e como o conjunto das atividades que relacionam a vida de cada um com as objetivações da cultura.

Nele também se encontra a enorme diversidade de tarefas que os indivíduos têm de realizar, para viver e sobreviver, indo das mais simples, como se alimentar, dormir, até tarefas mais complexas, como, por exemplo, as relacionadas com o trabalho, o estudo ou a educação dos filhos sem violência.

Ao mesmo tempo, essa cotidianidade é também hierárquica, ou seja, agrupamos e relacionamos certas atividades entre si, dando-lhe prioridades, de acordo com o momento histórico das estruturas socioeconômicas e também da peculiaridade da reprodução particular da vida cotidiana da família e do indivíduo.

Heller (2000) chama a atenção, ainda, para a possibilidade de superação parcial da alienação cotidiana, uma vez que é permitido ao indivíduo escolher e orientar-se dentro da margem de movimento possível que se faz presente, nessa esfera da vida social, tendo em vista que nem todo cotidiano é necessariamente e inteiramente alienado:

> Possibilidades sempre existiram; mas, a partir do momento em que a relação de um homem com sua classe tornou-se “casual” (Marx), aumentou para todo homem a possibilidade de construir para si uma hierarquia consciente, ditada por sua própria personalidade, no interior da hierarquia espontânea. Contudo, as mesmas relações e situações sociais que criaram essa nova possibilidade impediram, no essencial, seu desenvolvimento; no momento da superação dialética do conjunto da sociedade, ou seja, com o fim da alienação, poder-se-á contar com a máxima explicitação daquela possibilidade (p. 40).

A opção de trabalhar a partir do cotidiano também encontra seu eco nas considerações de Sawaia (1995), quando afirma que a vida do dia-a-dia é *"o ponto fixo do qual o indivíduo parte e volta, diariamente"*, devendo o trabalho do psicólogo ser o de *"transformar esse lugar no ponto de segurança, afetividade e de tolerância à pluralidade de formas de viver..."* (p. 52).

A finalidade da transformação perpassa todos os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam nossa pesquisa e que foram discutidos até este momento. Nesse sentido, a finalidade de nossa pesquisa é também contribuir com a transformação das relações humanas, na busca por uma sociedade menos violenta.

Vejamos, então, o processo de estruturação e objetivação que essa mesma pesquisa percorreu, isso anteriormente aos apontamentos que de seus dados decorrem, os quais nos servirão de motivos geradores de sentido para reflexão e para o possível planejamento de novas ações relativas à violência doméstica contra crianças e adolescentes.

5. Metodologia

5.1. Procedimento de Coleta de Dados

Para aproximar-nos de nossa finalidade, qual seja, investigar os sentidos e significados da violência doméstica contra crianças e adolescentes, sob a ótica de familiares envolvidos com o Conselho Tutelar, vislumbramos a ***entrevista*** como instrumento possível e adequado, tendo em vista que a mesma não se constitui em uma conversa despretensiosa e neutra, sendo um meio de coleta dos fatos relatados pelas pessoas (sujeitos-objetos da pesquisa), uma conversa com propósitos bem definidos, que reforça a importância da linguagem e do significado da fala, e fornece dados subjetivos (MINAYO, 1994).

Cabe ressaltar e resgatar, neste ponto, o que discutimos anteriormente sobre a importância da *linguagem*, juntamente com o pensamento e as ações, na definição de uma nova concepção de homem que a Psicologia Social apresenta à Psicologia, conforme Lane (1991).

Diversos outros autores apontam a entrevista como uma das técnicas mais utilizadas como instrumento de pesquisa, dentre os quais Thiollent (1981), Rey (2002) e Sellitiz (1974), para citar alguns.

Segundo Rey (2002), a tradição positivista usa os instrumentos como um fim em si mesmo, objetivando alcançar resultados finais; os dados passam a ser entidades próprias, descontextualizadas, tendo como conseqüência *"a idéia da objetividade do conhecimento"* associando-se inteiramente *"ao uso de instrumentos validados, confiáveis e generalizados, o que conduziu ao caráter instrumental da pesquisa..."* (p. 77).

O autor ainda comenta a pertinência dos instrumentais fechados empregados para "conhecer" o indivíduo, suas emoções e compreensões; para ele, a subjetividade não permite outra forma de acesso que não seja aquela expressa e demonstrada pelos indivíduos: *"essa expressão*

indireta é facilitada à medida que o sujeito se expressa de forma aberta e complexa, sem as restrições impostas pelos isolamentos que o fecham na cosmovisão do pesquisador" (p. 81).

A entrevista, então, pode ter um papel diferencial na medida em que um clima favorável e permissivo, amparada em uma postura aberta e compreensiva do pesquisador, pode possibilitar espaço adequado para repensar a própria realidade e as experiências vivenciadas, de acordo com as temáticas suscitadas por um modelo não-diretivo ou semi-estruturado. A respeito disso, Sellitiz (1974) enfatiza que a *arte de entrevistar "revela informações que são tanto complexas quanto emocionalmente carregadas, favorece o aparecimento de sentimentos subjacentes a uma opinião expressa",* exigindo-se, para isso, que as *"circunstâncias propiciem ampla liberdade e honestidade de expressão"* (p. 33).

Um viés característico do instrumento refere-se à maneira como o entrevistador é visto pelo entrevistado e como este último percebe o primeiro. Thiollent (1981) salienta a necessidade de considerar os aspectos sociológicos e políticos da entrevista, pois a relação entrevistador-entrevistado denota diferenças entre as pessoas e entre as trocas, como posições de classe, status, poder etc. Para o autor, a entrevista não-diretiva propicia limitar essas diferenças, porque o entrevistador não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação, como na entrevista dirigida:

> (...) é o entrevistado que detém a atitude da exploração (...) a partir da instrução, o entrevistado define como quiser o campo a explorar... O indivíduo é considerado portador de cultura, que a entrevista não-diretiva pode explorar a partir das verbalizações, inclusive as de conteúdo afetivo. Os modelos culturais são progressivamente evidenciados a partir da revelação do uso de estereótipos e da influência dos grupos aos quais os indivíduos pertencem ou se referem em função de sua socialização (THIOLLENT, 1981, p. 85).

A entrevista, então, constitui um instrumento que possibilita, em nosso caso, tentar compreender o que os próprios familiares sentem e pensam sobre a educação dos filhos, sobre o

que é a infância, sobre sua realidade, suas dificuldades, sobre os órgãos públicos de assistência, sobre sua história de vida, enfim. Desse modo, apresenta também as formas ideológicas explicativas da realidade, ou, utilizando-nos dos conceitos de Heller (1970), apresenta, na singularidade, as manifestações da generecidade, mediada pela particularidade (sociedade).

De forma coerente com nossos pressupostos, compreendemos que a entrevista é um instrumento que não se basta a si mesma, não tem um fim em si mesma, mas deve ser considerada dentro do contexto teórico-metodológico em que está inserida.

Nesse sentido, Minayo, em obra publicada em 1994, nos aponta algumas características da *pesquisa social,* as quais vão ao encontro dos pressupostos destacados até agora neste trabalho. Segundo ela, o objeto da pesquisa social é histórico: *"a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social"* (p. 13); possui consciência histórica: *"os seres humanos, o grupo social, dão sentido ao trabalho do pesquisador, juntamente com ele próprio"* (p. 13); mantém relação identitária entre sujeito e objeto; é ideológico; e é, por fim, qualificado, considerando-se que possibilita apenas uma aproximação da realidade: *"os resultados da pesquisa em ciências sociais constituem-se sempre uma aproximação da realidade social, que não pode ser reduzida a nenhum dado"* (p. 77).

Para a autora, a pesquisa em Ciências Humanas dever ser classificada e entendida como qualitativa, uma vez que *"trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações"* (p. 22).

Ao analisarmos mais detidamente o método dialético, na pesquisa social sócio-histórica, e a literatura pertinente, perceberemos que avanços já foram traçados no que tange a essa dualidade, pesquisa quantitativa X pesquisa qualitativa. Não é o debate quantitativo-qualitativo que garante a coerência da pesquisa, mas sim a intencionalidade e o destinatário desse estudo sistematizado.

Martins (2005) relata:

> Marx (1845/1978) fala em conhecer, interpretar para transformar a sociedade capitalista, no sentido de que a classe trabalhadora aproprie-se dos bens materiais e simbólicos produzidos pela humanidade. Desse modo, a questão central que temos de nos colocar não é se a pesquisa é teórica, histórica, empírica, de intervenção, ou ainda, se é quantitativa ou qualitativa, mas sim se a sua finalidade é de transformação social, no sentido marxista. A afirmação de que só a pesquisa participante ou pesquisa-ação é comprometida socialmente é uma questão tão equivocada quanto a da pesquisa quantitativa e qualitativa (p. 144).

Ao desenvolver alguns princípios, em seu texto, da pesquisa social e da pesquisa participante/pesquisa-ação, a autora nos fornece o principal eixo norteador de uma atividade que vise à produção de conhecimento, a partir de um referencial crítico:

> Marx traz para o centro da discussão a relação entre a aparência e a essência do fenômeno, demonstrando, com o método materialista histórico e dialético, que é preciso ir além da aparência do fenômeno, buscando captar as mediações que o determinam e o constituem, contribuindo para que o concreto abstrato transforme-se em concreto pensado, "uma rica totalidade de determinações e relações diversas" (MARX, 1978, p. 116). Para isso, não podemos desconhecer a existência da ideologia hegemônica na realidade, refletida nas ações e nos discursos das pessoas, sejam elas oriundas do meio acadêmico, sejam das classes trabalhadoras (p. 143).

Considerando os elementos apontados, realizamos *entrevistas semi-estruturadas* com familiares envolvidos com o Conselho Tutelar da cidade de Bauru-SP, abarcando os seguintes pontos:

- a significação atribuídas aos motivos da procura e/ou encaminhamento ao Conselho Tutelar: ***Por que você está aqui no Conselho Tutelar?***;
- a significação acerca de aspectos da história de vida com a família de origem, principalmente no que tange à educação familiar recebida dos pais: ***Conte-me um pouco sobre sua vida. Como era a vida em sua família de origem, com seus pais...?***;

- a vivência da realidade no dia-a-dia, no cotidiano; o significado das dificuldades, as significações envolvidas nas relações humanas: ***Como é o seu dia-a-dia em casa?***;
- a significação da educação que recebeu dos pais: ***Como você foi educada por seus pais? O que acha disso?***;
- a significação envolvida na educação dos filhos: ***Como você educa os seus filhos? Como lhe ensina o que é certo e errado, o que é a vida?***

As entrevistas foram gravadas, mediante a autorização dos envolvidos, para posterior formação de categorias e análise. Em caso de concordância, a entrevista era gravada ou acontecia somente um registro da fala. No momento final, antes da despedida, indagava-se ao entrevistado sobre a possibilidade de outros momentos de "conversa", caso fosse necessário. O local das entrevistas foi sempre uma sala cedida pelo próprio Conselho Tutelar, contendo duas poltronas individuais e um sofá, além de um gabinete grande. O fato de acontecerem no órgão influenciou sua dinâmica, porém, compreendemos essa constatação não como limitadora, mas como um fator a mais, dentre os múltiplos determinantes do relato, que também nos apontou para diversos outros elementos referentes à realidade das famílias relacionadas com o Conselho Tutelar.

Para entrevistar as famílias, foram realizados *três períodos de plantões por semana*, no Conselho Tutelar – dois, no período da tarde, e um, no período da manhã – solicitando-se às Conselheiras Tutelares presentes que encaminhassem ou agendassem os familiares.

No primeiro contato com o membro familiar entrevistado, foi *explicitada* ***a não vinculação*** *da entrevistadora com o Conselho Tutelar*, bem como as suas relações com a universidade, a natureza da pesquisa no órgão, dentre outras informações; abrindo-se também o espaço para esclarecimento de dúvidas surgidas durante a explicitação.

Por sua vez, o primeiro contato com o Conselho Tutelar aconteceu no mês de janeiro de 2005, através de uma reunião agendada com a então coordenadora do órgão. Nesse momento, foram explicitados os objetivos da pesquisa e dirimidas as dúvidas. Foi entregue também uma cópia do pré-projeto de pesquisa.

O Conselho Tutelar de Bauru era constituído de cinco conselheiras, com as seguintes formações profissionais: 1 Terapeuta Ocupacional, 1 Advogada e 3 Assistentes Sociais. Todas elas foram contatadas com o intuito de solicitar-lhes o encaminhamento de familiares envolvidos com a violência doméstica, em suas diversas manifestações: violência física, psicológica, sexual e/ou negligência.

No mês de fevereiro de 2005, juntamente com os contatos com o Conselho Tutelar, foram realizados os trâmites necessários para o encaminhamento da proposta ao Conselho de Ética em Pesquisa, tendo em vista que teríamos o envolvimento de seres humanos, no estudo.

O primeiro encaminhamento aconteceu em abril do mesmo ano e os contatos com o órgão estenderam-se até agosto. Nesse período, 15 familiares foram contatados, a partir do agendamento das conselheiras.

No momento das entrevistas, verificou-se que nem sempre o motivo de contato com o Conselho Tutelar era a violência doméstica, evidenciando-se um encaminhamento não condizente com as delimitações da pesquisa, apesar das recomendações específicas feitas às conselheiras: três famílias tinham como problemática conflitos intergeracionais vivenciados entre mães e filhas ou entre pais e filhos; duas envolviam conflitos de disputa de guarda dos filhos e cinco dos encaminhamentos relacionavam-se a crianças ou adolescentes, para que se procedesse a uma avaliação psicológica.

Somente 5 famílias, das 15 encaminhadas, encontravam-se no órgão por questões realmente relacionadas à violência doméstica, de modo que essas foram as triadas para a entrevista. Uma mãe, encaminhada com queixa de negligência e maus-tratos perpetrados contra o

filho, não permitiu que a entrevista fosse gravada e, portanto, sua fala não pôde ser considerada para a análise dos dados coletados.

Às pessoas atendidas e cujas queixas não se relacionavam à proposta da pesquisa eram dadas as devidas explicações e algumas orientações gerais. Foram feitas devolutivas desses atendimentos às conselheiras responsáveis pelo caso, esclarecendo-lhes novamente sobre os motivos do contato e da pesquisa junto ao órgão.

Após a entrevista com as famílias triadas, procedeu-se à procura, em seus prontuários, por informações gerais que as pudesse caracterizar mais especificamente, como número de filhos, renda, tipo de trabalho, moradia, histórico no órgão etc. Da análise dos prontuários, todavia, não foi possível obter dados relevantes, pois os mesmos ora não continham registros, ora os continham, mas de forma assistemática, ora os apresentavam desorganizada e confusamente.

5. 2. A Análise dos Dados

Para proceder à análise dos dados coletados foi utilizado o método explicativo de Vigotski, precursor da Psicologia Sócio-Histórica, como vimos anteriormente.

Para Vigotski (1991), a análise psicológica na abordagem sócio-histórica possui três princípios de base:

- Analisar processos e não objetos, ou seja, buscar apreender a historicidade que constitui o fenômeno em questão; em nosso caso, compreender a violência doméstica sob a perspectiva dos familiares: *"A análise psicológica dos objetos deve ser diferente da análise dos processos, a qual requer uma exposição dinâmica dos principais pontos constituintes da história dos processos"* (VIGOTSKI, 1991, p. 70).

- Explicar e não somente descrever, o que implica ir além da aparência, a fim de conhecer a totalidade do fenômeno, sua gênese e relações dinâmico-causais:

> Assim, para nós, a análise psicológica rejeita descrições nominais, procurando, ao invés disso, determinar as relações dinâmico-causais. Entretanto, tal explicação seria também impossível se ignorássemos as manifestações externas das coisas. Necessariamente, a análise objetiva inclui uma explicação científica tanto das manifestações externas quanto do processo em estudo (...) Ela não rejeita a explicação das idiossincrasias fenotípicas correntes, mas ao contrário, subordina-as à descoberta de sua origem real (p. 72-3).

- Entender a fossilização do comportamento, ou seja, compreender o movimento contraditório que determina um comportamento, que muitas vezes se apresenta fossilizado, automatizado, estereotipado; compreender seu processo de transformação: *"uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de uma determinada estrutura"* (p. 74).

Analisar um fenômeno, nesse sentido, singnifica compreender o seu processo histórico, conhecer sua gênese e suas relações dinâmico-causais, as contradições e as transformações, sem perder de vista as relações com a totalidade. Assim, o método aqui descrito propõe a busca de **unidades de análise** e não a decomposição do fenômeno em elementos, uma vez que a unidade conserva em si a totalidade:

> A psicologia que deseje estudar as totalidades complexas deve entender isso. Deve substituir o método de decomposição em elementos pelo método de análise que desmembra em unidades. Deve conservar essas unidades que não se decompõem e se conservam, são inerentes a uma dada totalidade enquanto unidade... (VIGOSTKI, 2001, p. 8).

A unidade, portanto, é um *"produto de análise que, diferente dos elementos, possui todas as propriedades que são inerentes ao todo e, concomitantemente, são partes vivas e indecomponíveis dessa unidade"* (p. 8).

Vigotski ainda esclarece que, para localizar essa unidade, é necessário encontrar o **significado** da palavra, pois as palavras são nossos pontos de partida para empreender a constituição da subjetividade. A palavra expressa na linguagem é a mediadora da subjetividade e, ao mesmo tempo, é um produto da prática social humana.

Além dessas características, Vigotski (2001) salienta o significado da palavra como fenômeno do pensamento e da linguagem, ao mesmo tempo, tendo em vista que a palavra sem significado seria um som vazio:

> Por isso o significado pode ser visto igualmente como fenômeno da linguagem por sua natureza e como fenômeno do campo do pensamento. Não podemos falar do significado da palavra tomado separadamente. O que ele significa? Linguagem ou pensamento? Ele é ao mesmo tempo linguagem e pensamento porque é uma unidade do pensamento verbalizado. Sendo assim, fica evidente que o método de investigação do problema não pode ser outro senão o método de análise semântica, da análise do sentido da linguagem, do significado da palavra (p. 10).

A palavra significada é entendida como unidade de análise, já que encerra as propriedades do pensamento, por se constituir como sua mediação:

> Para compreender a fala de alguém não basta entender suas palavras; é preciso compreender seu pensamento (que é sempre emocionado), é preciso apreender o significado da fala. O significado é, sem dúvida, parte integrante da palavra, mas é simultaneamente, ato do pensamento, é um e outro ao mesmo tempo, porque é unidade do pensamento e da linguagem (AGUIAR, 2001, p. 130).

Tomando o significado da palavra como unidade de análise, é possível compreender a maneira como cada indivíduo expressa e codifica suas vivências. A fala, no entanto, é o ponto de partida; cabe ao pesquisador ultrapassar a aparência do discurso e ir em busca de suas determinações históricas e sociais, configuradas, no plano individual, como motivações, necessidades e interesses, para chegar ao sentido atribuído/constituído por cada ser humano, em particular, aos fatos e vivências (AGUIAR, 2001).

A análise do conteúdo das entrevistas teve como eixo temático a violência doméstica contra crianças e adolescentes e o cotidiano, tendo em vista os objetivos descritos para esta pesquisa.

Após a transcrição das entrevistas, o procedimento de análise foi o seguinte:

- Leituras atentas e diversas do material coletado, considerando também leituras flutuantes;
- Construção de núcleos de significação suscitadas por temas, conteúdos e questões centrais apresentados pelo entrevistado como importantes, aqueles que motivam, geram emoções e envolvimento:

> Cada um dos núcleos deve, portanto, agregar questões intimamente relacionadas que, de modo geral, devem expressar questões relevantes para a compreensão dos aspectos pesquisados; portanto, os objetivos da pesquisa orientam essa organização dos núcleos. Tais núcleos são, pois, os organizadores das falas expressas pelos sujeitos (AGUIAR, 2001, p. 136).

- Análise propriamente dita dos núcleos de significação: apreender as determinações que constituem determinada forma de significar, as motivações e necessidades que as constituíram. Articular as questões com a história do entrevistado, nela buscando as relações:

> (...) as falas, conteúdos, emoções dos sujeitos, organizadas em núcleos, precisam ser articuladas com o processo histórico que as constituiu, enfim, com a base material sócio-histórica constitutiva da subjetividade, para aí, sim, explicitar como o sujeito transformou o social em psicológico e assim constituiu os seus sentidos (AGUIAR, 2001, p. 137).

É importante salientar que os núcleos não devem ser analisados de forma isolada, para que seu sentido e seu processo não se percam. Nas palavras de Aguiar (2001):

> Só ao levar em conta a realidade social poderemos explicar um movimento que é individual e ao mesmo tempo social e histórico. Nossa tarefa consiste,

> portanto, em compreender a forma como nossos sujeitos configuram o social, num movimento que sem dúvida é individual, único, e ao mesmo tempo histórico e social (p. 139).

O ponto de partida para a análise dos dados obtidos foi, como salientamos na discussão sobre o método explicativo de Vigotski (2001), a fala, a palavra, o relato da família entrevistada. Por meio dessa exposição, que teve como questões norteadoras o motivo do vínculo com o Conselho Tutelar, o Cotidiano, a História de Vida do entrevistado e sua Concepção de Educação, buscou-se a *unidade de análise* derivada do significado da palavra, pelo qual é possível compreender a maneira como cada indivíduo expressa e codifica suas vivências.

No intuito de ultrapassar a aparência do discurso e ir em busca de suas determinações históricas e sociais, configuradas, no plano individual, como motivações, seguiram-se os passos propostos por Aguiar (2001) para a organização dos dados. Assim, para a realização da análise dos dados, após leituras diversas da entrevista e organização de alguns núcleos de significação apresentados pelo entrevistado como mais relevantes, foi possível a criação de dois grandes organizadores da fala, conforme descrito abaixo.

Com base na discussão desses eixos organizadores, procurou-se identifcar a unidade de significação e, com ela, a relação entre os **sentidos pessoais e os significados** atribuídos pelo entrevistado à sua vivência individual, recordando que o eixo temático dessa vivência se referiu à violência doméstica contra crianças e adolescentes e ao cotidiano, conforme o objetivo da presente pesquisa.

A *Compreensão/explicação atribuída aos problemas apresentados pelo filho e Formas de resolução propostas* (primeiro eixo temático) por cada familiar e sua *História de vida e Concepção de educação* (segundo eixo temático) resumem elementos importantes, que serão objeto de análise. No interior desses eixos temáticos pode-se apreender questões como concepção/significação de homem, relacionamentos pais-filhos daí derivados, além de

significados e sentidos atribuídos à educação familiar; são questões que nos auxiliam na compreensão do movimento social-individual, significados-sentidos da violência doméstica, apreendida sob a perspectiva de familiares envolvidos com o Conselho Tutelar de Bauru-SP.

Isso posto, e a partir das explanações gerais acerca do método de análise, do procedimento de coleta de dados e da organização do material derivado da entrevista, podemos agora deter um olhar atento e reflexivo sobre o discurso das famílias implicadas nesta pesquisa e sua concomitante análise, objetivando compreender o processo de construção de sentidos e significados atribuídos à violência doméstica e à educação dos filhos, no cotidiano.

6. As entrevistas: construindo sentidos e significados

6.1. Primeira Família: Antônio e Lucas[11]

6.1.1. Dados Gerais:

Segundo Antônio, sua família é composta por ele, que trabalha como servente de pedreiro, o filho mais velho, de 15 anos, uma filha de 10 e outra de 8 anos, e Lucas, de 11 anos. Sua esposa e mãe dos filhos faleceu há cinco anos devido a um enfisema pulmonar e, desde, então Antônio fica com as crianças em casa, recebendo ajuda de uma irmã, a qual compareceu para uma primeira conversa sobre Lucas, encaminhada pela conselheira responsável.

Lucas é filho adotivo de Antônio, fruto de outro relacionamento de sua esposa, que ele inicialmente acreditou ser seu; contudo, quando soube da verdade, decidiu assumir e registrar o menino. É classificado por Antônio como muito nervoso e agressivo, tendo também muitos problemas na escola, o que se caracteriza como a maior preocupação do pai. Antônio atribui as dificuldades de Lucas a uma questão genética, transmitida do pai biológico, já que este é envolvido com "porcariadas". Para ele, essa explicação encontra seu fundamento no fato de nenhum dos outros filhos ter dado ou dar problemas na escola.

O filho mais velho trabalha e estuda; ambas as meninas participam de projetos em horário alternativo ao da escola; Lucas também estava inscrito num desses projetos, mas, por faltar muito às aulas foi excluído das atividades, condicionadas à presença na escola. Dentro dessa rotina da casa, o pai, em suas palavras, prepara as crianças para suas atividades e sai para trabalhar, voltando somente no fim do dia, quando os filhos também estão retornando, o que impede de os mesmos ficarem sozinhos em casa.

[11] Os nomes apresentados são fictícios

Antônio trabalhou dos seis/sete aos dezesseis anos na lavoura com os pais e não teve oportunidade de concluir a primeira etapa dos estudos. Segundo o histórico de sua passagem pelo Conselho Tutelar, Antônio foi convocado devido a uma denúncia (realizada pela tia paterna de Lucas) de negligência: chegava embriagado em casa e os filhos ficavam pelas ruas. Não comparecia às convocações, por conta do trabalho, sua irmã o fazia por ele. Posteriormente, a mesma denúncia foi retirada. Antônio e a irmã continuaram a comparecer ao Conselho Tutelar, na tentativa de solucionar os problemas escolares de Lucas.

6.1.2. Significados e sentidos da problemática em questão e formas de resolução propostas

Antônio, ao ser convidado a conversar com a "psicóloga" (conforme encaminhamento dado pela conselheira responsável), comparece ao órgão, mesmo com dificuldades de horário, já que trabalha como servente de pedreiro e, portanto, recebe os benefícios de acordo com as horas trabalhadas.

Sua esperança, como fica claro durante o relato sobre as formas de enfrentamento do problema, é de receber alguma ajuda psicológica para o filho, já que entende que as dificuldades do mesmo são de ordem neurológica e hereditária: *"Não sei o que aconteceu na cabeça dele, mas ele pegou esse lado... Então, isso tá me deixando muito preocupado. Demais..."*

Sua preocupação e dificuldade para lidar com o filho também se expressam na incompreensão da situação: *"Então, eu que, não sei o que está acontecendo com ele, não. Não está nada legal..."*

Na tentativa de explicar a realidade enfrentada, atribui a falta de inteligência e agressividade de Lucas à sua herança biológica:*"Eu acho que... E também tem outra coisa que eu acho, que ele é meu filho assim, mas não é meu filho biológico, sabe. Eu tô achando que isso tem muito a ver com o pai dele, viu..."*

Lembremo-nos aqui das formas de compreender e explicitar os fenômenos apresentadas por Chauí (1999), uma delas representada pelo inatismo, com seu caráter de imutabilidade atribuído às determinações, como é o caso do geneticismo alegado por Antônio.

A característica heterogênea da vida cotidiana, como bem explicita Heller (2000), seu modo de pensar, sentir e agir pautados na espontaneidade, sem reflexão, no economicismo e no pragmatismo, unidade imediata entre pensamento e ação, são elementos que nos ajudam a compreender as estratégias de enfrentamento buscadas por Antônio, ao tentar apoio e justificativas médicas e psicológicas para as dificuldades com o filho, o que até embasaria sua motivação para procurar o pai biológico de Lucas e devolvê-lo a ele.

Da discussão e problematização desses elementos, podemos apreender a significação que Antônio atribui aos comportamentos do filho: significação biologicista/hereditária, que determina, por meio de uma relação causa-efeito, a agressividade, as dificuldades de aprendizagem e a não adequação de Lucas aos padrões “normais” de obediência e do que se espera socialmente seja um bom filho e um bom aluno.

Longe de culpabilizar sua atitude, entendemos que a estrutura da vida cotidiana, na forma capitalista de organização e produção das relações materiais, determina, como vimos, a estrutura e o desenvolvimento do psiquismo, determinando, conseqüentemente, a maneira como se pensam e se significam (em nosso caso) os comportamentos do filho. É uma estrutura que impossibilita momentos de homogeneização, de parada para reflexão sobre a produção dos problemas e sobre possíveis formas de enfrentamento.

As objetivações genéricas em-si, segundo Heller (1991, 2000), são voltadas para a reprodução da existência do indivíduo; objetivações, portanto, carregadas de explicações ideológicas inatistas e biologicistas, difundidas e apropriadas pelo senso comum para referendar a concepção imutável atribuídas às ações, verdades e razões humanas. Explicações como essas justificam a “incapacidade” de alguns indivíduos, geralmente das classes populares, de se

apropriar da educação, escolarização, da cultura e da civilidade, revelando falhas, em seu processo de socialização, atribuídas, evidentemente, à família de origem e à sua desestruturação.

Sobre a família recai, como vimos, grande parte da responsabilidade pela educação e socialização de crianças e adolescentes, de maneira que a maioria dos profissionais nela encontra a fonte de todas as mazelas sociais, desde problemas escolares, até a violência e o banditismo. A fala de Antônio nos permite um exemplo de como essa situação é vivida e reproduzida, nas ações, pensamentos e sentimentos cotidianos:*"Olha, a maneira que eu tô fazendo... eu tô fazendo a minha parte, como eu tô dizendo ... (...) Eu tô correndo, vendo o meu lado para ver o lado dele, pra amanhã ou depois que eu não conseguir dominá-lo, não falar: mas o cara também não correu atrás."*

Outro elemento se destaca dessa mesma fala: a idéia/mito associada ao sentimento de temor a respeito da possível progressão linear da problemática. Ou, em outras palavras, o medo de que, se, quando criança, Lucas já está tendo essas atitudes, quando adolescente ou adulto, ele se tornará, então, um delinqüente, marginal ou bandido, numa sucessão linear, causal e fatalista dos fatos. Tal temor e compreensão também se evidenciam, quando Antônio fala sobre a constatação de que Lucas está fumando:*"Eu não vi ele fumar, mas ele é esperto também... mas a gente não é tonto, eu tenho certeza que ele tá. E eu acho que daí vai passar para as coisas pior, porque quanto ao cigarro, agora é só ele, mas a hora que passar para outras coisas..."*

Nas palavras e conceitualizações de Heller (2000), podemos dizer que esse elemento de ultrageneralização, pautado em generalizações que os indivíduos estabelecem, a partir de suas experiências particulares, de analogia e de precedentes, também é comum e necessário à vida cotidiana. Chamamos a atenção, a esta altura, para as suas cristalizações, determinadas pela totalidade social alienada.

A compreensão linear, causal e fatalista dos fatos relacionados às atitudes de Lucas nos oferece mais um elemento indicativo de como Antônio apreende e como significa os

comportamentos do filho (significado biologicista/hereditário) e, em decorrência, suas dificuldades de lidar com a situação.

O dia-a-dia em casa, conforme o relato de Antônio, foi caracterizado ora por aqueles que convivem diretamente, no ambiente doméstico, demonstrando as relações interpessoais e seus conflitos, ora pela própria convivência. Antônio nos fornece uma amostra de seu relacionamento com os filhos e da dinâmica do lar: sai para trabalhar depois que libera as crianças para a escola, voltando para casa no fim da tarde, quando as mesmas também já retornam de suas atividades escolares e do projeto do qual fazem parte.

É interessante notar como descrever o cotidiano também é descrever suas dificuldades. Ao mesmo tempo em que responde à questão, relata como Lucas não se enquadra na organização das atividades que os demais filhos realizam, garantindo-nos, assim, que seu dia-a-dia é também se preocupar com o filho. Sobre o fato de estar cuidando dos cinco filhos sozinho, desde o falecimento de sua esposa, tece um comentário que relativiza a situação, se comparada com as dificuldades com Lucas: *"Olha, é complicado, mas se fosse isso aí, eu mesmo levava no peito e dava para agüentar, sabe."*

Durante seu relato, Antônio, enquanto nos conta as dificuldades na educação de Lucas, diz da diferença que se estabelece entre o menino e os outros filhos: *"Por isso que eu estou falando para você. Os outros nasceram tudo com cabeça boa para estudo, para as outras coisas boas... Claro, quem é inteligente é inteligente pra tudo... Esse daí o que me deixa preocupado é que ele não tem inteligência para as coisas que me interessa. Ele até é trabalhadorzinho, pra fazer um trabalho em casa é... É um menino levado... Mas só que o nervosismo dele, a falta de interesse pela escola e a falta de inteligência... manda fazer o nome dele aqui que ele não faz; não conta até cinqüenta... Quando já tem a menina lá na segunda, tem oito anos, precisa de ver, faz a tarefa dele..."*

É interessante notar que a fala denota uma concepção estanque, naturalizada, isolada e imutável de individualidade: *"Ele já estava já prestes a entrar na escola também. Mas já tava com uns probleminhas desde pequenininho no Projeto da Vila Asilo, mesmo com essa idade já. Porque ele é muito agressivo."*

Antônio busca alguns órgãos públicos de assistência, na tentativa de explicar e justificar os comportamentos do filho, fonte primeira de seus problemas atuais. Sua relação com eles, nesse sentido, é de servir-se das técnicas e exames científico-profissionais do campo da Medicina e da Psicologia, para que as mesmas, através da interpretação e discurso de seus representantes, pudessem lhe trazer explicações coerentes e, por conseguinte, receitas sobre o que e como fazer com Lucas.

Percebemos mais uma vez, o pragmatismo e economicismo da vida cotidiana, aliados à difusão de uma ciência utilitarista, comprometida com determinadas ideologias liberais que segregam aqueles "incapacitados" para o convívio "normal" com as regras e normas sociais, segregação assinada e ratificada pelas análises técnicas e empíricas feitas por profissionais diversos acerca dos problemas próprios dos indivíduos. Sem um espaço de reflexão sobre os resultados e receitas recebidas, bem como sobre a real realidade vivenciada, reproduzem-se ações focais/individuais e culpabilizadoras.

Podemos verificar também, mais um elemento que nos direciona para o significado atribuído por Antônio às questões relacionadas ao filho: ao significar as causas das dificuldades de Lucas, a partir de sua natureza interna, hereditária, busca-se a resolução por meio das técnicas e do instrumental científico, e, conseqüentemente, por meio das propostas terapêuticas e medicamentosas que estes possam lhe oferecer.

6.1.2. História de Vida e Concepção de Educação

Falar da própria história de vida não é tarefa fácil. O relato breve de Antônio assim nos prova, por enfocar suas queixas principais, desviando a atenção e o foco da fala para outros conteúdos. Mesmo assim, podemos perceber que sua história foi marcada pelas dificuldades enfrentadas, para garantir a sobrevivência e para relacionar-se com os familiares.

Constatam-se condições econômicas e sociais que impedem o acesso às objetivações genéricas para-si, como discutimos, sendo os esforços cotidianos obrigatoriamente voltados para garantir a reprodução da vida particular, como a necessidade de trabalhar desde pequeno para ajudar na sobrevivência familiar*: (*Entrevistadora):*"Você trabalhou desde pequeno também..."* (Antônio): *"Desde... seis, sete anos... na roça... até os dezesseis anos foi lavoura, né (...) Às vezes, ele dava uma forcinha pra gente, mas falava. A família é grande, né, nós era em doze, tinha que trabalhar..."*

A educação recebida dos pais, na família de origem, segundo Antônio, foi caracterizada por uma educação rígida, marcada pelo respeito inconteste e pelo medo, pela negação do direito de se manifestar, pelo desconhecimento da realidade do mundo: *"Era sim, sim, não, não. Não tinha esse negócio de falar... e falar, não ou espera um pouco... Não. Era diferente. Falou era isso e não tem que torcer, não. Você tá ali terminando a sua lição ou qualquer coisa que tava fazendo, o pai falava faz tal coisa, abandona aquilo e ia. Não tinha esse negócio de ah, não, espera um pouco, daqui a pouco eu faço, não tinha nada disso, não. Meu pai... era bravo, assim... Não, ele não era bravo! A gente respeitava ele de um jeito que não precisava a agressão."*

No entanto, atitudes dos pais consideradas corretas, benéficas para o enfrentamento da realidade, são repetidas na educação de seus filhos, mesmo que observe a sua não aceitação e a sua não eficácia com relação às novas gerações. Nas palavras de Antônio, descobre-se não

somente as tentativas de educar os filhos de modo semelhante àquele em que foi educado, mas também as dificuldades do processo educativo, em um momento histórico e social de cobranças pesadas sobre a família, como já discutimos anteriormente, neste trabalho, na vigência de diversos órgãos de controle e proteção: *"E eu tento passar para eles isso daí, mas quem falou... e se você tentar conversar, é perigoso sobrar é pra gente ainda. Então é complicado, viu, educar criança."*

Relacionando a educação que recebeu dos pais e que tenta passar para os filhos, o seu cotidiano e sua subjetividade, Antônio nos conta sobre como concebe sua forma de educar: "*Eu sou bem rígido, e outra coisa, eu tenho pouca paciência. Eu ensino ali duas, três vezes e pronto... ali já não tenho paciência mais não... (...)"* (Entrevistadora): *"Você ia com a força?"* (Antônio): *"Não com a força. Eu deixava de lado. Ah, não dá. Não sei, você não... e já ficava meio nervoso também e já paro. Aí mais tarde, outro dia, eu volto de novo. Mas quando eu vejo que a pessoa tem uma cabeça boa que tá indo bem, aí me interessa, mas como no caso dele..."*

Em um outro momento, comentando mais especificamente sobre o relacionamento com sua mãe, Antônio resgata outro elemento que nos permite apreender sua forma de conceber a educação: *"Minha mãe era mais agressivinha, mas era só chineladinha, coisinha que isso daí menino não respeita. Ele respeita é pulso firme mesmo e coisa mais seria. Esse negócio de chineladinha, tapinha, só serve pra deixar o bicho mais safado."*

Assim, é possível apreender como o pai significa a educação dos filhos, significação apropriada socialmente e também decorrente da sua forma de significar o homem, como vimos, no núcleo anterior. Nesse sentido, para os filhos que apresentam os comportamentos desejados (ser obediente, ser bom aluno), basta uma educação sinalizadora, uma educação que garanta alguns direcionamentos ao curso natural do desenvolvimento e da vida. No entanto, para aqueles que apresentam comportamentos *inadequados*, resta a violência qualificada, que deixa marcas, a

"pancada, a coisa mais séria". Evidencia-se aqui um elemento a mais, na justificativa para o uso da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Outro elemento amplamente discutido, em nossos capítulos teóricos, também retratado na fala de Antônio, refere-se aos momentos de raiva e desespero, nos quais se age impulsivamente, demonstrando a carência de outros métodos de educação dos filhos: *"Ah, o que eu faço... ele faz as cagadas dele, na mesma hora ele já se manda pra rua... aí espera lá pelas dez que eu chego, que eu tô cansado, que eu vou dormir, ai ele sabe que eu chego, que eu vou dormir, ai ele chega, dorme... No outro dia eu já não faço mais nada, porque já passou aquele momento ali de... eu não sei ficar guardando mágoa de criança... ah, vou bater... não. Se eu pegar ele ali na hora que fez a arte ali até que eu dou umas pancadas nele, mas é difícil."*

Podemos apreender, do exposto, que a forma como Antônio significa o desenvolvimento humano (forma naturalizante) é um elemento constitutivo de sua forma de significar a educação de seus filhos. Resta para aqueles que não respondem da maneira esperada (não têm o desenvolvimento considerado normal), a violência. Assim, o sentido da educação, para Antônio, é a adequação para a vivência na sociedade (escola, família, trabalho). Desse modo, encontramos como unidade de significação, na fala de Antônio, a **violência como uma forma de educação dos filhos**.

Podemos notar, neste caso. como a base material sócio-histórica da produção da vida é constitutiva da subjetividade, como cada ser humano em particular transforma o social em psicológico e, nessa perspectiva, constitui os seus sentidos pessoais. No interior de uma sociedade que atribui a responsabilidade pela socialização das crianças às famílias, que não garante uma rede de apoio eficiente e oferece determinadas punições, quando isso não é atingido; em que recursos outros de educação dos filhos não são discutidos com os pais, os quais igualmente não exercem o direito de escolherem pela maternagem/paternagem, a violência encontra sua ampla justificação como forma de educar.

A construção dos sentidos pessoais que constituem as atividades humanas, ancorados nos significados socialmente atribuídos (e aprendidos) às palavras e situações, conforme Leontiev (1978) e Vigotski (2001), evidencia o movimento pelo qual se configuram as relações, as atividades e a subjetividade, que, sem dúvida, é individual, mas ao mesmo tempo histórica e social.

A inserção do Estado na vida das famílias, através de seus diversos órgãos de assistência e controle, aliada à produção de conhecimentos em áreas específicas da Ciência, como é o caso da Psicologia do Desenvolvimento, fica evidente na compreensão desse movimento social-individual, significados-sentidos. A função ideológica da família, como analisamos ao abordarmos Reis (1991), e as mudanças e responsabilidades atribuídas pelo ECA, no que diz respeito à doutrina de proteção integral, provocam uma necessidade de referendo, de consulta, por parte das famílias, às instituições e profissionais especializados. Ou, por outra, uma necessidade de buscar fórmulas para agir e educar os filhos corretamente.

A reprodução da violência, o ciclo vicioso, o enfrentamento dos conflitos pela via da agressão física tornam-se uma avalanche difícil de interromper, que exige momentos de homogeinização, conforme Heller (2000), numa tentativa de repensar a educação vivenciada e a educação fornecida aos filhos, já que a heterogeneidade da vida cotidiana não permite estar por inteiro e totalmente presente nas atividades realizadas.

Além disso, retomemos aqui as discussões de Leontiev (1978) a propósito do desenvolvimento do psiquismo humano, através dos processos de objetivação-apropriação. De acordo com ele, o processo de apropriação é sempre um processo mediado pelas relações entre os seres humanos, sendo, portanto, transmissão da experiência social, ou seja, um processo educativo.

A violência mais ampla, de que nos falava Martín-Baró (1997), e a violência em forma de omissão do Estado, focalizada por Vasquez (1977), podem, neste ponto, ser relembradas:

violência potencial e real do Estado, na sociedade capitalista, praticada direta ou indiretamente, por intermédio de ações e/ou omissões; violência *"vinculada ao caráter alienante e explorador das relações humanas. É a violência da fome, da miséria, da prostituição ou das enfermidades (...) própria violência como modo de vida..."* (p. 382).

6.2. Segunda Família: Sandra e Camila

6.2.1. Dados Gerais

Sandra foi convocada a comparecer ao Conselho Tutelar, devido à denúncia que fez de violência sexual do marido contra a filha, Camila, após a queixa da própria menina. Afirma estar ainda muito confusa quanto à veracidade da queixa, tendo-a tornado pública num momento de raiva do marido.

Além de Sandra, o marido e Camila, de 13 anos, vivem na casa a caçula, de 1 ano, uma outra filha de 8 e um filho de 6. A mãe queixa-se bastante de não saber lidar com os filhos, porque estes brigam demais em casa, especialmente Camila e a irmã de 8 anos: "*acorda, toma o café da manhã, aí, elas vão me ajudar a limpar a casa, no meio daquela briga, emburrada... depois é aquela briga pra ir pra escola... da hora que levanta até na hora de sair, aquela briga pra ir pra escola...*"

Na rotina da casa, o pai está desempregado e sai à procura de bicos, voltando somente à noite. As meninas e o filho vão à escola e, como outra atividade, a família freqüenta uma igreja evangélica. À noite, assiste-se televisão na casa da avó materna das crianças.

Sandra não comentou muito sobre sua história de vida, dizendo não se recordar. Casou-se com o atual marido com 15 anos de idade, tendo Camila aos 16. Enfatiza as dificuldades que vivenciou, na educação e nos cuidados com a primeira filha: "*às vezes, eu olho para ela... você viu o tamanho que ela ta? Maior que eu. Eu olho para ela eu penso assim: meu Deus do céu, não sei como eu não matei essa menina... Porque eu era nova, não tinha experiência com nada, minha mãe mal me ajudou... porque minha mãe não sabia fazer nada também, para me ajudar...*"

Relata que trabalhou em casa de família, como doméstica, deixando aos cuidados de Camila, então com 10 anos, os filhos mais novos: *"Aí eu parei porque eu vi que tava dando muito... foi daí pra cá que começou mesmo os problemas. Com eles três os problemas. Porque eu vi que ou eu trabalhava ou eu chegava em casa e encontra um pedaço de cada um..."*

6.2.2. Significados e sentidos da problemática em questão e formas de resolução propostas

Sandra, ao chegar ao Conselho Tutelar, encaminhada pelo CRAMI (Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos Infantis), causou grande preocupação e ansiedade na conselheira que a atendeu. Isso se evidenciou nas conversas que essa mesma conselheira travou comigo, antes da entrevista. O caso foi encaminhado ao Fórum de Bauru e não tive mais notícias do mesmo, pois não existe, por parte do Conselho Tutelar, um acompanhamento após os encaminhamentos realizados.

A fala de Sandra, durante toda a entrevista, teve um tom de desabafo, demonstrando seu cansaço com as questões relativas à vida doméstica e à educação dos filhos. Essa constatação corrobora a contradição expressa entre os motivos de seu vínculo com o Conselho Tutelar (queixa de violência sexual contra a filha) e os significados e sentidos analisados, em seu relato, através das ênfases dadas às temáticas diversas. Vale dizer que exatamente essas ênfases constituem aquilo que Aguiar (2001) nos aponta como elementos a partir dos quais devemos nos pautar para construir e analisar os núcleos de significação do discurso do entrevistado.

Apesar de sempre comparecer ao Conselho Tutelar quando solicitada e de sua denúncia passar a ser examinada pela Vara de Infância e Juventude de Bauru, Sandra elege como motivo principal, a ser abordado na entrevista, as dificuldades no dia-a-dia com os três filhos. Uma forma de compreender, significar e dar sentido a essa questão pode ser evidenciada nas palavras de Sandra, ao final da entrevista: *"E então, você levou a sério a fala dela?(Entrevistadora.) Isso. Ela*

contou pra mim e eu na hora não pensei nem que fosse verdade nem que fosse mentira. Porque é o que eu falei, eu já tava com raiva dele. E eu tava pensando que qualquer coisa que ele me fizesse eu ia denunciar ele... sei lá... tanto comigo quanto com as crianças, eu ia brigar feio com ele... de tanta raiva que eu tava com ele mesmo... Então, eu não pensei duas vezes para agir. Você denunciou no mesmo dia? (Entrevistadora). É. Por conta de estar com raiva dele? (Entrevistadora). É. Eu nem perguntei se foi isso, o que que ela pensou... o que ela tinha pensado do que ele falou... Nem como foi; assim, aonde é que ele estava na parte de casa... Não foi isso, eu não perguntei nada... eu já peguei e já fui denunciar. Nem esperei ele chegar pra tirar a limpo com ele, né. Pra conversar com ele direito..".

Ao mesmo tempo em que Sandra afirma "*eu espero que seja esclarecido, né. Eu quero tirar isso a limpo... essa história...",* também parece tender a acreditar nas justificativas do marido, demonstrando que Camila, em um outro episódio, se equivocara: *"ela entendeu outras coisas... ela maliciou... pro lado da malícia. Ela maliciou isso, mas não",* assumindo, como vimos, ter feito a denúncia em um momento de raiva.

Essa constatação obtida pelo relato de Sandra também nos permite perceber os sentidos atribuídos à sua atitude de denunciar o marido. Sentidos, ao que se evidencia, referentes a motivos diversos, ou motivos-estímulo, como vingar-se do marido pela traição conjugal vivenciada e não a motivos geradores reais, como investigar correta e detalhadamente a queixa da filha e protegê-la, por exemplo.

Quando se trata de violência sexual contra crianças e adolescentes, a literatura pesquisada realça que muitos são ainda os mitos e tabus a serem enfrentados, principalmente os referentes ao papel da criança como incitadora do desejo masculino ou então, muito pequena ainda para compreender e significar corretamente determinadas situações relacionadas à sexualidade. Tal fato contribui para a situação de complô de silêncio, bem como para as dificuldades na constatação do fenômeno. Cabe-nos aqui lembrar das discussões e alertas de Azevedo e Guerra

(2003), ressaltando a importância de atuações profissionais coerentes e dispostas a colaborar com os próprios pais, na compreensão e desvelamento da real situação, já que dúvidas e confusões imperam na dinâmica familiar, nesses contextos.

Sandra, como vimos, significa a queixa da filha como um equívoco, como uma malícia, demonstrando sua concepção sobre a possível incapacidade que Camila tem de avaliar a situação. Esse elemento da entrevista demonstra igualmente um fato corroborador dos estudos encontrados na literatura da área, entendidos como referentes ao campo dos significados socialmente construídos, que irão ser elaborados e apreendidos por cada indivíduo singular, por meio da mediação dos seus sentidos pessoais.

No caso de Sandra e Camila, como dissemos, até o término dessa pesquisa não ficou comprovado o abuso. Seja como for, é preciso deixar clara aqui a necessidade de se tomar com seriedade a fala da criança, sendo que a mesma tem o direito de ter sua situação analisada com muita responsabilidade e precisão, por parte do profissional.

O fato de a queixa ter perturbado a conselheira (uma assistente social) demonstra, mais uma vez, o despreparo dessas profissionais para atuar com as demandas que chegam ao Conselho Tutelar, principalmente quando as mesmas envolvem questões relativas à sexualidade humana. Na retomada da literatura da área, feita anteriormente, pudemos perceber a possibilidade de generalizar alguns dados, por meio da análise da particularidade, como é o caso da situação profissional despreparada de conselheira(o)s tutelares.

Principiando a análise da fala de Sandra a partir da construção de núcleos de significação, como nos sugere Aguiar (2001), buscando as questões apontadas como motivadoras, geradoras de emoções e envolvimento, podemos destacar o seguinte: o cansaço e a sobrecarga da responsabilidade de educar e cuidar dos filhos; a dúvida quanto ao que fazer, em determinadas situações de conflito**,** já que “*tem dia que eu pego a cinta para as duas, mas não adianta nada.*

Porque assim que eu der as costas começa tudo de novo"; o relacionamento conjugal e a própria denúncia de abuso do marido contra a filha.

Entendemos que, por sua complementaridade, os dois primeiros núcleos ressaltados podem ser analisados conjuntamente. Sandra comenta e reforça o papel atribuído à mulher, em nossa sociedade, responsável primeira pelas temáticas relativas ao lar e aos filhos*: "Aí, ele fica bravo também com elas, depois vira para mim, porque ele quer que eu corrija. E eu já quero que ele imponha a autoridade de pai, né. Porque só a mãe, só a mãe, só a mãe, cansa também, né"; "Tem hora que eu canso. Meu marido sempre saiu de manhã e voltou à tarde, então, não participava quase nada. Até final de semana também. No começo, ele jogava dia de sábado... e, quando não jogava, ia pra casa da mãe dele, até hoje ele é assim..."*

Como fator exemplificador e ápice da problemática desse núcleo tem-se a necessidade de Sandra abandonar o trabalho como doméstica, para cuidar dos filhos. Muito embora não fique explícito, em palavras, seu descontentamento e frustração, Sandra evidencia tais sentimentos, por meio de suas expressões, e quando passa parte significativa da entrevista contando o motivo de não estar exercendo um trabalho remunerado, bem como sobre os esforços para mantê-lo, desdarte sem sucesso: "*Aí eu parei, porque eu vi que tava dando muito... foi daí pra cá que começou mesmo os problemas. Com eles três os problemas. Porque eu vi que ou eu trabalhava ou eu chegava em casa e encontra um pedaço de cada um...*".

Outro agravante dessa situação, não apontado por Sandra nem constante de seu prontuário no Conselho Tutelar, pode ser pensado em relação à fonte de renda da família, já que o marido está há muito desempregado, vivendo de "bicos": "*Mas ele não trabalhava fixo, nessa época?* (Entrevistadora). *Não, não. Sem carteira registrada faz um bom tempo que ele está sem.*"

Todos os elementos citados e discutidos, até este momento, pertencentes à esfera da vida cotidiana, da generecidade em-si, vivenciados na heterogeneidade do dia-a-dia alienado, conforme Heller (1991, 2000), contribuem para o sentimento de cansaço e exaustão

experienciado por Sandra. Violência indireta e discreta sofrida diariamente; violência instrumental, conforme Martín-Baró (1997), corroborada por um contexto possibilitador e um fundo ideológico que a favorece. Violência reproduzida nas relações interpessoais domésticas que, a partir da equação pessoal (um de seus elementos constitutivos), garante os matizes dos abusos psicológicos e físicos, cometidos contra crianças e adolescentes.

Nesse aspecto, Sandra admite que, no que tange aos seus filhos e ao relacionamento entre eles, não sabe como proceder: *"Ah, então. Eu não sei o que fazer. Esse é que é o problema"*, já que, *"Ah, por que olha, com as crianças, eles brigam demais. Tem muita troca de idéias..."*. Assume também que, em alguns momentos, usa da violência física para contê-los, o que também não lhe garante muitos resultados: *"Tem dia que eu pego a cinta para as duas, mas não adianta nada. Porque assim que eu der as costas começa tudo de novo."*

Como um recurso possível para lidar com a questão, expressa seu desejo de que o marido *"imponha sua autoridade de pai"*, o que ocorre também por meio da violência física: *"Aí, ele fica bravo também com elas, depois vira para mim, porque ele quer que eu corrija. E eu já quero que ele imponha a autoridade de pai, né. Porque só a mãe, só a mãe, só a mãe, cansa também, né. E ele fica bravo tem hora... tem hora que dá uma palmada. Ele bate com a mão, né... não sei como não dói..."*.

Na heterogeneidade da vida cotidiana, na espontaneidade, no economicismo e no pragmatismo diários, Sandra busca elementos para significar suas dificuldades e, assim, formas de enfrentá-la. Concebe e significa as "trocas de idéias" entre os filhos como um problema de fase do desenvolvimento: *"Eu tava falando para ela que eu, peguei e fui no NAF*[12]*, né, fui passar na psicóloga lá, passar os três lá. Porque cada um tem uma fase assim que me dá muito trabalho, né"*.

[12] Núcleo de Apoio à Família, serviço municipal que conta com a parceria de uma instituição de ensino superior privada da cidade.

De maneira semelhante à que vimos, na entrevista de Antônio, Sandra significa o desenvolvimento humano de uma forma naturalizada, entendendo como biológico e até hereditário, sem considerar as relações interpessoais e as aprendizagens como seus outros multideterminantes. A única menção que faz a esses elementos refere-se à prioridade que o marido concede à filha do meio (Miriele): *"Eu acho que tem muito ciúme dela... dele com a Miriele. Porque a Miriele, pra mim, a Miriele foi a que ele mais... desde nenezinho, foi a que ele mais... é... assim: não pode fazer nada. Não pode bater, sabe... a que ele mais defende... isso..."*

Ao proceder esse modo de significar as atitudes dos filhos, Sandra relaciona-se com os órgãos públicos e de assistência a partir de motivos-estímulo, conforme Leontiev (1978). Constrói sentidos pessoais fundamentados na necessidade de ajuda de profissionais da Psicologia, que poderiam lhe dar receitas de como agir em cada ocasião, já que entendem do desenvolvimento humano. Vale ressaltar aqui que, como vimos, a história da Psicologia, na assistência pública à infância e à adolescência, em muito contribuiu para a difusão dessa concepção restrita de atuação profissional.

A análise até esta parte, concernente aos significados e sentidos atribuídos à problemática com os filhos, será aprofundada em nosso segundo eixo temático da entrevista, História de Vida e Concepção de Educação. Porém, ainda nos cabe ressaltar outros multideterminantes das formas de significação construídas por Sandra, relativas, mais especificamente, à alienação desses mesmos sentidos e significados, conforme Leontiev (1978) e Heller (1991, 2000).

A cotidianidade alienada promove um alheamento entre significados e sentidos, encarnado na desintegração da consciência, percebida nas contradições objetivas da realidade. A tomada de consciência, de acordo com Leontiev (1978), é possível na articulação entre a produção de novos sentidos, derivada da luta interior ou dos chamados problemas/crises de consciência:

> O fato de os sentidos e as significações serem estranhas umas às outras é dissimulado ao homem na sua consciência, sob a forma de processo de luta interior, aquilo a que se chama corretamente as contradições da consciência, ou melhor os problemas da consciência. São esses os processos de tomada de consciência do sentido da realidade, os processos de estabelecimento do sentido pessoal nas significações (LEONTIEV, 1978, p. 136).

A partir da restrição a vivências de esferas não cotidianas da vida, da generecidade para-si, sem a garantia de momentos de homogeneização, sem a parada para refletir sobre as problemáticas enfrentadas, a produção de novos sentidos e, igualmente, a tomada de consciência, torna-se escassa.

No relato de Sandra, quando afirma não saber o que fazer com as brigas entre os filhos, atribuindo-lhe um significado biologizante (fases do ciclo da vida) e um sentido atrelado à necessidade da ajuda de profissionais técnicos, não se percebe, por exemplo, nenhum elemento problematizador que poderia estar relacionado tanto ao tratamento diferenciado aos filhos, ao não planejamento familiar, às difíceis condições materiais de sobrevivência, dentre outros multideterminantes da relação mãe-filhos e filhos-filhos.

Uma atuação profissional que tome o relato de Sandra por si mesmo, não buscando seus sentidos para além da aparência do discurso, indo ao encontro das suas determinações históricas, sociais e de classe, fica bastante próxima de ter sua intervenção centrada na própria violência, conforme Vasquez (1990). De ter a violência instrumental tomada como terminal, de acordo Martín-Baró (1997); e de desqualificar e/ou psicopatologizar as famílias, como nos apontou Bazon et al. (2001). Fica bastante próxima, portanto, de culpabilizar esses mesmos familiares.

A violência física de Sandra, perpetrada contra os filhos, é empregada como um recurso igualmente educacional/correcional, como apontamos na entrevista de Antônio. Utilizada nos momentos de raiva e desespero, quando não se tem à mão mais nenhum recurso aprendido de que se possa servir, nos momentos de conflitos.

6.2.3. História de Vida e Concepção de Educação

A heterogeneidade da vida cotidiana constitui um dos elementos estruturadores do psiquismo humano, como diversas vezes já enfatizamos neste trabalho. Com a raridade dos momentos de homogeneização fica fácil compreender as dificuldades relativas à retomada da própria história de vida, da própria educação, como auxílio na compreensão das atitudes atuais, agindo a partir de uma grande gama de repetições e reproduções.

O motivo de Sandra estar no Conselho Tutelar e participar da entrevista proposta refere-se aos motivos-estímulo diretamente ligados à necessidade de conversar com uma psicóloga sobre as dificuldades com os filhos. Assim, quando lhe é sugerido que fale e pense em sua própria história de vida, sua expressão é de estranhamento e surpresa: *"Olha, menina, aí você me pegou... deixa eu pensar um pouco. Deixa eu ver... minha educação como foi...?"*

Sandra não trouxe muitos elementos da vivência com seus pais, da forma de educação que recebeu dos mesmos. Afirmou, porém, que, assim como ela, sua mãe também recorria às palmadas, quando não sabia mais o que fazer com os filhos: *"Apanhar não. Apanhar, minha mãe nunca bateu, não. Ela dava as palmadas dela mesmo, quando tava demais, não agüentava, ela dava palmada. Mas bater de bater, nunca bateu, não. Nem ela, nem meu pai"*.

Fica expressa aqui a contradição referente às concepções de educação, de apanhar (palmadas) e de bater (violência física que deixa marcas): educar implica bater para que se aprenda, mesmo que não seja tão simples e tão claro estabelecer os limites existentes entre essas práticas.[13]

Das reticências e lacunas referentes à sua própria história como filha, Sandra dá um salto no tempo e passa a enfatizar sua história como mãe, sem, como ela mesma diz, ter tido a

[13] O Instituto de Psicologia da USP-SP, por meio do Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), defende que a legislação brasileira considere também os castigos ditos moderados (leves), como a palmada, como violência física, sendo, portanto, os pais que os praticam passíveis de punição. Tal defesa pauta-se nas discussões de Peter Newell (1989), advogado e defensor dos direitos da criança, que afirma ser violento todo o ato que infringe dor ao corpo infantil, indo desde a palmada ao espancamento.

oportunidade de experienciar a condição de menina estudante, namorada, adolescente: *"Ah, eu casei cedo, né. Eu casei muito cedo, então, essa parte da adolescência eu já pulei, passei direto*". Chama a atenção sua fala acerca das experiências de ser mãe pela primeira vez: *"Às vezes, eu fico pensando, porque será que a justiça não tomou conta no meu caso? Será que porque eu acabei casando? Eu penso assim, né. Mas eu não sei. Às vezes, eu olho para ela... você viu o tamanho que ela ta? Maior que eu. Eu olho para ela eu penso assim: meu Deus do céu, não sei como eu não matei essa menina... Porque eu era nova, não tinha experiência com nada, minha mãe mal me ajudou... porque minha mãe não sabia fazer nada também, para me ajudar..."*

Sandra demonstra, assim como vimos na entrevista de Antônio, a inexistência de uma rede de apoio para lidar com as questões familiares, assim como a constatação de que se nasce pronto para a maternagem/paternagem, culpabilizando-se a si mesma e àqueles que não conseguem realizar esse papel, de acordo com os ditames da sociedade. No que tange à rede de apoio mencionada, vale destacar que a filha mais velha (Camila) acaba por exercer essa função, passando a ser mãe da casa, nos momentos em que Sandra trabalhava como doméstica.

Desse relato brevíssimo sobre sua história de vida passada, volta-se novamente o discurso para os filhos que lhe tomam todo o dia-a-dia. Nos poucos momentos em que diz ter tranqüilidade, afirma estar só, ou com apenas um dos filhos. Uma forma de enfrentamento dos conflitos, adotada geralmente quando o marido está em casa, é fingir não ver ou alegar não ser consigo a questão: *"se ela judia de alguns deles, porque ela gosta... ela tem a unha grande, então, ela gosta de pegar e unhar os dois, a Miriele e o Luís. Então, ele acha ruim. Ele briga com ela, só que ele quer que eu faça alguma coisa. Aí eu pego e falo assim: "fazer o quê, pra mim ela não fez nada..."*

Na confusão generalizada acerca dos motivos, sentidos e sentimentos da relação das filhas (Camila e Miriele) com o pai, Sandra também não consegue demonstrar discernimento, quando a questão é a denúncia do abuso sexual. Significa os conflitos *(entre pai e filha),* atribuindo-os à

preferência do pai por uma das filhas (Miriele) e “malcriação” da outra filha (Camila) para com ele: *“Camila, não fala assim com seu pai. Ele pode se irritar uma hora e acabar batendo em você... ai você... ai eu não vou gostar...”*. Parece se revelar, nessa passagem, o sentido pessoal que Sandra atribui à sua queixa referente à existência de muitas brigas, de muitas “trocas de idéias” entre as meninas, sentido atribuído a uma possível educação diferenciada dada a cada uma delas.

A vinculação ideológica da necessidade de uma educação e tratamento homogêneos a todos os filhos (a despeito das diferenças entre eles), para se prevenir o peso de eles crescerem com traumas emocionais e psicológicos, vai ao encontro da concepção biologizante e naturalizada de fases do desenvolvimento humano. Nessa concepção de homem e de desenvolvimento, existiria um curso normal a se percorrer, para se chegar a ser um adulto adequado e saudável; curso normal e linear pelo qual todos os homens (crianças e adolescentes) devem passar, necessariamente, cujas diferenças e ausências podem vir a causar disfunções posteriores, manifestas em inadequações adultas.

Tais concepções de homem e desenvolvimento trazem em seu bojo um modelo de família tradicionalmente nuclear e burguês, pressupondo, dentre outros elementos, a preocupação com e a necessidade de igualdade entre os filhos. Supõe-se, portanto, um modelo apresentado como o ideal e como um valor a ser seguido, conforme Szymanski (1995):

> Supõe-se ou aceita-se irrefletidamente, um modelo imposto pelo discurso das instituições, da mídia e até mesmo de profissionais, que é apresentado não só como jeito “certo” de viver em família, mas também como um valor. Isto é, indiretamente, é transmitido e *captado*, o discurso implícito de incompetência e de inferioridade, referindo-se àqueles que não “conseguem” viver de acordo com o modelo. Essa sensação de ser “diferente”, “menos do que” e “incompetente” aparece nos discursos daqueles que se desviam da norma (p. 25, grifos da autora).

A análise dos significados e sentidos, decorrentes do discurso de Sandra, nos permite compreender que, assim como para Antônio, a educação em casa tem o sentido de adequação para a vivência na sociedade, adequação fundamentada nas diferenças de gênero e geração.

Nesse sentido, quando não se sabe mais o que fazer para que a pedagogia familiar seja exercida a contento dos padrões morais vigentes, lança-se mão da violência, seja ela física, seja psicológica Este, portanto, é um recurso educacional, quando os demais não funcionam. Aqui, mais uma vez, podemos afirmar que a unidade de significação encontrada, conforme o método proposto para a análise dos dados, é a **violência como uma forma de educação dos filhos.**

Vale enfatizar, uma vez mais, de acordo com Vigotski (2001), que a unidade conserva em si a totalidade e que a palavra, expressa na linguagem, é mediadora da subjetividade, assim como também é prática social humana. Podemos, portanto, compreender as determinações históricas e sociais, configuradas no plano individual, considerando que, apesar de a realidade ser contraditória, ela possui um direcionamento hegemônico, que garante a sobrevivência do sistema capitalista, dentre outras coisas, pelo papel específico da família, tanto no nível simbólico, quanto no nível econômico e social.

6.3. Terceira Família: Elisa e Paula

6.3.1. Dados Gerais

Na casa de Elisa vivem ela, o marido e dois filhos: Paula, de 15, e Pedro, de 10 anos. O motivo de estar no Conselho Tutelar foi a violência física que Elisa perpetrou contra Paula, indo a mesma parar no pronto-socorro da cidade e sendo, posteriormente, abrigada. Pelo relato da mãe, evidenciam-se questões intergeracionais envolvidas em seu relacionamento com a filha*: "Ela sempre foi uma menina assim um pouco autoritária, digamos assim, sabe. Muito geniosa. Ela gosta que as coisas fiquem do jeito que ela quer, né. Então, a gente, os pais, sempre procura o melhor para os seus filhos. E se você vê que seu filho está desviando para um caminho que não é legal, você tenta puxar, não é verdade? E... Ela muitas vezes não aceita."*

Para Elisa, *"a maioria dos pais hoje em dia deve estar tendo esse tipo de problema"* com os filhos. Afirma ter ficado pressionada, quando bateu em Paula, e se justifica: *"eu tive que chegar a ter esse tipo de coisa com ela, mas também foi essa única vez... e agora, porque eu também não agüentei... (...) Isso que acontece, de eu perder, às vezes, as estribeiras, é porque é muita coisa: vem, vem, vem... você senta, você conversa, você explica, sabe..."*

Conta desejar que os filhos estudem, tenham uma boa formação e, para isso, ela e o marido trabalham muito, na busca por garantir uma educação de qualidade, que também garanta a formação de um caráter de "boa índole". Por não ter tido a oportunidade de estudar, devido a uma infância muito difícil, procura garantir isso aos filhos: *"eu comecei a trabalhar muito pequena, você entendeu? Então hoje, o que eu quero pros meus filhos: eu quero que eles estudem, eu quero que eles façam cursos, eu quero que eles se formem... eu quero que minha filha case linda, maravilhosa, vestida de noiva, você entendeu... Isso é o que eu sonho pra eles... pra ela... Tanto que, a minha menina ela faz curso de espanhol, ela faz curso de informática, ela estuda, já está*

no primeiro ano de colegial... Coisa que eu não tive, eu parei de estudar na quinta série do primário...”

Elisa avalia que o relacionamento com a filha é bom, apesar do incidente, pois consegue conversar com ela e ouvir sobre seus problemas na escola, sobre os rapazes etc. Enfatiza também a boa formação que garante aos filhos, bem como o seu marido, proveniente de “família unida, de boa índole”.

6. 3.2. Significados e sentidos da problemática em questão e formas de resolução propostas

Elisa não teve problemas em se expressar, durante toda a entrevista. Seus relatos foram longos e carregados de forte conteúdo emocional, demonstrando, por gestos e tons de voz, muitos de seus sentimentos envolvidos na significação e no sentido atribuídos à sua problemática com a filha de quinze anos.

Num primeiro momento, antes mesmo de me expor os conflitos com a filha, justifica e relativiza a questão: *“A maioria dos pais hoje em dia deve estar tendo esse tipo de problema”*. Como veremos mais à frente, aspectos ideológicos relacionados à moral, aos bons costumes e à boa índole, defendidos hegemonicamente por nossa sociedade, estão constantemente presentes na forma como Elisa significa e dá sentido à relação com Paula e à concepção de educação.

Durante todo o relato, com tom de voz enfático, numa postura decidida, Elisa significa e ao mesmo tempo corrobora o papel e a função dos pais, difundidos de uma maneira naturalizada e imutável, elementos de uma concepção de homem inatista e dogmática, como analisamos a partir das contribuições de Chauí (1999): *“Então, a gente, os pais, sempre procura o melhor para os seus filhos. E se você vê que seu filho está desviando para um caminho que não é legal, você tenta puxar, não é verdade? E... Ela muitas vezes não aceita. (...) é que a gente sabe o que é o melhor para ela”* .

Lembremo-nos aqui das discussões apontadas no Capítulo 2, acerca do passado muito presente da família. Com o estabelecimento da burguesia no poder e com a hegemonia do capitalismo, a responsabilidade familiar pela formação dos novos cidadãos se torna prevalente. Elisa expressa em sua fala, sua forma de significar e dar sentido a essa responsabilidade. Significação de um dever atrelado a uma educação moral (*"E se você vê que seu filho está desviando para um caminho que não é legal, você tenta puxar, não é verdade?"*), manifestando, ao mesmo tempo, seu sentido pessoal conferido à educação informal doméstica. Sentidos e significados que constituem sua consciência e subjetividade, que *"adquire particularidades diversas segundo as condições sociais da vida dos homens, e transforma-se na seqüência do desenvolvimento de suas relações econômicas"* (Leontiev, 1978, p. 94).

O binômio autoridade/amor, discutido por Pôster (1979) e Reis (1991), bem como a vivência das relações familiares pautadas na hierarquização etária e sexual, são elementos presentes e evidentes na entrevista. Como pólo complementar, poderíamos salientar a maneira com que Elisa significa a adolescência da filha. Para ela, as características dessa fase da vida são naturais e biológicas, derivadas das mudanças corporais e de temperamento; temperamento este que Paula trás hereditariamente*: "A Paula, desde criança, ela foi agitadinha, sabe. A gente sempre até sabia... não queria, mas sabia que ia ter um pouco de problema no futuro"*.

No segundo momento dessa análise, abordando o eixo temático História de Vida e Educação, poderemos aprofundar o que aqui sinalizamos, na busca de compreender como esses elementos se relacionam com a significação e os sentidos construídos por Elisa sobre a educação e com a história concreta de sua vida. História de vida constituída por relações que, de acordo com Leontiev, compreendem a consciência humana, que opera por meio da linguagem.

Por ora, cabe ressaltar como as mesmas significações e sentidos apontados acima (papel e função dos pais e concepção de adolescência) constroem a problemática que levou Elisa ao Conselho Tutelar: os conflitos intergeracionais com a filha.

Ao significar a família como algo natural, cuja função e responsabilidade é a conservação da moral, Elisa aponta como sentido pessoal da convivência com a filha a necessidade de ensinar-lhe os mesmos valores morais que regem sua vida, especialmente os relacionados à sexualidade, ao estudo e à convivência humana. Na estrutura alienada da vida cotidiana, não sobra espaço para a reflexão sobre as mudanças nos comportamentos e valores das novas gerações e para a busca de formas de convivência familiar que os contemple.

O chamado conflito intergeracional, ou o conflito entre pais e filhos, tem-se tornado um grande motivo de queixas junto aos órgãos de assistência. Conflitos entre a orientação dos pais e as atitudes filiais não são, num primeiro momento, motivo de intervenção do Conselho Tutelar. Exigem, de um certo modo, conhecimentos de aspectos do desenvolvimento humano, preparação dos pais para o exercício da paternagem/maternagem, não existindo receitas prontas para suas resoluções, elementos esses que não são tomados como relevantes pelos próprios pais e pelos profissionais com eles envolvidos.

Na tentativa de ter a situação problemática sob o seu controle e de significar as atitudes da filha, Elisa atribui às influências do namorado e das amizades o que entende não ser da índole de Paula, tecendo explicações contraditórias a um mesmo fato. Assim, traça um paralelo comparativo entre relacionamentos e intimidades aceitas (aquelas que envolvem pessoas da família) e não aceitas (aquelas que envolvem pessoas fora da família): *"Eu tive um problema semelhante com ela quando ela tinha treze anos. E foi assim: ela queria se envolver com amizades que não tinha condições, você entendeu? Andar com roupas que a gente não aceitava... e essa determinada amizade que eu tô te dizendo, a gente não queria ela envolvida. Vivia emprestando roupa... e eu não gosto que fique emprestando roupa; eu não aceito, não gosto dessas coisas... Eu acho que cada... você ter as suas coisas... a não ser que você empreste assim, de uma tia, né... de uma prima que é mais ali... Agora... de uma pessoa que você conheceu ontem, digamos assim, não aceitei..."*

A mesma influência negativa de namorado e amigas preocupa a mãe, no que tange à sexualidade de Paula. Como exemplo do que ocorre na particularidade cotidiana, as discussões entre pais e filhos relacionadas à sexualidade se dão na tentativa de prevenir uma gravidez indesejada, ficando esquecidas questões mais gerais como sentimentos, medos etc: *"Ela teve a ... ficou menstruada, né, contou, falou... então: "agora é assim... você pode se considerar uma mulher... se você tiver uma relação sexual com menino você pode engravidar, então você tem que tomar cuidado com isso. Tá. Se um dia você for ter alguma relação, escolhe a pessoa certa. Não vai com aquele que você achar que é porque às vezes não é.."*

Ao relacionar-se com Paula, tendo como pressupostos tais sentidos e significados, Elisa vai tecendo sua forma de agir, suas atitudes, ao mesmo tempo em que sua atividade vai construindo sua consciência, seu reflexo psíquico da realidade; *"a atividade condiciona a formação da consciência e esta, por sua vez, a regula"* (MARTINS, 2000, p. 89). Nesse sentido e no bojo desse processo é que buscamos compreender as formas adotadas por Elisa para resolver os conflitos apontados.

Para cumprir seu ideal de educação e sua função de mãe, Elisa afirma, várias vezes, conseguir conversar/dialogar com os filhos, valorizando a si mesma e a eles por conseguirem fazê-lo, já que, em sua história pessoal, o mesmo não ocorreu. Durante o relato, ficam evidentes as contradições relacionadas ao ônus que recai sobre a família quando a esta se atribui responsabilidade total no processo de socialização dos filhos, cujos erros teriam como conseqüência a atual situação caótica da realidade social desestruturada e violenta.

Nos momentos da entrevista em que admite ter usado de violência física contra Paula, a mãe revela, por um lado, fragilidade em situações de pressão e estresse e, por outro, a falta de recursos educacionais com quais poderia lançar mão, em momentos conflituosos: *"Porque na verdade, não foi aquele momento... eu acho que se eu não tivesse vindo com problemas já com ela, eu saberia lidar com essa situação... O que aconteceu?* (Entrevistadora) *Aí, eu acabei*

batendo nela. Porque veio todo mundo em cima de mim, você entendeu? Na verdade, eu usei mais pra me defender mesmo. E eu tava sozinha em casa, meu marido não tava... né. (...) Aí vocês chegaram a se agredir... (Entrevistadora) *Eu tive que chegar a ter esse tipo de coisa com ela, mas também foi essa única vez... e agora, porque eu também não agüentei...”*

A reflexão sobre a violência doméstica, em sua tipificação psicológica, não é apontada como problema no relato de Elisa. Como nos enfatiza a literatura, partindo do fato de a violência psicológica não deixar marcas, essa tipificação não é notificada e até percebida pelos próprios profissionais da área, tornando-a amplamente aceita e praticada: *“O meu marido, ele nunca foi de bater; ele é de falar sério. Autoritário! Fala alto! Você entendeu? “Não, você está pensando o quê... o que você quer da sua vida...?” Você entendeu? “Eu sou teu pai... você tem que respeitar”, esse tipo de coisa... Mas de bater também ele nunca foi“; “O meu modo de falar foi assim: “Você vai, então, que depois a gente conversa”, entendeu? Num sentido um pouco autoritário. Aí ela já achou que eu tava mandando... e foi pra escola”*.

Para justificar algumas de suas atitudes, Elisa afirma: *“Mas eu tenho um gênio um pouco forte também, não vou dizer que não, né”*. Mais uma vez, podemos perceber a presença de concepções inatistas atribuídas à personalidade. Para a Psicologia Sócio-Histórica, a personalidade pode ser compreendida como uma qualidade do indivíduo, produzida a partir de suas relações concretas; é entendida como um elemento ontogenético, constituído de aspectos multideterminantes, que são biológicos, psicológicos e sociais, ao mesmo tempo.

Elisa, ao utilizar longas narrativas para explicar e até justificar a problemática em questão, somente depois de um grande tempo de entrevista explicita a situação desencadeadora de seu contato com o Conselho Tutelar: a violência física contra a filha e o abrigamento da mesma: *“Aí, ela saiu correndo de casa junto com ele... e foi... Aí a sogra dela catou ela e foi pro pronto socorro... E ela me denunciou, né, que ela tava grávida que eu tinha chutado ela, aquela coisa*

toda... E tal... aquele drama, né. Aí comunicaram o Conselho, o Conselho trouxe... levou ela para um abrigo".

O abrigo é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Título II, Capítulo I, artigo 98, como uma medida de proteção: *"As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nessa Lei forem ameaçados ou violados"* (BRASIL, 2005, p. 22), seja por uma falta ou omissão dos pais e/ou responsáveis seja do próprio Estado. É definido também, no Capítulo II, artigo 101, parágrafo único, como "*medida provisória e excepcional"* (BRASIL, 2005, p. 23).

Verifica-se, na situação descrita por Elisa e em outras semelhantes, que a tomada de decisão, por parte dos conselheiros tutelares, de solicitar o abrigamento acontece sem critérios bem definidos, sendo, muitas vezes, adotada quando não se sabe o que fazer ou como uma forma de punição à criança ou aos pais. Tal constatação vem corroborar o que antes dissemos a respeito da falta de preparo dos profissionais para a atuação como conselheiros e o não investimento, por parte do poder municipal, de recursos financeiros para que o mesmo ocorra.

Vale ressaltar, ainda, a precariedade com que as entidades de atendimento, incluindo os abrigos, [não] exercem sua função, reforçando um caráter eminentemente assistencialista, não garantindo programas sócio-educativos e de transição, limitando-se a armazenar crianças e adolescentes: às famílias da classe popular, resta um Conselho Tutelar desagregado e restam as situações indefinidas (e a longo prazo) de abrigamento .

6.3.3. História de Vida e Concepção de Educação

Para Elisa, assim como para Antônio e Sandra, falar sobre sua história de vida é recordar uma história de precariedades materiais, de luta por uma sobrevida e de conflitos no

relacionamento com os pais. Falar de seus próprios pais é ressaltar o trabalho e o sofrimento: "*Nossa! Foi muito ruim! Foi muito rígida! A minha vida foi difícil!"*

É interessante notar, no relato, as comparações constantes que Elisa faz entre sua história de vida e aquela que tenta garantir aos filhos, entre a forma com que foi educada e a educação que busca dar aos filhos. Quando lhe é proposta a questão referente a como havia sido sua educação familiar, ela nos diz: *"Era rígido, era difícil. Eu acho que a educação de antigamente era bem pior do que a de hoje. Né?"* E, na seqüência: *"Aí que eu ia chegar no ponto: quando eu tenho algum problema com eles, aí meu marido fala: "nossa, mas você não foi criada assim..." tal... eu falo: "exatamente, eu quero dar pros meus filhos uma educação diferente da que eu tive..."*

Podemos compreender a construção dos sentidos e significados atribuídos à sua problemática com a filha, quando analisamos a concepção de educação que ela possui: dar aos filhos o que ela não teve, garantir-lhes a possibilidade de ascensão social através do estudo, lutar para que os mesmos valorizem seus esforços nessa direção: *"Então hoje, o que eu quero pros meus filhos: eu quero que eles estudem, eu quero que eles façam cursos, eu quero que eles se formem... eu quero que minha filha case linda, maravilhosa, vestida de noiva, você entendeu... Isso é o que eu sonho pra eles... pra ela... Tanto que, a minha menina ela faz curso de espanhol, ela faz curso de informática, ela estuda, já está no primeiro ano de colegial... Coisa que eu não tive, eu parei de estudar na quinta série do primário..."*.

A fala de Elisa, quando resgata sua história e afirma o que sonha para os filhos, é carregada de emoções, como não poderia deixar de ser. Para Vigotski (2001), avançar no estudo do pensamento e na linguagem é pensar na importância do papel das emoções, na constituição do psiquismo humano. Tal importância deve ser analisada a partir das necessidades e motivos apontados na trama do discurso, formados no processo de apropriação/objetivação e que estão por trás dos significados.

Assim, podemos perceber mais claramente as necessidades e os motivos presentes no significado que a educação tem para Elisa, e nos sentidos pessoais que ela lhe atribui: educação como possibilidade de ascensão social, educação como garantia de socialização e de vivência, na sociedade, de acordo com valores morais e com a boa índole.

Leontiev (1978), fundamentado no pressuposto elaborado por Vigotski (2001), afirma que, quando analisamos os motivos que precedem a construção dos significados e sentidos, podemos notar a concretização das necessidades e, portanto, a orientação que a atividade humana toma. Desse modo, a direção das ações de Elisa, no que concerne à educação dos filhos e ao relacionamento com Camila, vai ao encontro da necessidade de garantir os seus objetivos e sentidos descritos acima.

Quando a concretude das situações consideradas não lhe permite atingir esses mesmos objetivos, quando os conflitos referentes a interesses intergeracionais se agudizam e escapam de sua sensação de controle, quando não se tem mais recursos aos quais se apegar, se recorre à violência, seja ela explícita e consciente (como a violência física) ou despercebida e camuflada (como a violência psicológica). Assim, é possível, como nas demais entrevistas, afirmar que temos, na fala de Elisa, **a violência como uma forma de educação dos filhos** definida como unidade de significação.

Utilizar o recurso da violência não é aceito pacificamente e sem reservas. Em um trecho de seu relato, continuando a comparar a educação na família de origem com a educação em seu próprio lar, Elisa nos traz elementos da construção de novos sentidos discutida por Leontiev (1978), de sua luta interior e seus processos de tomada de consciência: *"Ih!! Meu pai colocava a gente de castigo ajoelhado no milho... eu e meus irmãos. Ele tinha cavalo, o jeito dele educar a gente era como se ele tivesse lidando com cavalo. Era assim! Então, você acha que eu vou fazer esse tipo de coisa com meus filhos? Quando eu tenho que levantar a mão pra um filho meu, eu lembro da dor que eu sentia quando meu pai batia em mim. Então, eu não quero fazer isso! Isso*

que acontece, de eu perder, às vezes, as estribeiras, é porque é muita coisa: vem, vem, vem... você senta, você conversa, você explica, sabe...”

Essa concretização da luta interior, da contradição e do sofrimento de Elisa nas situações de violência doméstica, corrobora a necessidade de intervenções profissionais diferenciadas das que atualmente se realizam com os pais envolvidos com os Conselhos Tutelares. Necessidade de intervenções pautadas na busca e construção de espaços para momentos de homogeneização, reflexão e de criação de novos sentidos, a partir de discussões que abarquem diversos elementos da realidade concreta; discussões que possibilitem a construção de ações menos espontaneístas e pragmáticas.

Tendo em vista uma práxis profissional educativa é possível dar um primeiro passo em busca das transformações das condições e relações humanas, que se pautem em convivências promotoras de desenvolvimento e ampliadoras de consciência. E para aqueles que a isso percebem como somente uma esfera da vida que pertence ao campo da utopia, podemos afirmar, com Matsumoto (2005), que “nunca é demais lembrar que, ainda que exista um abismos paradoxal entre a realidade posta e a almejada, aquela é ponto de partida para sua transformação objetiva” (p. 5).

6.4. Quarta Família: Maria e Laura

6.4.1. Dados Gerais

Maria apresenta-se para a entrevista com um relato bastante confuso e, por vezes, desconexo; ora queixando-se da filha, Laura (17 anos), ora do marido, ora do próprio Conselho Tutelar, que "não resolve sua situação". Afirma, contudo, que seu motivo e vinculação com o órgão refere-se à violência física do marido contra Laura, passando, a partir desse relato, a dizer do desespero que é viver sua vida: "*Bom. A minha vida, Deus que me perdoe falar, é um verdadeiro inferno. É um inferno absoluto. Se existe inferno tá lá dentro da minha casa. Ali tá.*"

Na casa de Maria, convivem cinco pessoas: ela, o atual companheiro, Laura (17 anos), Marcos (14) e Marlene (13). Sobrevivem da pensão que Maria recebe do ex-marido e da venda do algodão-doce feito em casa. As dificuldades relatadas são diversas, indo desde a precariedade do ambiente físico até as dificuldades com os filhos e com o marido: "*E eu falo com eles: 'não faz isso; não faz...', parece que entra aqui e sai aqui... E eu vou falando, falando, vou ficando nervosa, nervosa... aí, vez em quando, eu pego eles lá, dou cada surra, bato neles mesmo... (...) Eu fico nervosa porque assim: as crianças precisa de roupa; é roupa tudo dada pelos outros; sapato dado pelos outros. As crianças, bem dizer, vivem mendigando. Até junta lixo pra vender pra poder ganhar uns trocadinhos... E eu revolto. E é revolta em cima de revolta.*"

Classifica o marido de "mão-de-vaca", não colaborando na educação dos filhos, obrigando-os, muitas vezes, a ajudá-lo no trabalho. Outro motivo de desespero, segundo ela, é o namoro de Laura, com o qual não concorda, por tratar-se o namorado de um "cafajeste". Para ela, o Conselho Tutelar deveria intervir nessa situação, impedindo a filha de namorar; Maria revolta-se com o papel do órgão: "*E agora que a Laura se envolveu com um cara que mexia com drogas desde os oito anos. Queria... ela começou até roubar no serviço por causa desse namorado...*

Nesse ponto que eu gostaria que o Conselho tomasse atitudes. Nesse ponto! Eu gostaria que você mostrasse isso daí pra eles e falasse com eles pra eles tomar uma providência, nesse ponto."

Ao recorrer aos prontuários do órgão, foi verificado que dados a respeito de Maria e seus filhos não existem, não sendo possível igualmente comprovar a busca dela por demais instituições.

6.4.2. Significados e sentidos da problemática em questão e formas de resolução propostas

A entrevista de Maria, suas expressões, seu aspecto físico desfigurado, seu tom de voz, podem ser tomados como materializações do sofrimento humano, da violência potencial e real do Estado, na sociedade capitalista, *"a própria violência como modo de vida"* (VASQUEZ, 1977, p. 382).

Maria possui uma compleição corporal franzina e seu discurso mostrou-se pautado por fragmentações, ausência de nexo lógico, troca constante de temas abordados, sofrimento e cansaço. Inicia a conversa afirmando um primeiro motivo de estar no Conselho Tutelar: *"o pai bate. Já bateu na mais velha, a Laura, duas vezes"*.

Queixando-se dessa situação, relata já ter passado por diferentes órgãos, dotando-os de significados e sentidos pessoais característicos:*"Aí, lutei, lutei lá e não consegui nada. (...) Pensei que ia resolver o caso, mas não resolveu nada. (...) Está enrolando, enrolando... (...) E até agora não tô vendo resolução, nada. Não tô vendo nada, eles fazendo nada"*.

Quando, mais ao final da entrevista Maria é questionada sobre o seu desejo acerca do que poderia ser feito por alguma dessas instâncias, afirma: *"Eu gostaria que a lei tirasse ele* [o companheiro] *daí. Fizesse ele sumir"*.

O primeiro motivo apontado como determinante de sua estada no Conselho Tutelar encontra novas e igualmente emocionadas razões: as dificuldades com a filha mais velha (*"E*

agora que a Laura se envolveu com um cara que mexia com drogas desde os oito anos (...) Pedi até pra internar a menina em algum lugar pra ficar longe desse cafajeste desse namorado dela... então, eu peço alguma coisa, peço outra e eles falam que não pode, que não tem lugar... não sei o que eles fazem...”) e com o atual companheiro (*“Agora ele parou. Agora ele fica fazendo é... desaforo. Fica falando que vai bater, vai bater... Agora ele invocou com o menino, muitos maus-tratos contra o menino. (...) É ruindade dele. Ele quer trabalhar e juntar o dinheiro dele... (...) Se eu vou tocar em qualquer assunto isso daí com ele, ele começa a xingar. Eu vou conversar assim que nem to conversando com você, ele já vem com pedra em cima de mim, gera violência. Então, eu nem converso. Eu nem toco no assunto com ele, de nada.”*).

Em meio a esse mar de desintegrações, Maria materializa em palavras como significa e atribui sentido à vida cotidiana: *“Bom. A minha vida, Deus que me perdoe falar, é um verdadeiro inferno. É um inferno absoluto. Se existe inferno tá lá dentro da minha casa. Ali tá”*. A concretude das precárias e desumanas condições de vida a que está submetida e que faz questão de detalhar permite-nos compreender as expressões de cansaço, dor e revolta, estampadas em seu rosto.

Para Carvalho (1995), *“esse modo de viver da família urbana empobrecida é extremamente estressante”*, estresse e conflitos que se acumulam na *“monotonia do próprio viver, na rotina de um cotidiano sem novidades”*, no qual a transição entre a submissão e a rebelião se faz com *“explosões que machucam e violentam a si próprios e a seus pares numa convivência, familiar e comunitária, estressante”* (p. 15). Para a autora, é igualmente à luz desses elementos que também os maus-tratos contra as crianças devem ser analisados.

A estruturação da sociedade capitalista, dividida em classes, o distanciamento crescente entre a particularidade do indivíduo e a relativa universalidade alcançada pelo gênero humano, a prisão ao fardo das necessidades materiais, o não acesso às condições concretas do desenvolvimento humano encontram-se presentes na linguagem desconexa de Maria. Encarnação

do fundo ideológico da violência, apontado por Martín-Baró (1997): desintegração da vida material que engendra a desintegração da consciência humana.

Maria deixa implícita, a partir de seu discurso, a necessidade de encontrar alguém que responda pelas dificuldades que enfrenta. Culpabiliza, assim, em primeiro lugar, o companheiro, por seu adoecimento físico e mental. Posteriormente, atribui essa culpa aos órgãos de assistência, por não resolverem a situação. Retrato fiel da atual situação da parcela marginalizada da população, sem condições materiais e sem espaço e profissionais competentes que lhe possam intermediar uma reflexão politizada e ampliadora dos níveis de consciência, por meio das atuações educativas comprometidas com a transformação social.

Ao procurarmos no prontuário de Maria, registros concretos sobre sua realidade, renda, histórico no órgão, composição familiar, não encontramos dados que nos pudessem auxiliar, na compreensão adequada do processo de construção de sua queixa. Assim, muitos elementos da entrevista permaneceram confusos e desencontrados, fiéis tão somente ao seu discurso.

6.4.3. História de Vida e Concepção de Educação

Maria conta-nos pouco sobre sua história de vida. Limita-se a afirmar que sua mãe e seu pai *"eram bons pais"*, e que a relação entre adultos e crianças, em sua infância, era diferente: "*Hum. Naquele tempo meu, se tivesse dois adultos conversando, você não ficava perto. você não ficava. Pra saber como era uma gravidez só depois que eu fui ter a primeira minha, que eu fui saber o que era. Só depois que foi passando o tempo pra frente que eu fui vendo. Mais pra trás, oh, eu vivia na barra da saia da minha mãe, não sabia nem o que se passava fora dali"*.

Admite que apanhava dos pais e, como confirma a literatura da área, entende que isso era correto, por conta de suas peraltices: *"Ah, eles eram bons pais. Só quando ficavam nervoso me davam um cacete porque eu merecia. Eu merecia, se era teimosa"*.

Comenta sobre o significado que atribui à mulher: ser mãe. A história concreta de sua vida, suas determinações e determinantes garantem o sentido pessoal atribuído à mulher-mãe: proteger os filhos, ensinar-lhes o que é o certo e o errado: *"Uma mãe, sempre quer ver o bem dos filhos, ela nunca quer ver os filhos na desgraça, ela sempre quer proteger... Não é proteção assim que nem uma galinha que quando vê o perigo enfia os pintos debaixo da asa. Então, a gente fala. Fala: não faz isso, não mexe com isso, não pega uma bala de um estranho, não pega um doce... se você vê as coisas dos outros, você não mexe, deixa lá... Se você vai na casa dos outros, se você fica com vontade, não pede. Presta atenção naquilo e pede pra mim, se eu puder dar, eu dou; se eu não puder, espera, que na hora que eu tiver, eu sei que você quer aquilo, eu dô"*.

Ao considerar a educação recebida dos pais e julgá-la como boa e correta, Maria ressalta seus esforços para seguir o modelo aprendido, enfatizando o sentimento de frustração que desses esforços deriva: *"Então, nesse ponto que eu acho que uma mãe deve agir com os filhos e os filhos escutar o que a mãe fala. Que nem, eu falo isso ai pros meus, falam que eu sou uma mãe ultrapassada, que eu não sou dessas mães modernas que até tomam banho junto com os filhos tudo... (...) Eu falo... igual eu falo pra eles: "eu quero criar vocês, do jeito que eu fui criada. Minha mãe falava, falava comigo... tudo... eu não saia de casa. Fui começar a sabe... sair... a causar alguns problemas pra minha mãe, depois que eu já era adulta, fui adulta... tudo...E eu falo com eles: "não faz isso; não faz..."*, *parece que entra aqui e sai aqui... E eu vou falando, falando, vou ficando nervosa, nervosa... ai, vez em quando, eu pego eles lá, dou cada surra, bato neles mesmo... Até uma vez, eu briguei com o moleque... dei uma surra nele; mas subi, sabe, naqueles altos..."*.

Os conflitos relatados por Maria, seu adoecimento mental, sua estruturação de vida caótica, estressante e confusa, faz, de certa forma, com que a violência seja uma maneira de "descarregar" tensões.

6.5. Quinta Família: Helena e Thaís

6.5.1. Dados Gerais

Helena relata extensamente o motivo de estar no Conselho Tutelar: o marido havia espancado a filha adolescente, que a pressionou para que a denúncia fosse procedida. Enfatiza também que ela mesma foi e ainda continua sendo vítima de violência, em casa, tendo feito algumas denúncias, na Delegacia da Mulher, mas retirando posteriormente a queixa.

Além de Thaís, Helena tem outros dois filhos, Thiago (7 anos) e a primogênita, Tamara (17 anos). O marido é pedreiro, ela "do lar". A rotina da família envolve a escola dos filhos e a igreja, que Helena freqüenta assiduamente. Segundo ela, o relacionamento com os filhos é bom, embora os tenha educado sozinha: "*eu nunca tive apoio de ninguém. De forma que eu não sou aquela mãe que bate no filho. Eu sempre fui de dialogar porque eu já sofri agressão e sei o quanto isso dói dentro da gente.*"

Conta que sofreu agressões de seus irmãos em sua família de origem, não tendo um relacionamento dialogado com sua mãe. Com quinze anos relata ter tentado suicídio "*por causa da violência dentro de casa... (...) Aí, dezesseis anos eu conheci meu marido e achei que era a solução. Pra sair da vida que a gente levava, né... Gostei muito dele... foi o primeiro namorado meu. Aí eu engravidei da minha primeira filha. Aí casei... porque minha família jamais aceitaria eu em casa, né. E... uma semana de casamento tive decepção com ele... porque eu coloquei um "shorts" e ele não gostava... aí me deu um tapa na cara bem dado... Eu queria retornar tudo atrás, mas não tinha mais jeito...*"

Quanto à denúncia de violência física contra Thaís, diz que o marido deve estar sabendo, apesar de não ter dito nada a ele: "*ele sabe. Porque ele sempre foi uma pessoa que aguarda o último momento. Das outras vezes, eu falava pra mãe dele que eu tinha denunciado ele, né, mas*

ele sempre espera o momento que vai a intimação pra ele, aí depois ele contrata um advogado pra ele e... sempre saiu limpo dessa."

Cerca de quatro encontros, posteriores ao momento da entrevista, ainda aconteceram com Helena. A partir deles foi possível perceber os movimentos de "idas e voltas" da vida conjugal. Em nossa última conversa, Helena afirma estar vivendo "uma harmonia com o marido", atribuída à Deus e às suas orações.

6.5.2. Significados e sentidos da problemática em questão e formas de resolução propostas

Helena, assim como Elisa, não teve dificuldades em se expressar, durante toda a entrevista, nem de admitir sua situação e as dificuldades que dela advêm. Quando questionada sobre o motivo de estar vinculada ao Conselho Tutelar, responde prontamente: "*Por causa da Thaís, né"*. Muitas diferenças, porém, vão se construindo ao longo do relato no que se refere à família de Elisa e Helena.

Embora afirme estar no Conselho Tutelar por causa da filha, essa conotação somente vai adquirir seu real motivo mais à frente, na conversa: Thaís, vítima da violência física perpetrada pelo pai e determinante da procura pela mãe por ajuda junto ao órgão: *"Aí eu saí pra fora, ela tava lá fora chorando, no fundo da igreja, né, ela estava com o corpo todo marcado de cinta. Aí perguntei pra ela: "o que que foi?" Ela falou assim: "o pai!". (...) E como é que vocês chegaram no Conselho? Por sua decisão?* (Entrevistadora). *Não. Por decisão dela. Ela que quis fazer a denúncia e vir aqui conversar..."*

As palavras de explicação de Thaís, reproduzidas por Helena, durante o relato, expressam por si só a experiência de dor e humilhação vivenciada, materialização da desvalorização do corpo, dos desejos, sentimentos e pensamentos infanto-juvenis, que já enfatizamos, neste trabalho: *"Aí perguntei pra ela o que aconteceu e ela falou assim: "o pai me bateu porque eu*

não quis... porque eu não converso com a vó; ele queria que eu ajoelhasse pra ela e pedisse perdão. E eu não quis fazer isso. Ele mandou eu ir embora... (...) Aí ele mandou ela descer embora. Aí ela desceu. No que ela desceu, ele abriu a casa e pegou ela...”

A postura decidida e indignada de Thaís expressa a necessidade de transformação da situação de violência que sempre presenciou a mãe sofrendo e à qual também foi exposta: *“Ela falou assim: “agora o negócio é comigo, mãe. Agora quem toma a decisão sou eu.”*. Podemos perceber, nessa passagem a importância do preparo e desenvolvimento de atividades profissionais junto à crianças e adolescentes, visando ao diálogo sobre seus direitos e à sua politização; enfim, objetivando a construção de seres humanos que disponham de atividades que lhes possibilitem construir níveis de consciência mais amplos, que lhes permitam ser sujeitos de sua história, considerando as limitações impostas pela concretude das relações objetivas.

Interessante no relato de Helena é destacar as posturas adotadas frente à situação, resultantes de sua forma de significar e dar sentido à vivência conjugal, decorrentes igualmente de sua história de vida e da atual condição concreta de sua sobrevivência: *“É. Que nem, no dia, ela queria por todo jeito chamar a policia, né. Nós aconselhamos ela: “Põe a cabeça no lugar, vê o que você quer mesmo, certo, que seu pai já tem problemas na justiça...”, por agressão a mim mesmo, né”*.

Mais adiante percebemos, por meio das contradições de sua fala, sua confusão interior, expressa na incompreensão das atitudes do marido e na pressão que as famílias de origem acabam lhe fazendo para que o casamento se mantenha e, até, sua dificuldade de rompê-lo, já que partilha das concepções de sua religião evangélica: *“... porque o meu esposo, em partes, ele é uma pessoa assim... que nem eles fala assim: “ele põe tudo dentro de casa...”. Mas isso não reflete no lado agressivo dele; isso muda muito as coisas... e eles não querem ver isso. Sempre foi contra eu denunciar ele na Delegacia da Mulher, pela agressividade dele... E como é a vida de vocês lá, Helena? Como em o dia-a-dia de vocês?* (Entrevistadora) *É difícil, né. Assim porque... às vezes,*

ele é bom até demais... Como assim? (Entrevistadora) *É atencioso, sabe... é comunicativo... comigo...”*

Ao apontar tais contradições, Helena busca também justificativas para não romper com a situação de violência, como o relato acima nos mostra. Assim, a própria violência doméstica sofrida por ela é perpetuada, num movimento de denúncias, retiradas de queixa, perdão e conformismo: *“Em outubro, eu sofri uma agressão muito violenta dele, certo... ele quase quebrou o osso do meu rosto com um soco. E ela* [Thais] *queria no momento chamar a polícia, certo... disse que ele ainda ia pagar muito caro por tudo que ele fazia por mim... Ela falou assim: “agora o negócio é comigo, mãe. Agora quem toma a decisão sou eu.” E você denunciou essa agressão que você sofreu?*(Entrevistadora) *Não fiz. Não fiz. Por já tinha três...”*

Nesse movimento contraditório da realidade cotidiana alienada, Helena busca significar os comportamentos do marido e, desse modo, encontrar sentido para continuar convivendo com ele: *“Mas assim, em partes de: “vamos fazer um churrasquinho...” Faz, certo. Com a família ali... (...) É por isso que às vezes eu nem entendo, como pode ser assim... o jeito que ele é. Sei lá se é a criação dele, a infância dele, muito dura também.”* No entanto, expressa e define-nos, mais à frente, de uma maneira bastante precisa, as características do marido: *“Mas o lado dele é esse daí, que ele quer tudo do jeito dele. Não pode sair... Conviver com ele, é que nem eu tava falando ontem pra minha cunhada, é mesma coisa você pisar em cima de ovos e não ter que quebrar nenhum. Isso é impossível”; “Então aí fica difícil. Ainda conversei sábado com o irmão dele: “fica difícil, Paulo, porque ele quer a vida dele como ele quer”; “Sabe aquela pessoa assim, possessiva. Tudo tem que ser do jeito dele, nada pode sair fora do que ele quer, e se sair eu crio problema.”*

Importante resgatarmos aqui as considerações de Leontiev (1978), quando discute a formação de novos sentidos, derivados da luta interior e da tomada de consciência:

> É uma condição indispensável à evolução da consciência do homem novo: o sentido novo deve com efeito realizar-se psicologicamente nas significações, pois um sentido não objetivado e não concretizado nas significações, nos conhecimentos, é um sentido ainda não consciente, que não existe ainda totalmente para o homem (p. 144-5).

Vale ressaltar a situação de dependência econômica de Helena, já que a afirma "estar sempre em casa, ser do lar", como um dos elementos dificultadores de uma tomada de postura mais radical contra o marido. Fato que soma à falta de uma rede que lhe forneça algum tipo de apoio: *"O advogado acho que vai com ele na Delegacia da Mulher de depois ele... porque a gente já foi na Procuradoria do Estado, já umas três vezes, pra divorciar... ele sempre fala, vamos tentar, sabe. A família fica: "ele é bom. Ele não te deixa faltar nada. As crianças não ficam passando necessidade...". Aí você, fica assim, né... porque a família... eu não tenho apoio... nunca tive apoio assim... de ninguém."*

Outro elemento bastante exemplificador da realidade dos órgãos públicos e de sua significação, por parte da população, pode ser evidenciado na entrevista de Helena. Além do Conselho Tutelar, conta-nos, de forma indireta, sua experiência na relação com instituições de controle social, como o sistema judiciário, nas tentativas de divorciar-se do marido e pai agressor, e as delegacias especializadas, a Delegacia da Mulher, contatada para realização de algumas denúncias de violência doméstica. Em sua fala, permanece uma certa confusão a respeito do fato de seu marido sempre sair ileso das queixas, retirando-as ele mesmo junto à última agência citada.

O desconhecimento, por parte da maioria da população, acerca do funcionamento das instituições públicas, sejam elas assistenciais ou de controle, a burocracia presente nas mesmas, que resulta em um lento e incompreensível mecanismo de ação, possibilitam, conforme estudiosos da sociologia e áreas afins, a manutenção de relações arbitrárias e de poder, por conseguinte, as relações que mantêm o chamado *status quo* da sociedade como está organizada.

6.5.3. História de Vida e Concepção de Educação

Helena, como os demais participantes desta pesquisa, teve uma história de vida marcada pelo trabalho desde muito nova, pelas dificuldades com a mãe e, como agravante, pela violência doméstica perpetrada pelos irmãos: *"Com meus pais, eu não tive pai. Eu perdi meu pai muito cedo. Minha mãe é uma senhora que ficou viúva cedo, com oito filhos... foi difícil a nossa sobrevivência, certo. Pra uma mãe criar oito filhos, sozinha, você pode imaginar como é... (...) Ah. Minha mãe ela trabalhava, né. E a gente cuidava da casa, estudava".*

Pelo fato de sempre ser agredida pelos irmãos, durante sua infância, Helena nos mostra sua busca, na adolescência, para romper com esse ciclo, encontrando para isso uma única solução possível, o casamento: *"Aí, dezesseis anos eu conheci meu marido e achei que era a solução. Pra sair da vida que a gente levava, né..."*

Numa sucessão de acontecimentos inesperados, que em sua fala demonstram a falta de controle sobre os aspectos relacionados à própria vida, Helena enamorou-se, casou-se, engravidou da primeira filha, colocou um shorts e passou a apanhar novamente, tendo agora outra figura como perpetradora da violência, o marido: *"Gostei muito dele... foi o primeiro namorado meu. Aí eu engravidei da minha primeira filha. Aí casei... porque minha família jamais aceitaria eu em casa, né. E... uma semana de casamento tive decepção com ele... porque eu coloquei um "shorts" e ele não gostava... aí me deu um tapa na cara bem dado... Eu queria retornar tudo atrás, mas não tinha mais jeito..."*

Em um relato no qual as experiências de violência e espancamento se repetem, encontra-se também a busca de Helena por construir um novo modelo de convivência e educação com os filhos: *"E pra educar o primeiro filho, como foi pra você? Teve ajuda de alguém... como foi?* (Entrevistadora). *Ah, foi bem difícil, né. Porque em partes de educação dos meus filhos eu sempre fui sozinha. Eu nunca tive apoio de ninguém. De forma que eu não sou aquela mãe que*

bate no filho. Eu sempre fui de dialogar porque eu já sofri agressão e sei o quanto isso dói dentro da gente”.

A reprodução da violência, o ciclo vicioso, o enfrentamento dos conflitos pela via da agressão física tornam-se uma avalanche difícil de interromper, que exige momentos de homogeneização, conforme Heller (2000), numa tentativa de repensar a educação vivenciada e a educação fornecida aos filhos, já que a heterogeneidade da vida cotidiana não permite estar por inteiro e totalmente presente nas atividades que se realiza.

A partir de nosso referencia teórico, é possível destacar a necessidade de novas relações interpessoais que possibilitem a Helena romper com o ciclo de violência. Essas novas relações humanas produtoras de sentidos novos poderiam se dar por meio da práxis educativa dos próprios conselheiros tutelares, que, num processo de mediação, promoveriam desenvolvimento e acesso a outras esferas da vida cotidiana, no intuito de romper de com as reproduções constantes.

Se é necessário retomarmos as discussões de Leontiev (1978), a respeito do desenvolvimento do psiquismo humano através dos processos de objetivação-apropriação, que são sempre mediados pelas relações entre os seres humanos, sendo, portanto, transmissão da experiência social, ou seja, um processo educativo, é igualmente importante destacarmos as discussões do próprio Leontiev (1978) acerca da produção e materialização, em significados, de novos sentidos produzidos: movimento contraditório, historicidade e materialidade da consciência e do desenvolvimento humano.

7. Presente, Passado, Futuro... e algumas considerações

Tecer considerações sobre os fenômenos complexos abordados nesta pesquisa somente se faz possível no âmbito da generalidade dessas mesmas considerações, tendo em vista que os elementos aqui pontuados devem ser concebidos a partir do movimento contraditório e constante da realidade, a partir da totalidade que o integra e constitui e, portanto, a partir de sua historicidade.

Assim sendo, este capítulo traz consigo as marcas do presente, visíveis no discurso das famílias entrevistadas; os legados do passado, representados na construção das significações analisadas; além dos traços do futuro, evidentes na elaboração dos sentidos pessoais e no papel ativo atribuído ao homem como um ser que é também sujeito de sua história pessoal e social.

No intuito de organizar a discussão sobre essas considerações gerais, foi possível estruturar o presente capítulo da seguinte maneira: resgatar os objetivos gerais e específicos previstos para este estudo, analisando-os e confrontando-os com os dados encontrados nas entrevistas com os familiares; resgatar os eixos organizadores do discurso dos entrevistados (*Significados e sentidos da problemática em questão e Formas de resolução propostas; História de Vida e Concepção de Educação)* e sobre eles também tecer algumas considerações, tendo como balizadores a violência doméstica contra crianças e adolescentes, o cotidiano e o desenvolvimento do psiquismo humano.

Pesquisar a violência doméstica praticada por pais e/ou responsáveis contra crianças e adolescentes, sob a perspectiva desses mesmos pais e/ou responsáveis, então envolvidos com o Conselho Tutelar de Bauru-SP, somente nos foi possível através da análise da construção e atribuição de significados e sentidos pessoais à situação de violência. Examinando, por conseguinte, aspectos relacionados à educação dos filhos, e questões sociais pressupostas nas

ações cotidianas, nelas incluindo os atos violentos, e características da educação recebida na família de origem.

Tecer essa análise é contemplar uma espiral complexa de elementos, na procura por um olhar que transcenda o indivíduo empírico e vá à busca do indivíduo concreto, à busca pelos determinantes históricos e sociais do discurso e do desenvolvimento do psiquismo humano, tendo em vista a organização de sua vida cotidiana.

Assim sendo, compreendendo que o nosso foco de análise nasceu da família brasileira, algumas considerações iniciais poderíamos traçar acerca da realidade por essa instituição enfrentada e como essa realidade se relaciona com as situações de violência doméstica contra a população infanto-juvenil, com o processo de socialização e a formação da subjetividade humana.

Martín-Baró (1997), analisando o impacto da estruturação social no psicológico humano e o processo de socialização, indica as relações primárias como aquelas que possuem um caráter estruturador da personalidade e da subjetividade. Por meio das nomeações, das identificações e diferenciações, o processo de socialização vai se materializando, tornando os homens únicos e singulares, ao mesmo tempo em que são gerais e sociais. Assim, a definição do conceito de socialização abarca mais que a limitada forma como os membros de uma sociedade chegam a compartilhar valores, princípios e normas. Para o autor, socialização são *"aquellos procesos psicosociales en los que el individuo se desenrolla historicamente como persona y como miembro de una sociedad"* (p. 115).

O grupo familiar, como vimos, com todas as suas determinações sociais, históricas e de classe, é o primeiro responsável por esse processo de socialização e pela formação da subjetividade, tendo a linguagem como um fundante elemento mediador. Vigotski (1991, 1995) enfatiza esse papel mediador da linguagem, no desenvolvimento humano, ao referir-se às funções psicológicas superiores e a seu processo interpsicológico anteriormente a se constituir em

processo intrapsicológico. Por conseguinte, compreender a significação e os sentidos da violência doméstica é compreender o processo de socialização vivenciado, perpassado que é pela própria história da humanidade e da sociedade em que se está inserido.

Compreender essa imbricação é considerar o cotidiano da maioria das famílias brasileiras, marcado pela linearidade constante, pelo empobrecimento, pela fadiga, desgaste e estresse, como evidenciam os familiares entrevistados, em seus discursos apresentados. Cotidiano cujas condições de vida exigem fundamentar um novo olhar sobre as situações de violência doméstica. Novo olhar que, para ser de fato novo e concreto, deve contemplar o modelo hegemônico (burguês) posto para a análise da família e suas inter-relações. Modelo que atribui desestruturação e incompletude às famílias que se afastam do ideal ideológico, sendo, portanto, estigmatizadas e analisadas a partir de *pré-conceitos.*

Um novo olhar sobre a família e suas inter-relações, que incluem as situações de violência doméstica, deve considerar, como nos mostraram os dados das entrevistas, o polimorfismo da estruturação familiar atual. Polimorfismo que não isenta as relações humanas de conflitos, dadas as precárias condições de vida, e que, muitas vezes e de muitos modos, conserva em si os padrões assimétricos de relacionamento, no tocante ao gênero e às gerações, como vimos.

Deve considerar e abarcar, igualmente, a precariedade e a ausência de políticas públicas eficazes a serem garantidas pelo Estado à população. Ausência do papel do Estado enquanto agência que deve garantir os direitos humanos e a humanização do homem, através de uma agenda social que reenergize a existência cotidiana das famílias, indo além da parca atuação centralizada nas mínimas condições de sobrevivência e sobrevida, garantindo o acesso àquilo que de mais evoluído a nossa sociedade desenvolveu, em seus mais variados setores.

A família responsável, em nossa sociedade, pela socialização e pelo aprendizado das condutas e dos valores sociais, pela reprodução da mão-de-obra e pela reprodução da ideologia dominante, esforça-se, conforme Martín-Baró (1997), por cumprir os objetivos que lhe foram de-

signados: “ante todo, es claro que hay um esfuerzo continuo y deliberado por parte de los padres por encauzar el comportamiento de sus hijos según las normas socialmente acéptas” (p. 160).

Assim o pudemos perceber, em todos os relatos apresentados pelos cinco representantes das famílias aqui entrevistadas. Diante das precárias condições cotidianas vivenciadas por essas mesmas famílias, diante das parcas condições que lhes garantam o desenvolvimento de seus membros, da falta de uma rede serviços adequados oferecidos pelo Estado, as falas nos apontam alguns dos instrumentos pedagógicos de que lançam mão os pais para garantir os objetivos que significam como os norteadores da educação familiar que devem fornecer aos filhos sob sua responsabilidade.

Diálogo, explicações, paciência, busca pela ajuda de profissionais, trabalho extra-lar para garantir as condições de sobrevivência, castigos que envolvem desde a negação de um desejo/pedido do filho até retiradas de privilégios, coerções, palmadas, aspectos relativos à violência física e psicológica são alguns dos elementos encontrados nos dados de nossa pesquisa, evidenciados e enfatizados em falas permeadas por sentimentos de desespero, raiva, culpa, cansaços, fadigas, carinho, alegria, necessidade de “acertar” nos atos relativos à educação das crianças e dos adolescentes.

A partir da busca e análise dos significados e sentidos que as famílias entrevistadas atribuíam à problemática que as levou ao Conselho Tutelar, partindo da análise de aspectos de sua vida cotidiana e da história de vida e conseqüente concepção de educação doméstica dos entrevistados, foi possível, como vimos, encontrar em três, das cinco entrevistas, a violência como uma forma de educar os filhos.

Lembremos aqui que, para Vigotski (2001), analisar um fenômeno, em nosso caso a violência doméstica sob a perspectiva de pais vinculados ao Conselho Tutelar, implica compreender seu processo histórico, sua gênese e suas relações dinâmico-causais. Em decorrência, o fundamental no método de pesquisa refere-se à busca de unidades de análise,

através do significado da palavra; palavra que é mediadora da subjetividade, ao mesmo tempo em que é produção humana e social.

A unidade de significação que de nossa análise derivamos, ao contemplar a violência doméstica e o cotidiano, a violência como uma forma de educar os filhos, corrobora e vai ao encontro das necessidades e determinações históricas e sociais discutidas acima, a respeito da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Essa mesma unidade sublinha, concomitantemente, essas determinações e gêneses configuradas no plano individual, por intermédio das emoções, necessidades, interesses atribuídos pelos entrevistados à situação conflituosa vivenciada.

Ao partir dessas análises, reencontramo-nos com as considerações de Martín-Baró e Vasquez acerca da complexidade e estruturação do fenômeno da violência. Fenômeno que possui múltiplos determinantes, que possui um pano de fundo ideológico e uma cultura que o sustenta e ratifica. Fenômeno que tem suas raízes na objetividade econômica e social e de classe da sociedade capitalista.

A unidade de significação delineada também possibilita lançar um olhar às famílias envolvidas com a violência doméstica que prescinda de um caráter culpabilizador e preconceituoso, como de regra percebemos, nas atuações de profissionais que lidam com essa temática. Essa constatação merece que nos detenhamos, com um pouco mais de cuidado, já que nela se encontra presente, igualmente, a perspectiva teórico-metodológica adotada nesta pesquisa.

Para Vigotski e os demais teóricos da Psicologia Sócio-Histórica, em especial Leontiev, o desenvolvimento humano e a formação do psiquismo são processos contínuos, ao longo da vida do homem, os quais possuem uma natureza eminentemente social e histórica, que se viabilizam através das funções mediadoras dos instrumentos e dos signos, dentre eles a linguagem, por meio, portanto, das relações interpessoais.

O desenvolvimento humano, assim, é a interminável constituição do humano no homem, materializada no processo de apropriação-objetivação, no singular-universal, pautado nas atividades dos indivíduos. Dessa maneira considerado o desenvolvimento humano ou o desenvolvimento do psiquismo, algumas formas de intervenção, comprometidas com a transformação social, a partir da atuação profissional junto às famílias envolvidas com a violência doméstica, podem ser buscadas.

Atuações intencionais que apontem “saídas” para a atual conjuntura cotidiana e violenta, nas quais se vêem envoltas as relações humanas; que concebam o homem como um ser constituído na concretude da vida, ao mesmo tempo em que define e transforma essa mesma concretude, dando-lhe novos matizes e ênfases, considerando as peculiaridades de cada momento histórico em questão.

De maneira coerente com os princípios filosófico-metodológicos contemplados, neste trabalho, resgatamos as proposições de Agnes Heller, para discutirmos intervenções profissionais possíveis junto às famílias implicadas com a violência doméstica. Muito longe de buscarmos “receitas” de atuação, que serviriam a qualquer realidade, pretendemos, com essas reflexões, apontar caminhos de pesquisa e ação que ainda precisam ser trilhados, descobertos e avaliados, dada a complexidade e a constante contradição que os absorve.

Para Heller (1991, 2000), o cotidiano não é eminentemente alienado; em seu movimento, são possíveis atuações que intencionem a reflexão, a generecidade para-si, através da homogeneização, que possibilita a superação parcial da particularidade e da cotidianidade. Atividades intencionais e educativas com grupos de familiares, por meio, portanto, de processos grupais, objetivando criar condições para que a homogeneização se viabilize, para a reflexão, a troca de experiências e a construção de novas formas de atenção, cuidado e educação aos filhos, podem se constituir em “saídas” para a atuação profissional.

Nós nos questionamos, mais uma vez, se possíveis atuações junto a grupos de familiares não seriam eficazes na busca pelo desvelamento da realidade, podendo inclusive contribuir com eventuais transformações, nas atitudes cotidianas. Para isso, admitimos o pressuposto da concepção de homem como ser historicamente determinado e também como sujeito de sua história pessoal e social, o que nos remete à possibilidade de contribuir com algumas mudanças para a transformação dessa estrutura de sociedade capitalista, que conseqüentemente traz consigo formas de relacionamento humano em si desumanizadoras.

Por outro lado, como explicitamos em nossa introdução à pesquisa, o objetivo maior do conhecimento científico reside em orientar ações humanas transformadoras da realidade e, assim sendo, não nos basta conhecer, interpretar um dado fenômeno, mas sim produzir conhecimento que possa estar a serviço do homem.

A partir dos elementos e considerações aqui tecidas, a partir igualmente do não-dito que esta pesquisa também encerra, a partir do sonho, da utopia, do acordar-se para dentro, como já dizia o poeta Mário Quintana, e, principalmente, a partir da necessidade premente de construção de relações interpessoais mais humanizadoras é que esta pesquisa espera ter trazido sua parte de colaboração e compromisso.

Acreditamos, acima de tudo e, assim como Guimarães Rosa, que *o importante e bonito do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam.*

8. Referências Bibliográficas:

ABRANTES, A. A.; SILVA, N.R.; MARTINS, S.T.F. **Método Histórico-Social na Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2005. 156 p.

AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A. M. B. (org.) **Psicologia Sócio-Histórica – uma perspectiva crítica em psicologia.** São Paulo: Cortez, 2001. 224 p.

ANDRADE, J. E. **Conselhos Tutelares: cem ou sem caminhos?** 1997. 166 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo.

ARIÈS, P**. História Social da Criança e da Família**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 196 p.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. **A Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do conhecimento.** São Paulo: Cortez,1993.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. **Infância e Violência Doméstica Módulos 1-8 A/B.** São Paulo: Telelacri, 2003.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. **Com licença, vamos à luta: Guia de Bolso** São Paulo: Iglu, 1998. 166 p.

BACCINI, B. L. S. **Conselhos Tutelares: uma questão de gênero?** 2000. 159 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo.

BASTOS, A C. S. *Intervenção* frente a problemas decorrentes da violência contra a criança no contexto familiar. **Revista de Psicologia**. São Paulo, v.13, v.14, n.1/2 pp.77-87; jan/dez 1995-6.

BAZON, M.R; DACANAL, J.N; BIASOLI-ALVES, Z.M.M. Vitimização doméstica de crianças e adolescentes: análise de um serviço de acompanhamento familiar **Psico**. Porto Alegre. v. 34, n.1: pp. 7-22; jan/jun, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988** [organizada por Juarez de Oliveira e Ana Cláudia F. de Oliveira] 7ªed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.419 p.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. São Paulo: Saraiva, 2005. 389 p.

CANEVACCI, M. **Dialética da Família**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 282p.

CARONE, I. A questão dos paradigmas nas ciências humanas e o paradigma da estrutura das objetivações sociais de Agnes Heller. In: LANE, S. & SAWAIA, B. B. (orgs). **Novas Veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense/EDUC. 1995. p. 11-21.

CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez, 1995. 128 p.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999. 440 p.

COMBINATO, D. S. **Concepção de morte e atuação de profissionais de saúde em unidade de terapia intensiva: implicações educacionais.** 2005**.** 170 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DEL PRIORE, M.(org.)**História das Crianças no Brasil.** 4ªed São Paulo:Contexto, 2004. 444 p.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 210 p.

DUARTE, N. O bezerro de ouro: o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade. In: _____ (org.). **Crítica ao Fetichismo da Individualidade.** Campinas: Autores Associados, 2004. p.1-19.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos Cedes**. Campinas. v.24, n 62 p. 44-63, 2004.

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1984. 215 p.

FREITAS, M. C. (org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. 333 p

FROMM, E. **Conceito Marxista do Homem.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. 233 p.

GÓIS, C. W. L. **Noções de Psicologia Comunitária,** 2ª. ed., Fortaleza: UFC, 1993.

GOLÇALVES H. S, FERREIRA, A.L; MARQUES, M. J. V. Avaliação de serviço de atenção a crianças vítimas de violência doméstica. **Revista de Saúde Pública**. Ribeirão Preto. v.33, n 6 p. 547-553, 1999.

GONÇALVES, H. B. **Infância e Violência Doméstica: um tema da modernidade.** In: BRITO, L. M. T. Temas de Psicologia Jurídica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. 212 p.

GOLÇALVES, M.G.M. **O método de pesquisa materialista histórico e dialético.** In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N.R.; MARTINS, S.T.F. **Método Histórico-Social na Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2005. 156 p.

GOLÇALVES, M.G.M. **O método de pesquisa materialista histórico e dialético.** In: ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA, 5., 2001, Bauru. **Anais...** Bauru: Abrapso, 2001, p 23-27.

HELLER, A. **Sociología de la Vida Cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 121 p.

KOSIK, K. **A dialética do concreto.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1967, 230 p.

LANE, S. Avanços da Psicologia Social na América Latina. In: LANE, S. & SAWAIA, B. B. (orgs). **Novas Veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense/EDUC, 1995. 168 p.

LANE, S., CODO, W. (coord.). **Psicologia Social, O Homem em Movimento**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 220 p.

LEMOS, F. C. S. **Práticas de Conselheiros Tutelares frente à Violência Doméstica: proteção e controle.** 2003. 181 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do Psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978. 356p.

LURIA, A. R. **A construção da mente.** São Paulo: Ícone Editora, 1992, 234 p.

MÁRKUS, G. **Teoria do Conhecimento no Jovem Marx.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

MARTIN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder. Psicología Social desde Centroamérica II**. San Salvador: UCA Ed. 1989 (Colección Textos Universitarios, 10).

MARTIN-BARÓ, L. Violencia y agresion social. In: _____. **Accion e Ideologia – Psicología Social desde Centroamérica.** 8ª ed. El Salvador: UCA Editores, 1997. 459 p.

MARTIN-BARÓ, L. Los procesos de socializacion. In: _____. **Accion e Ideologia – Psicología Social desde Centroamérica.** 8ª ed. El Salvador: UCA Editores, 1997. 459 p.

MARTINS, L. M. **Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores**. 2000**.** 181 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

MARTINS, S. T. F. Processo Grupal e a questão do Poder em Martin-Baró**. Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. v.15, n.1. p. 201-217, jan./jun. 2003.

MARTINS, S. T. F. O Materialismo histórico e a pesquisa-ação em psicologia social e saúde. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N.R.; MARTINS, S.T.F. **Método Histórico-Social na Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2005. 156 p.

MARX, K. **A Ideologia Alemã** São Paulo: Hucitec, 1982. 174 p.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1964. 176 p.

MATSUMOTO, A. E. **Sentidos e significados sobre educação no sistema prisional: o olhar de um preso aluno.** 2005**.** 199 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo.

MELLO, S.L. Estatuto da Criança e do Adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica? **Psicologia USP**. São Paulo. v.10, n. 2. p. 139-151, 1999.

MINAYO, M.C.S (org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MONTERO, M. El concepto de alienación em la dependência: aspectos psicológicos. In: ____. **Ideologia, Alienación e Identidad Nacional – uma aproximación psicossocial al ser venezolano.** Caracas: Ediciones de la Biblioteca. 1991.

OLIVEIRA, B. **A dialética do singular-particular-universal.** In: ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA, 5., 2001, Bauru. **Anais...** Bauru: Abrapso, 2001, p 16-22.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N.R.; MARTINS, S.T.F. **Método Histórico-Social na Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2005. 156 p.

PINTO JÚNIOR, A. A O trabalho com crianças vítimas de violência sexual doméstica: promovendo a resiliência. **Temas sobre Desenvolvimento**. São Paulo. v.10, n.56. p. 40-6, 2001.

PÔSTER, M. **Teoria Critica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 251 p.

REIS, J. R. T. Família, Emoção e Ideologia. In: LANE, S., CODO, W. (coord.). **Psicologia Social: o Homem em Movimento**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 220 p.

REY, G. A definição dos instrumentos de pesquisa**.** In:____: A pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2002. p.77-93.

RIZZINI, I. **Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção.** Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. 190 p.

ROSSLER, J. H. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Aléxis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Cadernos Cedes**. Campinas. v.24, n 62 p. 100-116, 2004.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao Fetichismo da Individualidade.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 21-52.

SAWAIA, B. B. Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, S.; SAWAIA, B. B. (orgs). **Novas Veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense/EDUC, 1995. 168 p.

SAWAIA, B.B. A dialética contra a cilada negadora da práxis psicossocial. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N.R.; MARTINS, S.T.F. **Método Histórico-Social na Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2005. 156 p.

SÊDA, E. **A criança e sua convenção no Brasil: pequeno manual**. São Paulo: CRP, 1998. 53 p.

SELLITIZ, C., WRIGHTSMAN-COOK. Questionários e Entrevistas. In:_____. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais Volume II**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p. 15-48.

SILVEIRA, P., DORAY, B. (orgs.) Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e objetivação. In: _____. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade.** São Paulo: Editora Vértice, 1989.

SZYMANSKI, H. Teorias e "Teorias" de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez, 1995. 128 p.

THIOLLENT, M. O processo de entrevista. In:_____. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operária.** São Paulo: Polis, 1981. p. 79-99.

TITTONI, J.; JACQUES, M. G. C. Pesquisa In: JACQUES, M. G. C et al. **Psicologia Social Contemporânea: livro texto.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.73-85.

VASQUEZ, A.S. **Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 454 p.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991,184p.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001, 496 p.

VIGOTSKI, L.S. (1931) Metodo de investigación (Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores). In:_____. **Problemas del desarrollo de la psique.** Tradução Lydia Kuper. Madrid: Visor, 1995. (Obras escogidas, III)

WEBER, L. N. D. et al. Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. **Psico-USF**. Curitiba. v. 7, n. 2. pp. 163-173. jul/dez, 2002.

A N E X O S

Entrevista 1

Em primeiro lugar, é que eu estou com um garoto meu com um problema muuuiito grave, viu...
A idade dele, pelo que eu acho, com 11 anos, fazendo a terceira série... era para tá na quinta série, tá na quarta e é uma quarta que não vale pela primeira de antigamente, porque não sabe absolutamente nada...
E ultimamente, ele tem perdido o interesse muito grande pela escola, pelo estudo de uma forma geral. Não tem ido... a gente levanta, ele senta, coloca em posição... Você pensa que ele está no ônibus, depois que o ônibus vai embora, você vê que ele tá por ali esperando a gente sair pro serviço para assistir televisão...
Então, eu que, não sei o que está acontecendo com ele, não. Não está nada legal...

Tá. E ai como é que você está lidando com isso, Antônio? Como é que você está fazendo para educar...

Olha, a maneira que eu tô fazendo... eu tô fazendo a minha parte, como eu tô dizendo... eu levanto de manhã... porque não é só ele, tem mais três né....

Mais três....

Mais três. Os outros, não. Os outros até hoje não têm dado esse tipo de problema...

Verdade! São mais velhos?

Não. A menina é mais nova e o outro é mais velho. Tem quinze, né. É um rapazão, grandão, moço, já.
Então, e esse ai, rapaz... Eu acho que... E também tem outra coisa que eu acho, que ele é meu filho assim, mas não é meu filho biológico, sabe. Eu tô achando que isso tem muito a ver com o pai dele, viu. Porque quando a gente foi ficar junto, eu e a mãe dele, então ela já veio com três meses de gravidez dele. Então, o pai não sou eu, biológico, o pai é outro.
O pai dele, dizem... segundo informação, muito viciado em porcariada... então, ele pegou esse... Não sei o que aconteceu na cabeça dele, mas ele pegou esse lado...
Então, isso tá me deixando muito preocupado. Demais...

E você assumiu ele...

É, assim que nasceu eu registrei normalmente e continua comigo até hoje. Só que o pai mesmo é outro.

E os outros dois...

Os outros três é tudo meu mesmo, com a minha mulher...

Com ela mesmo... E agora, quem é na casa, então?

Que está comigo lá?
É.

É eu, esse mais velho de 15 anos, que é o Hélder. A Regiane, de 10 e a Estefani de 8. E ele de 11.

E a sua esposa que... é falecida...

É falecida faz cinco anos.

Cinco anos! E ai você está com eles... há cinco anos só você e eles...

Isso, exatamente.

E como está sendo o dia-a-dia, Antônio?

Olha, é complicado, mas se fosse isso aí, eu mesmo levava no peito e dava para agüentar, sabe.

E como você faz no dia-a-dia? Quem fica lá... quem sai, como é?

Todo dia eu saio, né, depois que eu libero eles para a escola. Tem duas que sai às sete e quinze e vai para o Projeto Crescer da Vila Asilo; e aí vai pra escola. Só chega em casa às cinco e meia, a hora que já deu tempo de eu trabalhar e já tô em casa para segurar.
O outro mais grande, o de quinze, estuda pela manhã e trabalha à tarde. Quer dizer que também tá ocupado também.
É ele que é o problema. Ele tava no Projeto Saint Cristh lá, mas ele é... bastante agressivo também, então... No fim do ano passado, faltou muito, cortaram. Nesse ano eu já fui numa reunião lá, que é pra mim encaminhar de novo, que iam fazer outra reunião para pôr ele de volta, até hoje nada...
Então, ele não tá indo pra escola e nem pro Projeto, tá ficando o dia inteiro na rua... Porque ele não vai para a escola cedo... eu vou pro serviço, só vou chegar de tarde em casa, e o Projeto ele não pode ir, então tá complicado.

E você sai cedo e só volta à tardezinha?

Só volto à tarde, é.

E eles ficam com quem? Cada um vai para um Projeto...

Não. Elas saem cedo, vão pro Projeto e de lá já vão para a escola, chega de tarde em casa. De lá, já é encaminhado direto. O ônibus já passa, pega e leva.
Esse Projeto Saint Cristh também é assim: se você estuda de manhã, à tarde eles te levam para lá e trás de tarde. Se você estuda de tarde, de manhã eles vem e pegam de manhã, leva... meio dia vai para a escola... É tudo bem organizadinho. Ele é que não quer nada... Perdeu totalmente...
Agora, diz que quer ir para esse Projeto Saint Cristh lá. Só vai pra escola se for para lá de novo.
Aquele dia que a minha irmã teve... foi na quarta, né? Na quinta ele não foi pra escola, na sexta... Essa semana inteirinha não foi. Ontem não foi e hoje não foi.

E ele não vai porque ele não quer... não tem ninguém pra mandar...?

Eu mando! Só que enquanto... Mando e sai, tudo prontinho para ir, só que lá, a hora que chega lá... Não tem vez de eu chegar com ele na porta do ônibus, e ele ser o último e na hora que vai

entrar ele correr e... Como é que eu pego ele? Eu vou ficar na rua correndo atrás de um moleque desse tamanho? Não vou. Sai correndo com mochila e tudo... já joga pra lá e...

Você chega a levar e...

Eu chego a levar! O ônibus é pertinho; trinta, quarenta metros de casa...

E como é que começou isso, Antônio*? Como é a educação que você deu para ele?*

Como assim?

Como era antes... ele chegou a viver com sua mulher...

Ah. Ele chegou a conviver seis anos, né. Ele nasceu, quando ele tinha seis anos de idade é que ela veio a falecer. Ele já estava já prestes a entrar na escola também.
Mas já tava com uns probleminhas desde pequenininho no Projeto da Vila Asilo, mesmo com essa idade já. Porque ele é muito agressivo.

Como é que vocês lidavam com ele?

Olha, menina. Igual nós lida com todos os outros. De uma maneira só. Não tem assim falar que um tem regalia e o outro não. O que é pra um é pra todos.
Agora eu só acho que ele tem essa maneira dele de agir, deve ter vindo de outro lado. Não pode ser da educação...

*E como é que você educa, Ant*ônio*? E ela educava também... Vocês são mais rígidos... Como faz para ensinar as coisas...*

Eu sou bem rígido, e outra coisa, eu tenho pouca paciência. Eu ensino ali duas, três vezes e pronto... ali já não tenho paciência mais não... eu nunca servia para ser professora... professor, eu não ia servir...

Você ia com a força?

Não com a força. Eu deixava de lado. Ah, não dá. Não sei, você não... e já ficava meio nervoso também e já paro. Ai mais tarde, outro dia, eu volto de novo.
Mas quando eu vejo que a pessoa tem uma cabeça boa que tá indo bem, aí me interessa, mas como no caso dele... o professor que ele fica... professora nenhuma tem jeito. Os projetos que ele anda... Esse da Vila Asilo, com sete anos ele foi expulso, ninguém quis ele ali, mandou tirar o moleque da escola para não ir para lá. E depois com esse Saint Cristh também é problema... Vou falar para você, não sei...

Você está desanimado?

Tô desanimado. E ele tá desanimado também. Eu tô pensando em ir até atrás desse pai dele. Localizar esse... Só que o pai dele é um coitado igual eu também , sabe. É pobre. Só que o pai dele é gente que mexe com essas porcarias... Então, isso veio do sangue de lá.

E como é que é a relação deles? Dos irmãos?

Olha, rapaz, é regular. Só que ele é mais agressivo. A mesma hora que tão brincando aqui, sabe... Entre eles mesmo, menos o mais grande... o mais velho quase não tem nem muita ligação.
Com as meninas menor, na mesma hora ele já mete a mão na orelha de uma ali e ai já foge tudo... Se eu tô na cozinha, já tem que vir às carreiras pra cá, ele já sai...
E quando tá bonzinho... mesma coisa... uma folha virada para ele e ele já...

E ai o que você faz?

Ah, o que eu faço... ele faz as cagadas dele, na mesma hora ele já se manda pra rua... aí espera lá pelas dez que eu chego, que eu tô cansado, que eu vou dormir, ai ele sabe que eu chego, que eu vou dormir, ai ele chega, dorme...
No outro dia eu já não faço mais nada, porque já passou aquele momento ali de... eu não sei ficar guardando mágoa de criança... ah, vou bater... não. Se eu pegar ele ali na hora que fez a arte ali até que eu dou umas pancadas nele, mas é difícil.

E ai ele vai e volta na hora que ele quer, é isso?

Aí ele some pra rua e tem uma colega minha que... Meu pai falava pra mim que má companhia... é ruim, é um problema e realmente... Eu falava: “ah, tem nada vê, má companhia...” E tem sim. Você tem que saber com que você anda.

E a turminha que ele achou é da mesma laia dele. Tudo daquele mesmo jeitinho. Daqueles que levantam cedo, mas só para fazer arte. Em vez de ficar dormindo até mais tarde, no sábado, no domingo, pula de madrugada pra´narquia. É uns cinco ou seis que tem lá assim. Enturmou com aqueles lá, vou falar para você.

Fumando... Já tá fumando cigarro, droga eu ainda não vi; mas cigarro eu sei que tá porque já sumiu uns dois maços de cigarros meu lá de casa e os outros mesmo é difícil, só pode ser obra dele. Aparece isqueiro, fósforo, coisa que eu não comprei... como é eu que comando tudo, eu sei o que eu comprei, o que não comprei... o que tá aparecendo...

Só que não tem aparecido coisa furtada, que não tem em casa, isso daí... Mas se deixar assim, é capaz de chegar nesse ponto.

E você acha que a educação que você dá para ele é muito diferente da educação que você recebeu, Antônio? Como foi assim a sua vida...

A minha vida... A minha era complicada. Era “sim, sim”, “não, não”. Não tinha esse negócio de falar... e falar, não ou espera um pouco... Não. Era diferente. Falou era isso e não tem que torcer, não.

Você tá ali terminando a sua lição ou qualquer coisa que tava fazendo, o pai falava faz tal coisa, abandona aquilo e ia. Não tinha esse negócio de “ah, não”, “espera um pouco”, “daqui a pouco eu faço”, não tinha nada disso, não.

E eu tento passar para eles isso daí, mas quem falou... e se você tentar conversar, é perigoso sobrar é pra gente ainda. Então é complicado, viu, educar criança.

E sua vida como foi, Antônio? Você é daqui de Bauru... E antes de vocês se casarem...

Ih!! Eu nasci em uma cidadinha chamada Porteirinha, em Minas Gerais, lá perto da Bahia, quase na divisa... cem quilômetros da divisa com a Bahia. Dali sumimos pro Paraná, trabalhar aí no plantio de café...

Você trabalhou desde pequeno também...

Desde... seis, sete anos... na roça... até os dezesseis anos foi lavoura, né.
Inclusive, nem assim, estudo... estudo direito eu tive... Porque escola lá no Paraná era distância como daqui a Piratininga... E tinha que trabalhar, então, não podia ficar perdendo tempo com escola, não, meu pai sempre falava. Às vezes, ele dava uma forcinha pra gente, mas falava. A família é grande, né, nós era em doze, tinha que trabalhar... Então, não tinha muito tempo para estudo, não.
Ali era... cada ano estudava duas, três vezes, mas mesmo assim não era escola, como diz é... estadual, seja lá coisa paga pelo governo. Era assim: juntava os pais ali, faziam uma reunião entre eles ali, arrumava um professor, levava na casa ali, os mais próximos de cada um... pagava aquele professor... não era igual hoje. Ali você... aquele pai que podia pagar os meses, todo mês, o aluno continuava indo, aquele um que não podia tinha que tirar aquele aluno; aí... quando as condições melhoravam, ponhavam de novo.
Então, você foi aprendendo as metades, os pedaços. Você não tem... Eu não cheguei a ... falar para você, você tem... quarta, sexta, quinta...? Eu não posso falar nada. Eu sei , mas não sei, porque não tem a prova de que eu sei.

E a sua mãe? Era muito brava? Seu pai era muito bravo, como era?

Não. Meu pai... era bravo, assim... Não, ele não era bravo! A gente respeitava ele de um jeito que não precisava a agressão. Eu lembro que dessa vida minha... que ele morreu agora em 94, com noventa anos... se ele me deu duas surras foi muito, que eu lembro. Do tempo que eu convivi com ele, de zero...

E com a sua mãe...

Minha mãe era mais agressivinha, mas era só chineladinha, coisinha que isso daí menino não respeita. Ele respeita é pulso firme mesmo e coisa mais seria. Esse negócio de chineladinha, tapinha, só serve pra deixar o bicho mais safado.
Com meu pai e minha mãe eu fiquei até os trinta... depois foi o tempo que eu amasiei com essa minha esposa. Só que daí dois anos e pouco eles já faleceram... o pai já faleceu...

Eu continuei com ela e com a molequeca. Agora em 2000 ela veio a falecer... daí eu fiquei... Só não tem assim um apoio, de família, no caso. Se eu quisesse...
Só tem aquela minha irmã, mas não sei se você viu, ela tem burcite, tem não sei o quê... Ela até que tenta me ajudar. Porque a minha filhinha de quatro mês quando minha esposa morreu, ficou com ela, eu passei a guarda para ela tudo direitinho... Não sei se ela já veio aqui com ela... com quatro mês de idade. Eu passei para aquela minha irmã que veio com ele aqui. Fui no Fórum, legalizei tudo...

Tinha uma novinha, então...

Tinha. Uma de quatro mês! Tinha a de três, de cinco, a de seis e o outro que agora já tem quinze, tinha onze.

E o que ela teve, Antônio, a sua mulher?

Ah. Se eu te falar você não acredita. Deu enfisema pulmonar, por causa do cigarro. Fumava desde os nove anos de idade. E ele já ta fumando com onze também. Eu canso de mostrar na televisão para ele: “olha, sua mãe morreu com trinta e um anos por causa disso aí mesmo.” Eu não vi ele fumar, mas ele é esperto também... mas a gente não é tonto, eu tenho certeza que tá. E eu acho que daí vai passar para as coisa pior , porque quanto ao cigarro, agora é só ele, mas a hora que passar para as outras coisas...

E vocês quiseram ter os filhos? Como foi o nascimento dos outros?

Esse daí, falar a verdade para você, esse daí já veio já pronto, com três meses. E ai depois, a gente vai daqui, vai dali...acabou...
Não teve assim aquele planejamento, não. Pobre não tem. Mas tinha que ter tido.
Por que foi o seguinte, esse tempo que ela veio morar comigo, a gente já tinha a casa, só que não morava junto, foi quando aconteceu esse imprevisto nesse meio de traição e deixou esse daí pronto para mim. Daí eu trouxe para casa acreditando que fosse meu, vi que não era... mas eu falei: “pô, já tá aqui. Já tem mais um mais velho também...”

Ele foi o segundo... depois vieram os outros... E vocês conseguiam administrar quando ela falava que estava grávida?

Ah. Eu vou falar para você. Era assim meio... como que diria... A gente ia meio aos trancos e barrancos... A gente não tinha assim aquela... Ela fazia o pré-natal normalmente, ela acompanhava bem de perto...

Por isso que eu estou falando para você. Os outros nasceram tudo com cabeça boa para estudo, para as outras coisas boas... Claro, quem é inteligente é inteligente pra tudo...

Esse daí o que me deixa preocupado é que ele não tem inteligência para as coisas que me interessa. Ele até é trabalhadorzinho, pra fazer um trabalho em casa é... É um menino levado...

Mas só que o nervosismo dele, a falta de interesse pela escola e a falta de inteligência... manda fazer o nome dele aqui que ele não faz; não conta até cinqüenta... Quando já tem a menina lá na segunda, tem oito anos, precisa de ver, faz a tarefa dele...

Então, isso ai me preocupou bastante, menina.

E o pior é que eu... Só para você ver que não é uma falta de interesse meu: eu passando pelo NAPSI[1] ali, acho que você conhece bem o NAPSI. Passei pela psicóloga, a Dra. Vilma; passei pelo médico o Dr... Dr. Plínio, é psiquiatra; fez os exames nele.

Porque eu achei que tinha sabe... só que fizeram exame de cabeça, mais de coração, tudo, para ver que problema tinha... o Dr. Plínio fez tudo, mas não deu nada, normal o caso.

A psicóloga lá falou para mim: o problema dele é falta de interesse. Mas que...

Eu to correndo, vendo o meu lado para ver o lado dele, pra amanhã ou depois que eu não conseguir domina-lo, não falar: “mas o cara também não correu atrás”.

Eu corro atrás. Se eu puder. Agora , se eu não puder, não tem jeito.

[1] Núcleo de Atendimento Psicológico, serviço público.

Entrevista 2

Sandra, porque você está aqui no Conselho? Como você chegou até aqui?

É. Então, é... eu fui chamada, né.
Por causa de uma denúncia que eu fiz do meu marido e da minha filha, né. E...
Então... Eu fiz essa denúncia e... sei lá, né... Ver o que eles podem fazer por mim, né.

Você está denunciando um caso de violência sexual?

É. Nesse caso seria isso.
E... Então... eu espero que seja esclarecido, né. Eu quero tirar isso a limpo... essa história... E... só espero não estar cometendo nenhuma injustiça, né. Nesse caso, a gente tem medo também de fazer uma injustiça.

Você tem medo de estar sendo errada ao denunciar, é isso?

Ah, eu tenho. Tenho sim.

Por que, Sandra, você acha que pode estar fazendo uma denúncia errada?

Ah, por que eu... dependendo do que for eu não quero que implanta raiva, sabe, um do outro.
Também no caso dela, eu espero que sei lá... esse negócio de... ela passando pela psicóloga, espero que mude um pouquinho o comportamento dela.

É?!

Ah, por que olha, com as crianças, eles brigam demais. Tem muita troca de idéias... E como mãe eu fico numa... como fala, sinuca sem bico, não é isso? Então...

Como é que é lá na sua casa, Sandra? Como é o dia-a-dia de vocês... como começa o dia, como termina, conta pra mim...

Bom, assim... como a gente amanhece... bom, amanhece todo mundo de manhã cedo... acorda, toma o café da manhã, aí, elas vão me ajudar a limpar a casa, no meio daquela briga, emburrada... depois é aquela briga pra ir pra escola... da hora que levanta até na hora de sair, aquela briga pra ir pra escola...

Quantos filhos?

Quatro. Três estão na escolinha. Três meninas e um menino.
E... depois vai pra escola... depois chega da escola... se tiver que ir pra igreja a gente sai arruma e vai, se não, fica em casa... ai janta... eles vão para a casa da minha mãe; a gente vai para lá... assistir televisão, nós assiste... depois vai deitar... E assim vai...
Mas elas brigam muito, as duas: a Miriele e a Camila. Elas brigam demais...

Quantos anos elas têm?

Camila tem treze; e a Miriele tem oito.

Todos estão ai?

A Nenê tá com um aninho. E o menino que tem seis.
Ai a Camila briga com a Miriele. A Miriele briga com o Luis. O Luis briga com a nenê e assim por diante.

E ai como você faz, Sandra?

Ah, então. Eu não sei o que fazer. Esse é que é o problema.
Eu tava falando para ela que eu, peguei e fui no NAF[1], né, fui passar na psicóloga lá, passar os três lá. Porque cada um tem uma fase assim que me dá muito trabalho, né.
A Camila não me dá trabalho. O problema dela é que ela troca muito de idéia com o Miriele. Ela... se ela arrumar uma coisa dentro de casa, ela quer que a Miriele faça. A Miriele enrola,

[1] Núcleo de Apoio à Família, serviço municipal que conta com a parceria de uma instituição de ensino superior privada da cidade.

enrola, enrola, pra não fazer. Ai a Camila fica nervosa, fala alto, briga com ela, fica uma batendo na outra. Só que...

Tem dia que eu pego a cinta para as duas, mas não adianta nada. Porque assim que eu der as costas começa tudo de novo.

Ai, tem hora que eu fico sentada, eu fico só olhando. Daí eu brigo com elas e depois eu não sei o que fazer. No meu caso, eu não sei o que fazer com elas mesmo.

E ele não... ele fica quieto; ele não me dá trabalho, o Luis. Só que tem hora que a Camila manda a Miriele fazer um serviço; a Miriele manda ele fazer um serviço... um fica mandando o outro fazer.

E como é que é com o pai? Como é a relação deles com o pai?

Ah, ele chega de noite. Ele sai de manhã e chega de noite.

Ele trabalha de quê?

Ah, ele tá desempregado. Então, ele tá vivendo de bico. Então, ele sai e fica procurando... o que ele achar ele faz. Trabalha meio por conta, né...

E ele chega de noite. No dia que chega mais cedo vai na igreja comigo, tem dia que não. Às vezes, se eles tiverem dormindo tudo bem... ele chega, janta e vai deitar. Agora, se eles tiver acordado, ai fica... a mesma história... elas ficam brigando.

Aí, ele fica bravo também com elas, depois vira para mim, porque ele quer que eu corrija. E eu já quero que ele imponha a autoridade de pai, né. Porque só a mãe, só a mãe, só a mãe, cansa também, né.

E ele fica bravo tem hora... tem hora que dá uma palmada. Ele bate com a mão, né... não sei como não dói...

E depois... ai eles fica... o dia que eles não tão nem ai, não brigam, nem nada, ficam brincando com ele ali...

E como foi a sua história, Sandra, na sua família... como era a educação que você teve?

Olha, menina, ai você me pegou... deixa eu pensar um pouco.

Deixa eu ver... minha educação como foi...?

Bom, brigar, eu nunca vi meu pai e minha mãe brigando, não. Só vi... Porque meu pai, ele tinha problema na fala, então, ele não falava. Eu lembro que eu vi ela discutindo com ele, às vezes, mas não sei nem porquê.
Minha mãe é muito faladora... Meu marido fala que eu falo demais, puxei pra ela. Ele fica bravo, às vezes.
E... então, ela falava demais... E... eu também lembro do meu irmão mais velho que... entre eu e meu irmão tem diferença de quinze anos, daí o outro é dezessete. Então, ele é que mais brigava com a gente. Acho que a gente fazia bagunça, eu e minha irmã. E acho que ele ficava bravo. Mas eu mal me lembro...

Você não lembra se eles eram muito rígidos... se vocês apanhavam muito...

Apanhar não. Apanhar, minha mãe nunca bateu, não. Ela dava as palmadas dela mesmo, quando tava demais, não agüentava, ela dava palmada. Mas bater de bater, nunca bateu, não. Nem ela, nem meu pai.

E ai como foi sendo sua história de vida até você conhecer...

Ah, eu casei cedo, né. Eu casei muito cedo, então, essa parte da adolescência eu já pulei, passei direto.

Quantos anos você tinha?

Eu casei com quinze anos. Tive a Camila com dezesseis. Comecei a namorar com catorze anos.

Quantos anos ele tinha?

Ele tinha de vinte e quatro pra vinte e cinco anos. Ele é bem mais velho que eu, tem nove anos.

E ai você já teve ela nova, então...

È. Então. Fiquei grávida logo dela.

E como que foi? Como vocês cuidaram desse primeiro filho...

Pra você vê... que hoje em dia, eu penso assim: por que eu sei que... não digo em todos os casos de meninas novas que tem os filhos, tem alguns casos que a justiça toma conta, né. Às vezes, eu fico pensando, porque será que a justiça não tomou conta no meu caso? Será que porque eu acabei casando? Eu penso assim, né. Mas eu não sei.
Às vezes, eu olho para ela... você viu o tamanho que ela ta? Maior que eu. Eu olho para ela eu penso assim: meu Deus do céu, não sei como eu não matei essa menina... Porque eu era nova, não tinha experiência com nada, minha mãe mal me ajudou... porque minha mãe não sabia fazer nada também, para me ajudar...
Se eu tivesse que me dar uma nota, eu acho que eu me daria uma nota dez. Porque cuidar de uma criança com quinze, dezesseis anos de idade, eu acho que não é para qualquer um, não. Ai eu... hoje em dia eu penso... eu acho que nessa fase eu passei, né.

Como é que você foi superando essas dificuldades? Quem você buscou pra te ajudar...

Eu sempre fui só nesse caso de cuidar das crianças, eu sempre fui só. Às vezes, eu deixo com uma ou outra pessoa, quando eu tenho que sair. Mas na matéria da educação, na matéria de levar, ir buscar, médico, só eu mesma. Até para educar... se tiver que chamar a atenção de um tem que ser eu... tudo. Tem hora que eu canso.
Meu marido sempre saiu de manhã e voltou à tarde, então, não participava quase nada. Até final de semana também. No começo, ele jogava dia de sábado... e, quando não jogava ia pra casa da mãe dele, até hoje ele é assim... quando eu penso que ele tá na casa da minha mãe, ele já saiu, nem fala nada...

E depois foram vindo os outros...

É, foram vindo os outros...

E todos vocês quiseram...

É. Foi tudo acontecendo.

Olha, a Miriele foi a única que eu quis. Eu posso dizer que eu quis mesmo. Porque eu lembro muito bem que eu falei assim: “vamos arrumar mais um”. Ai ele falou: “não”. Nós dois ficamos: “não, Deus que me livre”. Mas Deus que me livre tá aí, os quatro, né.

E vocês nunca usaram algum método para evitar...?

Evitando, sempre evitamos... da nenê também... inclusive eu tenho que ir no médico pegar remédio.

E quando acontecia a gravidez, como vocês lidavam?

Ah, deixava vir.
Ele falava: “fazer o quê”. Eu falava: “você não pensa nada?”
Ele falava: “pensar eu penso, né, mas fazer o quê?” Ele falava assim só.

E da Miriele você quis... E como foi a educação dela?

Ai, gente... meu Deus do céu... Se você perguntar de qualquer um, eu não sei te dizer, mas da Miriele, foi a que mais deu trabalho. Nossa como me deu trabalho!! Muito arteira!!
Ela é muito arteira... e ela tira a paciência rápido da gente...
Ela, tá me dando muito trabalho na escola... inclusive, nesse mês de dezembro, ela fez o favor de quebra o carro... de quebrar o vidro do carro do homem, com uma pedra que dizem que foi desse tamanho...

Do pai?

Não, do homem. Um rapaz. Agora você imagine, ter que pagar... por mais que fique baratinho, né. Agora fica difícil, né...
Foi assim: saindo da escola, as molecadas gosta de zombar dela, tirar sarro dela. E, pelo que sei, ela pegou uma pedra e foi tacar num menino, ai acertou no vidro do carro.
Aí o rapaz foi em casa. Ai eu falei pro meu marido, quando ele chegou... ai, ele não bateu nela, não.

Ele perguntou o que que eu fiz, se eu bati nela. Eu falei que não. Ele falou: “então, também não vou bater. É criança... “

Só que ele ficou bravo. Ele deu um... deu um sermão nela, né. Ele raiou com ela...

Ai ele pegou e pagou o vidro... ainda bem que ficou barato porque foi de segunda mão, né...

E como você lida com ela? Já que ela é a mais arteira...

Ai... ela é a que mais eu falo. Só que é assim: quando cada um tá longe de mim, eu fico na paz, né.

Quando eu tô só com o menino, ele não me dá trabalho, eu não fico brigando muito com ele; só chamo... tem hora que eu chamo muito ele e ele não dá ouvido... tá na fase de se envolver com burca[2], essas coisas, então ele não escuta mesmo a gente chamar.

Agora quando tá com ela, não... tem que ficar chamando... Agora, não. Agora ela tá com oito anos, ta diminuindo o trabalho. Ela tá me dando mais sossego. Se eu tiver que sair, às vezes, eu levo ela, só pra não ficar as duas para não brigar.

Agora a Camila também não me dá trabalho. Não me dá mesmo. Agora ela tá moçona... quando ela era mais pequenininha, se eu deixasse ela sentada, ela ficava quietinha. Agora não, agora se ela tiver que ir na casa de uma coleguinha da escola ela vai. E agora ela sabe ir na casa da vó dela sozinha, ir no mercado... na cidade acho que ela veio uma ou duas vezes com uma coleguinha dela, fora isso não sabe andar na cidade também não.

E agora você está aqui por conta dela também...

É mais por conta dela.

E como vocês estão lidando com isso, com relação à denúncia, você e seu marido...?

Então. Em relação a ele, ela é muito malcriada pra ele. Ai eu tenho que tá no meio também. Por exemplo, eu falo assim: “Camila, não fala assim com seu pai. Ele pode se irritar uma hora e acabar batendo em você... ai você... ai eu não vou gostar... “

[2] Burica, Bola de Gude

Tem hora que ela faz... se ela judia de alguns deles, porque ela gosta... ela tem a unha grande, então, ela gosta de pegar e unhar os dois, a Miriele e o Luis. Então, ele acha ruim. Ele briga com ela, só que ele quer que eu faça alguma coisa. Ai eu pego e falo assim: “fazer o quê, pra mim ela não fez nada...”

Como é que eu vou bater nela?? Ele chama atenção, ele briga sim, só que bater mesmo ele não bate, não. Porque nesse caso, uma que ele fala assim que se bater, eu venho na policia. E outra porque ele quer que eu pegue numa cinta, e eu tenho que educar. E eu já acho que ele tem que impor a vez dele também.

E o que é que você está achando dessa história toda, Sandra...

Então, essa história, não sei se você leu... De lá pra cá, nem ele nem ela fala mais nada. Ela diz que não se lembra mais, direito... Eu não sei. Às vezes, eu acho que ela imaginou, ela entendeu... às vezes, eu acho que ele falou alguma coisa que fez ela entender... só que...

Se eu perguntar pra ele, ele fala que ela entendeu errado. Se eu perguntar pra ela, ela fala que não se lembra... fica o dito pelo não dito.

E ele também não fica bravo com ela... Como você está sentindo, ele fica distante dela...?

Eu acho que tem muito ciúme dela... dele com a Miriele.

Porque a Miriele, pra mim, a Miriele foi a que ele mais... desde nenezinho, foi a que ele mais... é... assim: não pode fazer nada. Não pode bater, sabe... a que ele mais defende... isso... Agora não, porque agora ela tá grande e ele tá vendo que ela tá impossível, tem hora que ele chama muito a atenção da Miriele.

A relação com a Camila é... é assim... o jeito de ele tratar, todos eles, é um jeito só; ele não agrada nem mais um nem mais outro; não briga mais com um nem mais com outro. E com a Camila também não chega nem perto, nem liga pra ele...

Mesmo depois da denúncia?

Ela... eu falo assim: o que você pensa de seu pai?

“Ah, eu acho que ele é um veio babão.”

Então, ela acha isso.

E ele nem tocou mais no assunto com ela, com você?

Não, não. Disso ele não toca no assunto mais. Nem comigo.

E não causou nenhum transtorno assim... Não causou nenhuma briga no caso de você ter denunciado?

Não, no dia que eu falei pra ele que eu denunciei, no outro dia, ele ficou bravo, chorou... Ai inclusive os dois pequenos choraram também... ele arrumou toda a roupa dele pra ir embora... aquele teatro todo... e eu... naquela hora, eu senti até dó. Não assim...
Só que eu fico... eu acho que eu fico assim meio de longe, porque como mãe e como mulher eu não sei o que fazer mesmo. Então, eu tô deixando o barco levar assim... a onda levar pra ver no que vai dar. Eu espero que a justiça me ajude a saber o que fazer, porque eu não sei o que fazer...

Ele tá sendo acompanhado pela justiça, então?

Ele tá. Ele tá.

E a Camila*, como está? Ela mudou muito?*

Ela não diz nada.
Na época ela tinha o que...onze...é, onze anos... isso, onze anos... doze, treze... deixa eu pensar... onze, né... ela ia fazer doze, gente...?
Ela tá com treze, vai fazer catorze. Acho que é onze anos, né. Isso. Porque foi em outubro. Acho que depois que ela fez doze anos, porque ela faz em janeiro. Em outubro? Isso. Ou em novembro...

E ai como é que você soube?

É, então. Ai ela me falou. Ela mesma me contou. Ai de tarde eu já fui no Crami[3]; ai o Crami me levou na Delegacia da Mulher e fiz o B.O[4].

E então, você levou a sério a fala dela?

Isso. Ela contou pra mim e eu na hora não pensei nem que fosse verdade nem que fosse mentira. Porque é o que eu falei, eu já tava com raiva dele. E eu tava pensando que qualquer coisa que ele me fizesse eu ia denunciar ele... sei lá... tanto comigo quanto com as crianças, eu ia brigar feio com ele... de tanta raiva que eu tava com ele mesmo... Então, eu não pensei duas vezes para agir.

Você denunciou no mesmo dia?

É.

Por conta de estar com raiva dele?

É. Eu nem perguntei se foi isso, o que que ela pensou... o que ela tinha pensado do que ele falou... Nem como foi; assim, aonde é que ele estava na parte de casa...
Não foi isso, eu não perguntei nada... eu já peguei e já fui denunciar. Nem esperei ele chegar pra tirar a limpo com ele, né. Pra conversar com ele direito...

Isso por conta de um monte de coisas...?

Ah, um monte de coisas... Eu tava grávida, a gente tinha brigado dois meses antes... dois ou um... dois ou um mês antes... Uma briga muito feia mesmo... por causa de outra mulher, sabe.
E... quando a gente brigou, ele tava... ele tinha bebido um pouco antes... E ele tinha falado de outra mulher pra mim e eu não gostei... A gente brigou, eu xinguei ele... foi uma briga que deu policia...

E ai com isso tudo...

[3] Centro Regional Atenção aos Maus-Tratos Infantis, serviço público.
[4] Boletim de Ocorrência.

E eu guardei... fui guardando...
E eu queria trabalhar... tava com raiva dele também, tava pensando em me separar dele... Então por isso, eu não pensei duas vezes pra denunciar ele.

E você trabalha hoje, Sandra?

Não trabalho. Não trabalho porque eu tenho a nenê; ela ainda mama no peito, mais que na mamadeira...

Mas você sempre trabalhou ou nunca trabalhou, desde que mora com ele?

Não, eu sempre trabalhei. Eu parei mesmo quando eles tavam com dez anos... ela tava com dez anos... porque... Na época, quando ela tava com dez anos e eu tava trabalhando, eu fiz assim: eu trabalhava por dia, eu fazia faxina nas casas, trabalhando... e ela tomava conta da casa, ela tomava conta da Miriele, estudava... ela tomava conta da Miriele com cinco anos, tomava conta do Luis com três anos...

E seu marido também ficava na casa ou só ela?

Não, ele saia. Ele trabalhava também.

Mas ele não trabalhava fixo, nessa época?

Não, não. Sem carteira registrada faz um bom tempo que ele está sem.
Às vezes, ele levava pra casa da minha sogra e deixava lá as crianças. E na creche... ai eu arrumei uma creche... e na creche também. Só que ai, ela... ela e eles, brigavam muito... ela também brigava muito...
Porque a minha vizinha tomava conta pra mim, também... minha mãe também olhava, mas minha mãe saia muito, né, pouco ficava...

E ai você parou de trabalhar?

Ai eu parei porque eu vi que tava dando muito... foi daí pra cá que começou mesmo os problemas. Com eles três os problemas. Porque eu vi que ou eu trabalhava ou eu chegava em casa e encontra um pedaço de cada um...

E ele não ficava em casa nunca?

Não. Ficar em casa pra dizer, hoje eu não vou sair pra ficar com eles, não.
Eu saia deixava ele lá. Ai eles pegavam la tomavam café... ele ficava lá, olhava eles acho que até umas dez onze horas, não sei, e saia... ai elas ficavam até meio dia. Meio dia levava eles pra casa da minha sogra ou senão deixava com o meu vizinho... daí eu pagava ela pra ficar com eles.
Ai tinha a creche de manhã cedo, ele levava... quando não era ele, era a Camila, levava...
Então assim, que eu sei, eles brigavam muito... ai, eu chegava em casa, as vezes cansada...
Ai eles... foi... o menino acabou ficando doente porque eles não tinham horário pra comer... porque ela também não tinha... Que idéia que uma criança de dez anos vai ter pra tomar conta de casa e ainda de duas crianças...
O menino ficou doente, a Miriele ficou doente, ela ficou doente. A Miriele teve anemia, por causa que não se alimentava direito. Ela diz até hoje em dia, quando ela lembra assim, que ela dava comida quando eles sentiam fome. Então, nisso, eles comiam pão, ficavam beliscando...
E eu tava ficando cansada também porque tomava conta de casa, depois eram as crianças, e meu marido também pra fora... “Ai falei: ai meu Deus fazer o quê, né?”
Ai eu falei pra ele: “olha, vou ter que...” Ou eu saio do serviço, paro de trabalhar, porque eu chegava oito horas da noite, mal via eles, não dava pra cuidar... o mais cedo que eu saia era seis horas. Eles chegavam cedo e faziam a janta.
Eu falei: “ou eu saio, paro de trabalhar por dia e começo a trabalhar por mês ou eu paro de trabalhar de uma vez.”
Ai uma dessas minha patroas queria por mês... ai eu comecei a trabalhar por mês. Mas mesmo assim não deu. Ai eu tive que abandonar. Nisso, faz três anos que estou sem serviço, e vai ficar mais até o nenê crescer um pouco.

E essa foi a primeira denúncia que você fez e depois não aconteceu mais nada...?

Mais nada. Só essa mesmo. Nunca mais.

Houve uma época... é... Uma vez, quando ela era mais pequena, acho que quando eu estava trabalhando mesmo... ela entendeu que...
Foi assim: ela disse que estava comendo uma banana... ai eu não lembro, viu, direito... falando de uma banana, parece... oh, gente...
Ai ela disse assim: que ele tinha falado assim: que o que ela queria mesmo era um “bananão”... Acho que “bananão” que falou, não sei direito.
Eu sei que ela entendeu outras coisas... ela maliciou... pro lado da malícia. Ela maliciou isso, mas não; ele tinha falado se ela queria uma banana, porque tinha banana em casa.
Eu não sei te explicar. Eu não me lembro direito...

Mas ela te conta essas histórias...?

Conta! Porque eu falo para ela que é para ela me contar tudo. Ela, a Miriele... Eu falo para eles que tem que ser mais amigo da mãe do que do pai... ou de qualquer outra pessoa. De qualquer coisinha que ouviu no meio da rua, tem que me falar...

E eles fazem isso, Sandra?

Eles fazem! Nesse ponto ai... se alguém falar que são fofoqueiros ai... eu acho que para mim tem que falar tudo. Eu não sei se é certo ou errado, sei que eu quero que falem.

E como é que você está agora, Sandra, com essa história toda...?

Ai, agora, hoje em dia está tudo quieto, está tudo tranqüilo, ninguém fala nada... E eles, as crianças estão tranqüilas.
Inclusive, eu acho que cada dia eles estão mais apegados com ele. Tem hora que eu penso: eles estão mais apegados...
Ele também está mais calmo. Ele...
Ele sempre foi de beber, né. De noite ele bebe. Tem dia, quando ele está com a cabeça quente, ele bebe. Os amigos pagam. Ai ele briga...
Não é que ele briga. Ele não briga, ele fala. Ai ele fala uma coisa, fala outra, repete. Ele fica repetitivo e eu... saio da minha tranqüilidade. Mas só que ele não fala alto, quem fala sou eu. É onde gera as brigas.

Ultimamente tem sido assim?

Não! Parou mais... Isso ai foi mais uns meses atrás.

Agora não. Depois que veio esse ano de 2005 ele parou mais, aquietou mais.

Inclusive agora ele está dando de ir mais na igreja. Difícil. Vai uma vez no mês. Ele às vezes faz isso.

Eu também fiquei mais quieta com ele. No começo, quando eu tive a nenê, eu estava muito estressada com isso. Depois dessas brigas, desestabiliza tudo...

Entrevista 3

Bom, vamos lá, Elisa. Porque você está aqui no Conselho? O que aconteceu?

Ah, eu tive um problema com a minha filha. A maioria dos pais hoje em dia deve estar tendo esse tipo de problema.

Ela sempre foi uma menina assim um pouco autoritária, digamos assim, sabe. Muito geniosa. Ela gosta que as coisas fiquem do jeito que ela quer, né.

Então, a gente, os pais, sempre procura o melhor para os seus filhos. E se você vê que seu filho está desviando para um caminho que não é legal, você tenta puxar, não é verdade? E... Ela muitas vezes não aceita.

Ela sempre fala assim: “tudo tem que ser do jeito que vocês querem”. Mas não é que tem que ser do jeito que a gente quer; é que a gente sabe o que é o melhor para ela. Né? Então, de uns tempos pra cá...

Começou assim: ela quis ter um namorado. Né? Tem quase dezesseis anos...

O pai dela, a principio, não aceitou. Mais ai, graças a Deus, o meu marido ele é muito de ouvir. Ele é explosivo assim, mas na hora. Depois que passa você vai e conversa com ele... ele é de ouvir. Ele me ouve muito, ouve muito a mãe dele...

Ai, de tanto conversar com ele, ele acabou deixando, namorar o menino, sabe. O menino foi lá em casa, conversou, nós deixamos, né.

Ai começou aquele negócio assim: ela querer sair com ele: “não, não tem problema; vai sair, mas tal hora eu quero em casa...”. aquela coisa controlada.

Quando foi dia 17 de abril, passado, teve uma festa no Vitória que chama “Vitória Rock”... até acho que o Conselho Tutelar devia fechar aquilo, viu. Porque o que tem de criança dando trabalho pra pai e mãe por causa dessa festa, não é brinquedo não...

Ai, nós deixamos ir. Foi a pior besteira que nós fizemos.

Inclusive, meu menino foi, minha sobrinha foi também... Só que nessa festa, esse menino, namorado dela, comprou uma garrafa de vinho e os dois beberam. Tanto ela como ele... ele ofereceu para ela, ela tomou...

Ela chegou em casa meio aérea, digamos assim. Isso foi a gota pro meu marido proibir o namoro.

Poxa, se está com o menino, ele deveria estar orientado, porque ela não é dessas coisas. Agora, saiu com uma pessoa e já me dá um fora desse, né.

Ai tudo bem, o pai: “não, porque eu não quero mais que namore, porque...”

E nesse meio tempo, calhou de eu querer tirar ela da escola à noite. Eu já vi que ela tava diferente. A gente nota quando os filho tá diferente. Falei: “Não, eu vou tirar você da noite, eu vou passar você para de manhã na Ernesto Monte.” Porque ela sempre estudou no Ernesto Monte. Né? Falei: “então, eu vou tirar você da noite e vou passar você pra de dia no Ernesto Monte”

Essa daqui é o álbum de formatura dela. Formatura de oitava série. Só para você ver que coisa mais linda do mundo. Só para você ver como ela estudava no Ernesto...

Daí, calhou, né, assim... Mas não foi assim, porque a gente queria afastar ela dele. Não foi isso. Porque ele estuda na mesma escola que ela, no mesmo horário; à noite, no Plínio Ferraz.

Mas só que eu já vinha pensando nisso antes, não foi... Ah, ai, ela já achou que eu queria tirar ela da escola pra afastar ele dela... E virou aquela salada... Cabeça de adolescente, precisa só um pouco pra virar uma bagunça, né. Você sabe como é. Ai ela falou: “Não, porque a senhora quer afastar eu dele...”. “Não é, minha filha, é que é melhor para você. O Plínio Ferraz é uma escola fraca, no sentido de estudo. Não tem um ambiente lá muito bom...”

Até, a assistente social que cuidou dela no abrigo que ela teve ai, falou também: que ela mora lá perto, ela sabe que a escola lá é boa...

Por que ela esteve no abrigo, Elisa?

Porquê? Por causa disso. Por que aconteceu esse problema, depois eu vou falar para você.

Ai, o que que aconteceu. Ela: “não porque vocês querem tirar eu dele, porque...”; “Não, não é isso... não é isso...” E assim foi.

Quando foi terça-feira passada, eu consegui a vaga, no Ernesto Monte. Ai liguei pra ela, falei: “Filha, você não vai pro Plínio hoje porque não precisa, amanhã cedo você já está no Ernesto Monte.” “Não, porque eu vou, eu vou...” “Então, tudo bem, você vai e depois nós conversa.” Né?

Mas eu tenho um gênio um pouco forte também, não vou dizer que não, né. O meu modo de falar foi assim: “Você vai, então, que depois a gente conversa”, entendeu? Num sentido um pouco autoritário. Ai ela já achou que eu tava mandando... e foi pra escola.

Ai, foi pra escola... Eu achando que ela tava na escola. Eu cheguei em casa ela tinha ido realmente e tal...

Quando foi umas oito e pouco da noite, ela chegou em casa com esse namorado dela, a mãe do rapaz, o padrasto do rapaz, né. E parou e falou pra mim assim: “O pai tá ai?” “Não, o seu pai não tá.” Ele tinha ido na casa de um amigo resolver negócio de trabalho dele.

“Não tá.” “Ah, porque a mãe do Caio e o Caio tá aqui pra nós resolver esse negócio”. Falei: “Então, tudo bem, manda eles entrar”.

Ai eles entraram. Só que a mãe desse menino, ela é uma pessoa assim, como posso dizer, tem um tom meio... sarcástico, sabe... assim... de querer resolver as coisas. E eu não sou desse jeito. Ai acabou que ela... a mulher falou assim pra mim: “Por que vocês proibiram o namoro dos dois?”

Ai eu fui contar o que tinha acontecido no Vitória, que ela tinha chegado bêbada e que ele não gostou. Ai ela falou assim: “Não porque os dois aprontaram!” “Ué! Mas aprontaram o quê?” “Aprontaram...” Né, com aquele jeito assim...

Ai eu olhei pra ela e falei: “Você tá grávida?” “Eu tô! Por quê?” Sabe? E foi ai que... juntou a mãe dele na minha cabeça, ele, ela....

Porque na verdade, não foi aquele momento... eu acho que se eu não tivesse vindo com problemas já com ela, eu saberia lidar com essa situação...

O que aconteceu?

Ai, eu acabei batendo nela.

Bati nela; o menino entrou no meio; machucou o menino também... a mãe dele entrou no meio... Porque veio todo mundo em cima de mim, você entendeu? Na verdade, eu usei mais pra me defender mesmo. E eu tava sozinho em casa, meu marido não tava... né.

Ai, ela saiu correndo de casa junto com ele... e foi... Ai a sogra dela catou ela e foi pro pronto socorro... E ela me denunciou, né, que ela tava grávida que eu tinha chutado ela, aquela coisa toda... E tal... aquele drama, né.

Ai comunicaram o Conselho, o Conselho trouxe... levou ela para um abrigo.

Ela não queria voltar pra casa...

Não. Na hora, até a Sandra que tá atendendo a gente, falou que não tinha nem condições de ela voltar pra casa. Eles fizeram uma análise do caso e achou que ela não tinha condições de voltar pra casa.

Tudo bem. Ela ficou nesse abrigo, Casa de Nazaré, até graças a Deus, foi muito bem cuidada lá, não tenho do que reclamar. E a Cássia, que é assistente social, começou a conversar com a gente, né. Que ela foi... nossa aquela moça é maravilhosa... ela e a Renata, que é uma psicóloga também...

A minha sogra foi lá, a minha cunhada foi lá, depois eu fui, meu marido, né... Então, ela ficou lá... pousou na terça; de terça pra quarta; na quarta pra quinta... na sexta-feira eu fui lá e tirei ela de lá... Você entendeu? Porque a minha filha não foi criada assim; minha filha foi criada dentro de casa; a gente tem boa índole, a nossa família é grande, é unida... Entendeu?

Como é que foi a educação dela Elisa? Como foi quando ela era criança... Só tem ela?

Não! Tem um menino.

Como é que você foi se virando com a educação dela...?

Olha, eu sempre trabalhei, você entendeu? Ela freqüentava escolinha, parquinho... Sempre tive muita ajuda da minha sogra, da minha cunhada... até a minha cunhada tá ai comigo, veio trazer eu, porque eu sai do serviço e... Então, eu sempre tive apoio, eu não criei ela sozinha. Você entendeu? A minha sogra, se você falar com ela, você vai ver que não tem pessoa melhor no mundo. Então, eu sempre tive apoio, então, eu não criei ela sozinha.

Mas foi muito difícil pra você...?

Na criação dela não foi porque eu tinha a minha sogra. Eu morava com a minha sogra, na casa dela. Você entendeu? Então, sempre né, marinheiro de primeira viagem, né... sempre o primeiro filho a gente sempre se enrola um pouco; mas com a minha sogra do lado não tinha como se enrolar. Porque ela é uma pessoa maravilhosa.

Nunca teve esse problema de bater como aconteceu agora....

Não, não!
Eu tive um problema semelhante com ela quando ela tinha treze anos. E foi assim: ela queria se envolver com amizades que não tinha condições, você entendeu? Andar com roupas que a gente não aceitava... e essa determinada amizade que eu to te dizendo, a gente não queria ela envolvida... e ela: “não... porque é minha amiga... porque...” Vivia emprestando roupa... e eu não gosto que fique emprestando roupa; eu não aceito, não gosto dessas coisas... Eu acho que cada...

você ter as suas coisas... a não ser que você empreste assim, de uma tia, né... de uma prima que é mais ali... Agora... de uma pessoa que você conheceu ontem, digamos assim, não aceitei...
Não! E ela fazia pirraça...

Ai vocês chegaram a se agredir...

Eu tive que chegar a ter esse tipo de coisa com ela, mas também foi essa única vez... e agora, porque eu também não agüentei...
O meu marido, ele nunca foi de bater; ele é de falar sério. Autoritário! Fala alto! Você entendeu? "Não, você está pensando o quê... o que você quer da sua vida...?" Você entendeu? "Eu sou teu pai... você tem que respeitar", esse tipo de coisa... Mas de bater também ele nunca foi.
Você entendeu? Então, foi isso que aconteceu.
Agora, ela ainda continua... e a gente ta se segurando para...

Ela está grávida?

NÃO!!! O duro é que nem grávida estava... pra você ver... A intenção dela, depois a gente foi ligar as coisas... a intenção dela qual era?
De ela falar pra mim que estava grávida, e eu falar pra ela: "junta suas coisas e vai embora com ele...". Como eu não fiz isso, ele pegaram e foram no Conselho Tutelar... no pronto socorro... achando também que iria me denunciar e que ela poderia ir embora com o menino.
Foi quando a moça do Conselho Tutelar falou: "Não. De jeito nenhum! Ela vai para um abrigo e só quem tira ela de lá são os pais dela."
Você entendeu? Então, quer dizer, ele armaram uma situação que acabou não dando nada certo e só trouxe problemas pra gente...

Como é o dia-a-dia de vocês, Elisa. Ela fica sozinha... fica mais com o seu marido...

Meu marido trabalha, tá. Das sete e meia às seis; faz bastante hora extra também. Eu sou faxineira, trabalho de segunda a sábado. Porque se a gente não trabalhar não consegue dar o melhor pros filhos da gente. Não adianta eu falar: não, eu não vou trabalhar pra ficar com você aqui em casa, e ele falar: "mãe, eu tô com fome, quero um pão". Eu não ter pra dar...
Então, eu prefiro trabalhar, eu procuro... o tempo que eu tenho, dedicar aos meus filhos...

Você sempre trabalhou?

È! Eu sempre trabalhei. Teve algumas épocas ai que eles ficam doentes, né... já teve épocas de eles ficarem doentes e eu ficar em casa...

E com relação ao seu menino? É tranqüilo?

Nossa! Meu menino é uma criança assim super calma...

Quantos anos tem?

Tem dez anos!
Agora, a Paula, não. A Paula, desde criança ela foi agitadinha, sabe. A gente sempre até sabia... não queria, mas sabia que ia ter um pouco de problema no futuro. Agora, com meu filho, não. Ele continua do jeito que ta, porque ele é uma criança muito boa. Né?
E como é que foi a sua vida, oh, Elisa, assim antes.. você casou cedo... como era com os seus pais...

Ah. Eu tive problemas com meus pais sim. Né. Minha mãe, ela era complicada, o meu pai não tinha as duas pernas e nem um braço... catava papel na rua pra sustentar os filhos, em carroça, e eu junto com ele... fui criada em cima de uma carroça... então, eu aprendi muito cedo o que é a vida...

Você trabalhava junto com ele, então. E ele sofreu algum acidente...?

Não! Meu pai teve um problema chamado “grangrena”. Então ele não podia machucar a pele porque daquela feridinha ia se alastrando e ele tinha que amputar...

E isso aconteceu?

Com meu pai, sim. Meu pai quando faleceu, com 35 anos, ele não um braço, as duas pernas e ainda faltava o polegar da outra mão.

E a sua mãe?

Minha mãe também, ela sempre trabalhou.

E como é que você foi educada? Era muito rígido, difícil... como era a relação com seus pais?

Era rígido, era difícil. Eu acho que a educação de antigamente era bem pior do que a de hoje. Né? Tanto que sempre que eu tive algum problema assim com meus filhos, o meu marido falava: "nossa, mas você tem que fazer alguma coisa..." Porque ele não bate, ele não faz nada; ele deixa pra mim resolver... mas resolver em que sentido... até o ponto em que eu consiga... Se eu falar pra ele: "oh, eu não tô dando conta, me ajuda", ele tá ali. Você entendeu?
Assim também o que ele falar também é respeitado. Eu não tento passar por cima dele e nem ele de mim. Nós temos um consenso.

E você educa como você foi educada, Elisa? Como é...

Não! Ai que eu ia chegar no ponto: quando eu tenho algum problema com eles, ai meu marido fala: "nossa, mas você não foi criada assim..." tal... eu falo: "exatamente, eu quero dar pros meus filhos uma educação diferente da que eu tive...

Porque, Elisa, a sua foi muito ruim?

Nossa! Foi muito ruim! Foi muito rígida! A minha vida foi difícil! Eu comecei a trabalhar muito pequena, você entendeu? Então hoje, o que eu quero pros meus filhos: eu quero que eles estudem, eu quero que eles façam cursos, eu quero que eles se formem... eu quero que minha filha case linda, maravilhosa, vestida de noiva, você entendeu... Isso é o que eu sonho pra eles... pra ela... Tanto que, a minha menina ela faz curso de espanhol, ela faz curso de informática, ela estuda, já está no primeiro ano de colegial... Coisa que eu não tive, eu parei de estudar na quinta série do primário...

... pra trabalhar...

Pra trabalhar... E eu não faço isso com meus filhos. Estudo pra mim é em primeiro lugar...

E com sua mãe como era...?

Muita dificuldade... eu não tive uma relação aberta com minha mãe... não tive...

Você chegava a apanhar muito também?

Ih!! Meu pai colocava a gente de castigo ajoelhado no milho... eu e meus irmãos. Ele tinha cavalo, o jeito dele educar a gente era como se ele tivesse lidando com cavalo. Era assim!
Então, você acha que eu vou fazer esse tipo de coisa com meus filhos? Quando eu tenho que levantar a mão pra um filho meu, eu lembro da dor que eu sentia quando meu pai batia em mim. Então, eu não quero fazer isso!
Isso que acontece, de eu perder, às vezes, as estribeiras, é porque é muita coisa: vem, vem, vem... você senta, você conversa, você explica, sabe...

E você consegue conversar com ela?

Nossa! Eu sempre falei pra ela... a gente senta e conversa muitas coisas. Eu falo pra ela: “minha filha, olha, veja bem: você tem quinze anos...” Isso hoje né, que tem quinze anos; antes, falava você tem treze, tem doze e por ai ia...
“... imagina só quando você tiver com dezoito anos. Você já pode tirar carta de motorista, você pode estar trabalhando... a gente financia ai um carrinho, você tira a carta de motorista pra você... Você já tem seus cursos, tudo ai... você já tem seus diplomas... você pode arrumar um emprego ótimo. Isso não vai impedir de você namorar, de nada... Mas só que faz as coisas no tempo... certo. Não tenta passar por cima do tempo”.

E ela consegue conversar com você?

Ela consegue. Ela sempre me falou dos namoradinhos de escola: “ai, mãe, conheci um menino na escola... ai mãe, tô com um problema na escola, assim, assim...” Sempre foi... “...ai mãe, eu preciso ir no médico, eu tô com uma cólica, eu tô com corrimento...”, sempre foi assim.

Diferente do modo que eu tive com minha mãe porque minha mãe foi descobrir quando eu tive... quando eu fiquei menstruada acho que uns dois anos depois... Eu tinha vergonha de contar, você entendeu?

Ela teve a ... ficou menstruada, né, contou, falou... então: “agora é assim... você pode se considerar uma mulher... se você tiver uma relação sexual com menino você pode engravidar, então você tem que tomar cuidado com isso. Tá. se um dia você for ter alguma relação, escolhe a pessoa certa. Não vai com aquele que você achar que é porque às evzes não é...”

Sempre foi assim...

Tá bem. E como você avalia o porquê de tudo isso estar acontecendo agora, Elisa?

Olha, vou te falar a verdade: ela se sentiu acuada... com medo de...

Porque pra ela, esse rapaz é o tudo dela agora...

Entrevista 4

Maria, porque você está aqui no Conselho Tutelar?

Porque o pai bate.
Já bateu na mais velha, a Laura, duas vezes. A primeira, foi minha tia que registrou queixa, lá no ... negócio de criança lá o ...

A delegacia, a DIJU[1]?

Não. aquele negócio lá o ... acho que é Crami[2]...

Ah, o Crami!

Ai, lutei, lutei lá e não consegui nada. Ai, conversando com a moça lá, ela me passou para mim o advogado... ai mandaram eu lá pra aquele tal de... lá perto da ITE[3], da advocacia lá da ITE lá... estão estudando. Ai tudo bem.
Pensei que ia resolver o caso, mas não resolveu nada. Está enrolando, enrolando... Parece que chamaram ele lá pra dar bronca nele; ele foi lá, aquela choradeira, fingindo que ta doente.
Mentira! Porque ele não está doente. Ele teve derrame, teve um negócio, não sei se é úlcera, que aconteceu no estômago dele, que ele tanto soltava pra baixo como sangue pela boca... eu acudi tudo, fiz de tudo... eu não quero recompensa, eu não quero nada, nada dele... Dele pra mim, eu não preciso. Eu tenho meu salário, eu sou viúva, eu tenho o meu salário que eu me viro...
Ai vai... e o tempo vai passando. Até que foi chamado lá no Fórum pra ele acertar o negócio das crianças. Ainda exigi dele que ele me dava o que ele tirou... que ele me dava aquele papel pra assinar... um mês ele tirou mais de cinqüenta real das crianças, ele deu só vinte...
Eu subi nas nuvens, quase que eu morri lá... não passou nem um mês nem nada... fui pra casa da minha mãe passar uns dias lá, começou doer meu peito; aquela dor, aquela dor... fui no médico lá perto da minha mãe e ele disse que era nervoso. Me deu calmante.

[1] Delegacia da Infância e Juventude
[2] Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos Infantis
[3] Instituição Toledo de Ensino, ensino superior

E como a senhora chegou aqui no Conselho, dona Maria.

Porque o Crami mandou pra cá. E até agora não tô vendo resolução, nada. Não tô vendo nada, eles fazendo nada.
Pedi até pra internar a menina em algum lugar pra ficar longe desse cafajeste desse namorado dela... então, eu peço alguma coisa, peço outra e eles falam que não pode, que não tem lugar... não sei o que eles fazem...

E aqui no Conselho o que acontece? A senhora está dando a queixa da agressão que o marido da senhora fez contra a Laura, é isso?

Foi até registrado na Delegacia da Mulher foi tudo...

Quantos anos tem a Laura?

Ela tem dezessete.

E as outras crianças?

Uma tem catorze e outra de treze.

Ele bate nelas também?

Agora ele parou. Agora ele fica fazendo é... desaforo. Fica falando que vai bater, vai bater... Agora ele invocou com o menino, muitos maus-tratos contra o menino. Que o menino é mentiroso, fala que o moleque faz arte.
Ele mesmo, muitas vezes, não sabe fazer as coisas direito e quer fazer as coisas e não dá certo... que nem agora, está chovendo tudo dentro do quarto, ele falou que ia arrumar... ele fala que foi o menino que subiu lá na casa. Ele nem subiu lá na casa, o moleque só tá atrás de mim. E o moleque tá ficando revoltado, nem na escola vai mais...

E ele agride o menino também?

Ah, ele começou falar de querer agredir, agredir, ai um dia o moleque enfrentou ele lá.
Eu fui lá pra casa da minha mãe que eu sou alérgica a qualquer tipo de pó, fui pra lá; ai a menina veio, trouxe o safado do namorado dela, foi dormir em casa com ele e trouxeram uma televisão, e ele foi reclamar pro moleque, o moleque falou pra ele: “você tem que falar com a minha irmã, com a Laura, que eu não tenho nada com isso”. Ah, mas ele achou ruim com o menino...
E vira e mexe eu falo: “olha, as crianças!” E você acha que ele “olha”? “Olha” nada, ele não quer nem saber.

Vocês moram em quantos lá na casa, dona Maria?

Nós somos em cinco.

Ele é pai de todos os filhos?

Ele é.

E como é o dia-a-dia de vocês, Maria*. Conta pra mim um pouquinho... quem fica na casa, o que você faz, o que ele faz...*

Bom. A minha vida, Deus que me perdoe falar, é um verdadeiro inferno. É um inferno absoluto. Se existe inferno tá lá dentro da minha casa. Ali tá.
Se seu quero fazer qualquer coisa, eu tenho que me virar... é tudo... Vamos dizer, se eu vou lavar uma roupa, eu preciso de uma bacia, eu não tenho. Eu tenho que juntar, fazer aquele monte de coisa, aquelas coiseiras... muitas vezes, já arrebenta o varal, não tem lugar de por as coisas...
Tudo, sabe! Eu tenho que se virar que eu não tenho nada igual das outras casas; igual na tua casa: você vai fazer uma coisa, tem aquele negócio pra você por uma coisa e aquilo ali pode ficar esperando... em casa não tem nada disso.
Se eu vou reclamar qualquer coisa, tudo é eu que sou a culpada. Quer dizer, ele não faz nada. Ele ta lá quieto no canto dele... faz máquina de algodão doce... ele faz isso daí. E fala que não pode trabalhar porque está doente.

Ele constrói?

Ele faz. Isso daí também é uma coisa contra a lei, você não acha?
Ele fazer uma máquina que precisa de gás e eletricidade e vender pros outros. Não tem que ter uma pessoa estudada pra aquilo ali?
E se aquilo lá causa um dano na casa de quem pegou aquilo ali? Junto com as pessoas... aquilo lá explode, acontece qualquer coisa? Quem vai ser o responsável por aquilo? Ele não vai ter com que se responsabilizar...
E outra coisa dele também: ele é muito "mão de vaca"; só dá um salarinho pras crianças. Só aquele salarinho...

Ele dá pra senhora o dinheiro?

Eu que pego. Pego no banco aqui. Ele tá encostado no INSS.
Ele é desses que "venha a nós, e o vosso reino, nada"... tudo, o material das crianças...

O que ele teve, Maria?

Disse que teve aquele tal de derrame. Antes, serviço ele não trabalhava, não. Vendia sorvete e algodão doce, que ele fazia assim pra vender...
Inclusive, eu e as crianças tinha que levantar cedo, naquele frio, e ajudar ele fazer o algodão doce. Os coitadinhos... eu me revolto só de pensar isso daí, as crianças tinham que se virar com tudo. Os coitadinhos ajudando, ajudando e nada...

E como é a relação da senhora com as crianças? Como a senhora educa, como a senhora cuida...?

Eu falo... igual eu falo pra eles: "eu quero criar vocês, do jeito que eu fui criada."
Minha mãe falava, falava comigo... tudo... eu não saia de casa. Fui começar a sabe... sair... a causar alguns problemas pra minha mãe, depois que eu já era adulta, fui adulta... tudo...
E eu falo com eles: "não faz isso; não faz...", parece que entra aqui e sai aqui... E eu vou falando, falando, vou ficando nervosa, nervosa... ai, vez em quando, eu pego eles lá, dou cada surra, bato neles mesmo... Até uma vez, eu briguei com o moleque... dei uma surra nele; mas subi, sabe, naqueles altos...

Eu fico nervosa porque assim: as crianças precisa de roupa; é roupa tudo dada pelos outros; sapato dado pelos outros. As crianças, bem dizer, vivem mendigando. Até junta lixo pra vender pra poder ganhar uns trocadinhos... E eu revolto. E é revolta em cima de revolta.

E agora que a Laura se envolveu com um cara que mexia com drogas desde os oito anos. Queria... ela começou até roubar no serviço por causa desse namorado...

Nesse ponto que eu gostaria que o Conselho tomasse atitudes. Nesse ponto!

Eu gostaria que você mostrasse isso daí pra eles e falasse com eles pra eles tomar uma providência, nesse ponto.

No serviço que ela arrumou, ia uma tal de Priscila, as coleguinhas dela, tudo no serviço da mulher... Ai a mulher lá falou que sumiu uma blusa e não sei mais o que dela, que não apareceu mais. Depois veio falar pra mim que sumiu cem real dela.

Laura, a gente fala pra ela, ela diz que não.

Agora, quando foi a Nossa Senhora perto de casa, a Laura entrou na casa da mulher, e a mãe dela na cama... a Laura mexeu nas coisas da mulher, blusa, lençol, saia, até toalha... pegou o secador de cabelo da mulher, deu fim no secador de cabelo da mulher... Quer dizer, isso daí pra mim é um roubo...

E como a senhora está conversando com ela? Como está a situação dela com pai...? Ela conversa com a senhora...? Como é que a senhora educa nesse momento?

Ah, com ela eu não falo mais nada. Eu já larguei ela, soltei de vez.

O que eu tô teimando é com o Mateus e com a Cibele, os dois menor.

Porque ela chega em casa ela quer mandar, ela quer ser a dona. Se vai falar comigo, grita comigo. Inclusive, ela falou pra mim que diz que o namorado dela já matou não sei quem ai... e foi o pai e o filho, diz que foi um negócio de roubo de moto...

Tá. E o que diz o marido da senhora?

Eu falo com ele e ele fala: “não quero nem saber. Você não pegou a tutela deles? Você que se vire com eles...”

Sair de casa eu não posso sair. Ficou lá enrolando não foi pra escola, eu dei bronca nela, ela se mandou. E a Laura também, desde a sétima ela se juntou com essa tal de Priscila e começou a dar problema: até hoje não estuda.

Quer que eu compre tênis, quer que compre roupa, quer que compre tudo pra ela. Hoje mesmo ela me pediu um fichário: “ah, mãe, a senhora compra um fichário pra mim?” “eu não sei. Você não está estudando e porque que eu vou te comprar?”
“Ah, mãe, eu vi um celular na cidade por nove e noventa a senhora compra pra mim?” “E porque que eu vou comprar um celular pra você; você trabalha pra sustentar o celular; eu sustento o meu, não vou sustentar o seu...”

E como é sua renda, dona Maria?

Um salário. Do falecido. Eu sou viúva.

Ah, a senhora teve outro marido, então. E teve filhos com ele também.

Tive, mas morreu afogado. Deus me livre, não fale disso que eu abro o berreiro aqui... porque isso daí dói.

Depois foi que a senhora conheceu esse atual companheiro da senhora?
Não. Antes dele morrer eu já conheci ele.

E ai teve os três filhos com ele?

Hum, hum.

E como foi a gravidez dos três filhos, dona Maria? Como foi pra cuidar... a senhora quis tê-los, não quis...

Isso também foi um... Não sei, como eu vou te falar pra você?
Porque a vida de uma mulher, o sonho de uma mulher, acho que não é só de uma não, é de todas, é ser mãe na vida, né.
Que nem, ele tinha outra e separou, disse que a outra tacou cifre nele... eu sempre respeitei ele. Respeitei ele... se sofreu com a outra, vai ser um bom pai, bom marido, um homem carinhoso, um homem que gosta de carinho.

Eu falo assim, de tão boa que eu sou que tem hora que eu sou besta dos outros. Eu quero mudar essa bondade minha pra um pouco de maldade e não consigo... porque eu quero ser boa, porque a maldade não te leva a nada...
E nisso eu venho sofrendo. Sofrendo muito por causa disso. Eu pensei, vai ter os filhos dele aqui comigo, vai criar direitinho... E só foi mentira. Os coitadinhos desde que nasceu sempre usa dos outros, sempre resto, resto...

E como é que foi a vida da senhora? Como foi com seus pais...? Era muito diferente de agora?

Hum. Naquele tempo meu, se tivesse dois adultos conversando, você não ficava perto.você não ficava. Pra saber como era uma gravidez só depois que eu fui ter a primeira minha, que eu fui saber o que era. Só depois que foi passando o tempo pra frente que eu fui vendo.
Mais pra trás, oh, eu vivia na barra da saia da minha mãe, não sabia nem o que se passava fora dali.

E como eram seu pai e sua mãe com você?

Ah, eles eram bons pais. Só quando ficavam nervoso me davam um cacete porque eu merecia. Eu merecia, se era teimosa.

Como eles eram bons pais?

Uma mãe, sempre quer ver o bem dos filhos, ela nunca quer ver os filhos na desgraça, ela sempre quer proteger...
Não é proteção assim que nem uma galinha que quando vê o perigo enfia os pintos debaixo da asa. Então, a gente fala. Fala: não faz isso, não mexe com isso, não pega uma bala de um estranho, não pega um doce... se você vê as coisas dos outros, você não mexe, deixa lá... Se você vai na casa dos outros, se você fica com vontade, não pede. Presta atenção naquilo e pede pra mim, se eu puder dar, eu dou; se eu não puder, espera, que na hora que eu tiver, eu sei que você quer aquilo, eu dô.
Então, nesse ponto que eu acho que uma mãe deve agir com os filhos e os filhos escutar o que a mãe fala. Que nem, eu falo isso ai pros meus, falam que eu sou uma mãe ultrapassada, que eu não sou dessas mães modernas que até tomam banho junto com os filhos tudo...

E como está a queixa em relação a agressão dele aos filhos?

Ah, tá tudo quieto. Ninguém fala nada...

E ele foi chamado para falar sobre isso?

Disse que foi.

Aqui ou lá no Fórum.

No Conselho.

Ele veio?

Diz que veio e contou a história do mesmo jeito. Do jeito dele.
Todo lugar que chama ele, ele dá uma que ele é doente, que ele não pode trabalhar. Que eu e as crianças, nós que somos culpadas. E ele fala que ele gosta das crianças.

E porque a senhora acha que ele bate nos filhos?

É ruindade dele. Ele quer trabalhar e juntar o dinheiro dele...

E a senhora fala isso pra ele? Vocês chegam a conversar.

Se eu vou tocar em qualquer assunto isso daí com ele, ele começa a xingar. Eu vou conversar assim que nem to conversando com você, ele já vem com pedra em cima de mim, gera violência. Então, eu nem converso. Eu nem toco no assunto com ele, de nada.

E o que a senhora gostaria que fosse feito?

Eu gostaria que a lei tirasse ele daí. Fizesse ele sumir.

Ele fala até que quer que eu indenizo ele... se eu for pagar pra ele, então meus filhos vão morrer de fome dentro de casa? Porque ele comprou a casa e colocou no meu nome... porque a outra, tudo que ele tem, que ele compra, a outra toma dele e mete o pé na bunda dele.

E o que as crianças acham dele?

Ah, o Mateus, é muito difícil chamar ele de pai. Ele chama ele de demônio.
Ele com a outra lá do fundo, mal conversa os dois... com a Laura. Ele tem medo da Laura, sabe...
E ele sabe que a senhora está vindo no Conselho por conta da queixa contra ele?

Agora eu nem sei se ele sabe.
Eu não dô satisfação pra ninguém do que eu faço. Ele quer saber, ele quer mandar na minha vida. Isso também me dá raiva.
Ele fala que não tem advogado, que não tem ninguém que possa tirar ele de lá.

Entrevista 5

Olá, Helena.

Qual o motivo de você estar aqui no Conselho Tutelar?

Por causa da Thais, né.

Eu tava na igreja e ela tinha ido pra casa da avó dela... isso eu tava sabendo, né. Tinha ido ela e a irmã dela. Só que ela não gosta da avó dela...

A irmã dela insistiu pra que ela fosse, ela foi, só que falou assim: “Eu não vou entrar! Eu vou esperar você”; ai ela ficou lá fora esperando...

Nisso, meu esposo estava em casa. Aí ele falou que ia subir na casa da mãe dele. Pegou uns limão no fundo do quintal, pôs numa sacola e disse que ia levar enquanto eu subia pra igreja. Aí despedi dele e sai.

Aí quando foi dez pras oito da noite, a Thais chegou na igreja, onde eu congrego, né, com o irmãozinho dela, pedindo pra que o porteiro da igreja me chamasse rápido. E como estava no horário da palavra eu mandei esperar, porque ela sempre tem o costume de interromper o culto, né, pra recado, alguma coisa...

Ai o menino apareceu na porta e fazia assim pra mim, pra andar rápido, fazendo gesto pra mim andar rápido. Ai eu saí pra fora, ela tava lá fora chorando, no fundo da igreja, né, ela estava com o corpo todo marcado de cinta.

Ai perguntei pra ela: “o que que foi?” Ela falou assim: “o pai!”.

E o menino estava chorando, o meu filho, de sete anos; que ele viu tudo, né.

Ai perguntei pra ela o que aconteceu e ela falou assim: “o pai me bateu porque eu não quis... porque eu não converso com a vó; ele queria que eu ajoelhasse pra ela e pedisse perdão. E eu não quis fazer isso. Ele mandou eu ir embora...”.

Porque foi assim: ela falou que a avó dela pegou e chamou ela, na hora que ela foi chamar a irmã dela; a irmã dela mandou esperar... Ai a minha sogra saiu pra fora e falou pra ela: “entra!”, ela falou: “não! eu vou esperar aqui!”.

Ela falou assim: “eu vou mandar um recado... eu ia mandar um recado pra Talita, já que você ta aqui eu vou falar pra você mesmo, que eu te vi nascer, ser gerada no ventre de tua mãe, pra você desfazer de mim... você não conversa comigo, você não olha na minha cara, você não entra dentro da minha casa...”.

Nisso, meu esposo chegou. Quando meu esposo chegou, ela pegou e falou pra ele o que ela falou pra Thais. E falou pra ele assim: “se você não educar sua filha quem vai educar eu... quem vai educar ela sou eu; e vai ser no meio da rua...”.
Ai ele mandou ela descer embora. Ai ela desceu. No que ela desceu, ele abriu a casa e pegou ela...

Tá. E ai vocês vieram pro Conselho... Quem que...

É. Que nem, no dia, ela queria por todo jeito chamar a policia, né. Nós aconselhamos ela: “Põe a cabeça no lugar, vê o que você quer mesmo, certo, que seu pai já tem problemas na justiça...”, por agressão a mim mesmo, né.
E... sempre ele tem pedido chance, procura um advogado, sabe. O advogado vai lá, retira a queixa, né... na Delegacia da Mulher... e... então...
A minha família é contra isso, certo. Que nem, a Thais era pra estar na casa da minha mãe, mas eles não querem que ela fica lá por causa que... porque o meu esposo, em partes, ele é uma pessoa assim... que nem eles fala assim: “ele põe tudo dentro de casa...”.
Mas isso não reflete no lado agressivo dele; isso muda muito as coisas... e eles não querem ver isso. Sempre foi contra eu denunciar ele na Delegacia da Mulher, pela agressividade dele...

Sua família ou a família dele?

Minha família e a família dele é contra a gente por causa disso. E estão todos contra eu, todo mundo com raiva de mim por causa disso ai. De forma que a minha mãe tava com a guarda dela... ela não tá, tá em casa comigo. Eu tô correndo todos os riscos com ela dentro de casa.

E como é que vocês chegaram no Conselho? Por sua decisão?

Não. Por decisão dela.

Ela que quis fazer a denúncia e vir aqui conversar...

É. Ela sempre falou isso...

Em outubro, eu sofri uma agressão muito violenta dele, certo... ele quase quebrou o osso do meu rosto com um soco. E ela queria no momento chamar a polícia, certo... disse que ele ainda ia pagar muito caro por tudo que ele fazia por mim...
Ela falou assim: “agora o negócio é comigo, mãe. Agora quem toma a decisão sou eu.”

E você denunciou essa agressão que você sofreu?

Não fiz. Não fiz. Por já tinha três...

E como é a vida de vocês lá, Helena? Como em o dia-a-dia de vocês?

É difícil, né. Assim porque... às vezes, ele é bom até demais...

Como assim?

É atencioso, sabe... é comunicativo... comigo... Com as crianças ele nunca foi assim aquele pai de conversar. Carinho, nem se fala... se já não é de conversar, muito menos carinho.
Mas assim, em partes de: “vamos fazer um churrasquinho...” Faz, certo. Com a família ali...
Mas o lado dele é esse daí, que ele quer tudo do jeito dele. Não pode sair...
Conviver com ele, é que nem eu tava falando ontem pra minha cunhada, é mesma coisa você pisar em cima de ovos e não ter que quebrar nenhum. Isso é impossível.

Imagino!
E como é que foi a sua vida antes de vocês se conhecerem? Você sempre morou aqui... Como foi a sua história de vida...?
Com meus pais, eu não tive pai. Eu perdi meu pai muito cedo. Minha mãe é uma senhora que ficou viúva cedo, com oito filhos... foi difícil a nossa sobrevivência, certo. Pra uma mãe criar oito filhos, sozinha, você pode imaginar como é...

E como é que vocês foram educados?

Ah. Minha mãe ela trabalhava, né. E a gente cuidava da casa, estudava.

Como foi o relacionamento de vocês?

Ah. Minha mãe ela nunca foi assim de conversar com a gente; de comunicação... ela só falava: “é pra fazer isso, isso” e pronto, acabou; não era de conversa. Uma pessoa assim que pra mim se formar, eu nem sabia. Ela não era de comunicar, de conversar com você, sabe, assunto de mulher.
Ai depois, a gente foi crescendo, fiquei moça... Com quinze anos...
Só que foi assim a vida, sabe: eu sempre sofri agressão! Mas não foi da minha mãe. Meus irmãos era agressivo com a gente, sabe. Foi muito! Foi muita coisa, assim... e... Com quinze anos eu tentei o suicídio... por causa da violência dentro de casa...
Ai, dezesseis anos eu conheci meu marido e achei que era a solução. Pra sair da vida que a gente levava, né...
Gostei muito dele... foi o primeiro namorado meu. Ai eu engravidei da minha primeira filha. Ai casei... porque minha família jamais aceitaria eu em casa, né.
E... uma semana de casamento tive decepção com ele... porque eu coloquei um “shorts” e ele não gostava... ai me deu um tapa na cara bem dado...
Eu queria retornar tudo atrás, mas não tinha mais jeito...

Você já estava grávida?

Tava grávida de três meses.
E ai foi assim, sabe. Desse primeiro tapa, ele foi mostrando o que ele era. Por tudo qualquer coisa: uma roupa que eu vestisse que ele não gostasse, ele rasgava no meu corpo, sabe.
E... devido assim, eu comecei a fumar; e ele nunca aceitou mulher que fumasse. Eu sofri muita agressão por causa do cigarro... qualquer um deles pode comunicar isso, sabe.
Ele era terrível. Ele falava pra nossa família que o nosso casamento não dava certo porque eu fumava, né. Por causa desse cigarro, eu já tive... até faca no pescoço ele pôs... em mim...
E disso daí eu venho levando, sabe...

E como foi a primeira gravidez? Você aceitou? Ele quis, você também...

Não. Os dois aceitaram.

E pra educar o primeiro filho, como foi pra você? Teve ajuda de alguém... como foi?

Ah, foi bem difícil, né. Porque em partes de educação dos meus filhos eu sempre fui sozinha. Eu nunca tive apoio de ninguém.
De forma que eu não sou aquela mãe que bate no filho. Eu sempre fui de dialogar porque eu já sofri agressão e sei o quanto isso dói dentro da gente.
Eu sou de conversar e, às vezes, as pessoas não aceitam isso ai de mim por causa disso, porque eu sou de conversar, sou do diálogo. Não sou da parte da agressividade.

E como que eles são com você, os seus filhos? Como é o relacionamento de vocês?

Ah, é super amigos. Nós somos super amigos, eu e meus filhos.

Que bom! E vocês discutem essa coisa da agressão? Como eles se posicionam e como é o relacionamento deles com o pai?

Eles não são de conversar com o pai, né. Eles se retiram... em problemas assim...
Que nem, depois da Thais, esse problema, ele procurou me agradar o máximo que ele pode fazer. Mais ai, já porque... eu fui na igreja já criou um caos, porque ele não gosta que eu vou na igreja, né. Não gosta que eu converse com os crentes da igreja, com as irmãs.
Então ai fica difícil. Ainda conversei sábado com o irmão dele: “fica difícil, Paulo, porque ele quer a vida dele como ele quer.” Sabe aquela pessoa assim, possessiva. Tudo tem que ser do jeito dele, nada pode sair fora do que ele quer, e se sair eu crio problema.

E são três filhos, Helena?

São três.

E como foi o nascimento dos outros dois?

Ah, a primeira, aconteceu. Ai a Thais foi mais planejada. Ai eu tive uma outra gravidez, que foi a que eu perdi, de sete meses de gestação.

Perdeu espontaneamente?

É. Por causa desses problemas mesmo.
Depois eu tive o menino. Quer dizer, eu tive três meninas e um menino, de sete anos que eu tenho.
Foram todas gravidezes difíceis, não posso falar. Da Thais eu sofri muito...

E ele sempre aceitou quando você engravidava ou ele não queria...

Não. Ele nunca se opôs.
É por isso que às vezes eu nem entendo, como pode ser assim... o jeito que ele é. Sei lá se é a criação dele, a infância dele, muito dura também.

E como é o dia-a-dia lá? Vocês saem de casa... como é a rotina?

Eu sou do lar. Eu sempre tô em casa.
As minhas crianças vão pra escola, tem dois que estuda de manhã, a Thais e o menino de sete anos. E a mais velha de dezessete anos que trabalha. Ai à noite ela vai pra escola.
Ai de final-de-semana a gente vai pra igreja.

E ele fica em casa o tempo todo?

Ele sai pra trabalhar.

O que ele faz?

Ele é pedreiro.
Ele sai pra trabalhar, ele chega, toma banho, ele sai ou fica em casa.

Quando ele sai, geralmente ele bebe, Helena?

Não. Não.

E agora, atualmente, como está a situação? Já conversaram com ele?

Eu nem contei pra ele.
Eu contei pra família dele, que vai em casa. Porque a mãe dele não vai em casa, não gosta de mim. Então, eu contei pra alguém... porque eles vão lá pra especular mesmo, pra saber... acho que pra poder contar pra ele...
Eu falei que tava vindo no Conselho Tutelar da criança, que ela denunciou ele, né... e que... ele vai ter que responsabilizar pelo crime que ele cometeu, vai ser processado...
Então, eu acho que eles devem ter passado isso pra ele, porque ele não tá conversando comigo, ele me pôs pra fora do quarto, né.

E ele ficou mais agressivo por conta de saber?

Não.

Mas você acha então, que provavelmente ele saiba da notícia?

Ele sabe. Porque ele sempre foi uma pessoa que aguarda o último momento.
Das outras vezes, eu falava pra mãe dele que eu tinha denunciado ele, né, mas ele sempre espera o momento que vai a intimação pra ele, ai depois ele contrata um advogado pra ele e... sempre saiu limpo dessa.

Verdade? Em todas as denúncias? E com é isso?

Eu não sei.
O advogado acho que vai com ele na Delegacia da Mulher de depois ele... porque a gente já foi na Procuradoria do Estado, já umas três vezes, pra divorciar... ele sempre fala, vamos tentar, sabe. A família fica: “ele é bom. Ele não te deixa faltar nada. As crianças não ficam passando necessidade...”.
Ai você, fica assim, né... porque a família... eu não tenho apoio... nunca tive apoio assim... de ninguém.

E o que você está pensando em fazer agora, Helena?
Ah, tá difícil, né.

Eu pensei em vir a semana passada, adiantar tudo isso daí, porque é uma angústia que cria dentro da gente, sabe... Você sabe que a pessoa é agressiva...
Eu pensei que se chegasse a intimação pra ele, ele ia agredi... tentar agredir eu ou ela. A gente nunca sabe o que passa na cabeça dele...

E você acha que ele vem se for intimado?

Não sei!

Mas você sente que você está correndo risco?

Ah, eu sinto.

Precisavamos, então, pensar em uma medida de proteção...

É. Porque eu achei isso daqui... um papel desse, ele havia rasgado, meu, né... A última denúncia... que eu passei por exame de corpo delito, mas dependendo de como foi o encaminhamento que deu, eu tive que deixar como estava, né, não abrir um processo... por causa da família, mesmo.

Você não continuou?

Não. Não dei continuação.

E você foi retirar a queixa ou não?

Não. Não retirei. Isso diz que quem faz é o advogado dele que vai lá e retira. Agora, eu não sei.

“Antonio nunca fez uso de bebida alcoólica, porém sempre foi um homem muito violento...” Esse foi o Boletim de Ocorrência que você fez, né?

É.

Se você não retirou a denúncia, pode-se abrir um processo, sim.

Você já procurou, Helena, o CIAM? Que é o Centro de Atendimento Integrado à Mulher?

Não!

Então, Helena. Eu acho que seria importante você estar procurando...